

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isabel Brasil de Brito

HERANÇAS (DES)LEGITIMADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CRATO-CE

UBERLÂNDIA - MG

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Isabel Brasil de Brito

**HERANÇAS (DES)LEGITIMADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CRATO-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto César de Noronha

UBERLÂNDIA - MG

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B862h Brito, Isabel Brasil de, 1993-
2024 Heranças (des)legitimadas [recurso eletrônico] : o ensino de História e o patrimônio cultural de Crato-CE / Isabel Brasil de Brito. - 2024.

Orientador: Gilberto César de Noronha.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em História.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5247>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. História. I. Noronha, Gilberto César de (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em História. III. Título.

CDU: 930

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408

Isabel Brasil de Brito

**HERANÇAS (DES)LEGITIMADAS: O ENSINO DE HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO
CULTURAL DE CRATO-CE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal de Uberlândia, na linha de
pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Gilberto César de Noronha
(Universidade Federal de Uberlândia – UFU)

Prof. Dr. Cícero Joaquim dos Santos
(Universidade Regional do Cariri - URCA)

Prof^ª. Dra. Marilena Julimar Aparecida Fernandes Jeronimo
(Universidade Estadual de Goiás – UEG)

Ao meu filho Bernardo e ao meu marido
Eduardo, minhas fontes de inspiração e,
sobretudo, de força.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a UFU - Universidade Federal de Uberlândia pelo desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em História na linha de pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder, e aos professores pelos diálogos e aprendizados durante o curso.

Agradeço a CAPES, pelo financiamento da pesquisa no início ano do curso.

Ao meu orientador, Gilberto César de Noronha, um agradecimento especial, um ser humano de muita luz que nunca desistiu dessa professora em formação. Obrigada por tudo professor, por toda compreensão, paciência, força e pela generosidade pouco comum nesse meio. O senhor foi brisa quanto tudo parecia tempestade.

Agradeço ainda à professora Marilena Julimar Aparecida Fernandes Jeronimo, pelas valiosas contribuições ao trabalho durante o exame de qualificação, juntamente com o professor Cícero Joaquim dos Santos, ambos responsáveis por importantes sugestões e críticas que me permitiram continuar a escrita do texto.

Aos colegas de turma, pelas horas de alegrias compartilhadas, em especial Paulinha, Giulia, Izabela, Pedro, Nicolas, Vitória e Joalisson, com quem desenvolvi vínculos de amizade.

Aos professores da rede municipal de educação de Crato-CE que concordaram em participar da pesquisa e contribuíram prontamente. Em especial as professoras Sandra Maria Xenofonte de Souza e Jucileia Tavares Muniz que concederam entrevistas importantes para o trabalho.

A minha mãe Maria Aparecida Brasil de Brito, sempre que eu precisava de tempo para pesquisa me ajudava prontamente.

Ao meu marido Eduardo Dias Soares, sempre me incentivando a escrever, a concluir o trabalho. Obrigada por tornar os dias mais leves.

Ao meu filho Bernardo Dias Brasil de Brito, por quem seguirei lutando.

“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”

Marc Bloch

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender como o Ensino de História do município de Crato-CE tem abordado a temática do Patrimônio Cultural. A pesquisa parte de alguns questionamentos como: Qual o lugar do patrimônio cultural do Crato no ensino de história? Lugar de uso ou de esquecimento? Quais são as ideias e práticas de Educação Patrimonial nas escolas do município? Interrogamos os documentos formativos que direcionam o ensino sobre a temática no Crato (BNCC, PCNs, DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará) e o ensino de história no município de Crato: Qual herança cultural do Crato é legitimada/evocada no ensino de história da educação básica? A metodologia utilizada foi a aplicação de um Instrumento de coleta de dados: Questionário, aplicado a professores de História do município que atuam no Ensino Fundamental anos finais com a finalidade de conhecer o funcionamento da disciplina e suas práticas pedagógicas. Também foram realizadas entrevistas exploratórias com duas professoras, que em parceria, desenvolveram um projeto de educação patrimonial na escola em que atuavam, assim como a utilização de leituras e análises de textos, produções e pesquisas acerca das temáticas pesquisadas. As principais fontes utilizadas para a realização da pesquisa são: os discursos, e os vestígios do que pensam e fazem os professores de História da Educação Básica do município de Crato-CE que contribuem para a construção e o funcionamento do Ensino de História e os trabalhos produzidos pelos professores sobre a temática do Patrimônio Cultural da cidade. Como fonte documental, foi importante a utilização da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município, os documentos do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural, as cartilhas produzidas por órgãos municipais e estaduais sobre o Patrimônio Cultural da cidade, os documentos formativos que regem a educação básica (BNCC, PCNs, DCRC, PPPs) e a Cartografia Cultural do Crato (SECULT e URCA). Na pesquisa bibliográfica são utilizados autores que discutem as principais questões abordadas na pesquisa, o Ensino de História e o Patrimônio Cultural, tais como Maurice Tardif, Sandra Jantahy Pensavento, Ricardo Oriá Fernandes, Selva Guimarães Fonseca, Thaís Nívea de Lima Fonseca. O trabalho poderá contribuir ao evocar discussões sobre a organização/estruturação da disciplina de História na cidade do Crato bem como sobre a importância da utilização/problematização do Patrimônio Cultural no ensino de história, da sua cidade, ao promover o reconhecimento e importância da preservação desses bens culturais, como também discutir sobre a formação da memória e identidades que originaram o reconhecimento/utilização desses patrimônios.

Palavras Chaves: Ensino de História; Educação Patrimonial; Patrimônio Cultural e Memória

ABSTRACT

The present work aims to understand how History Teaching in the city of Crato-CE has approached the theme of Cultural Heritage. The research is based on some questions such as: What is the place of Crato's cultural heritage in history teaching? Place of use or forgetfulness? What are the ideas and practices of Heritage Education in schools in the municipality? We interrogated the formative documents that guide teaching on the subject in Crato (BNCC, PCNs, DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará) and the teaching of history in the city of Crato: Which cultural heritage of Crato is legitimized/evoked in the teaching of history in basic education? The methodology used was the application of a data collection instrument: Questionnaire, applied to History teachers in the municipality who work in Elementary Education in the final years with the purpose of understanding how the discipline works and its pedagogical practices. Exploratory interviews were also carried out with two teachers, who, in partnership, developed a heritage education project at the school where they worked, as well as using readings and analyzes of texts, productions and research on the topics researched. The main sources used to carry out the research are: speeches, and traces of what History of Basic Education teachers in the city of Crato-CE think and do, who contribute to the construction and functioning of History Teaching and the work produced by teachers on the theme of the city's Cultural Heritage. As a documentary source, it was important to use the Municipality's Law on Subdivision, Use and Occupation of Soil, the documents of the State Council for the Preservation of Cultural Heritage, the booklets produced by municipal and state bodies on the city's Cultural Heritage, the formative documents that govern basic education (BNCC, PCNs, DCRC, PPPs) and the Cultural Cartography of Crato (SECULT and URCA). In the bibliographic research, authors are used who discuss the main issues addressed in the research, the Teaching of History and Cultural Heritage, such as Maurice Tardif, Sandra Jantahy Pensavento, Ricardo Oriá Fernandes, Selva Guimarães Fonseca, Thaís Nívea de Lima Fonseca. The work may contribute by evoking discussions about the organization/structuring of the History discipline in the city of Crato as well as about the importance of using/problematising Cultural Heritage in the teaching of history, in your city, by promoting the recognition and importance of preserving these cultural assets, as well as discussing the formation of memory and identities that led to the recognition/use of these heritages.

Keywords: History Teaching; Heritage Education; Cultural Heritage and Memory

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa das Regiões do Estado do Ceará.....	15
Figura 2 - Mapa da Região Metropolitana do Cariri.....	16
Figura 3 – Mapa Turístico do Crato-CE.....	19
Figura 4 – O “Reisado” na Escola Álvaro Madeira	45
Figura 5 – PADLET das Ciências Humanas.....	48
Figura 6 – Modelo de Plano de Aula da disciplina de História.....	49
Figura 7 – Coleção de Livros Didáticos: História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos.....	58
Figura 8 – Estação Ferroviária da RFFSA em 1926.....	60
Figura 9 – Estação Ferroviária da RFFSA em 2022.....	60
Figura 10 – Casa de Câmera e Cadeia.....	92
Figura 11 – Seminário São José de Crato-CE.....	95
Figura 12 – Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto do Beato José Lourenço.....	97
Figura 13 – Nascente localizada no Bairro Lameiro em Crato-CE.....	98
Figura 14 – Chapada Nacional do Araripe.....	99
Figura 15 – Trilha do Parque Estadual Sítio Fundão.....	99
Figura 16 - Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto.....	101
Figura 17 - O grupo de Maneiro Pau do Baixio das Palmeiras.....	102
Figura 18 – O Cassino Sul-Americano em 1920.....	107
Figura 19 - O Cassino Sul-Americano em 2020.....	108
Figura 20 – A Cruz do Século.....	113
Figura 21 – A Cartografia Cultural do Crato-CE.....	128
Figura 22 – Site da Cartografia Cultural do Crato-CE.....	132

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Lista dos Projetos/Programas direcionados pela SME.....	51
Gráfico da Questão A	34
Gráfico da questão B	40
Gráfico da questão C	42
Quadro da questão D	43
Quadro da questão E	56
Quadro da questão F	75
Quadro da questão G	81
Quadro da questão H	90
Quadro da questão I	104
Quadro da questão J	117
Quadro da questão K	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPUH – Associação Nacional de História

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CEWG – Colégio Estadual Wilson Gonçalves

COEPA - Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará

DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará

IHGB – Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro

LDB – Leis de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério de Educação e Cultura

ONHB – Olimpíada Nacional de História do Brasil

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SECULT - Secretaria de Cultura do Crato.

SEDUC -CE – Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Estado do Ceará

SME – Secretaria Municipal de Educação

SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SESC – Serviço Social do Comércio

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

URCA – Universidade Regional do Cariri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA DO CRATO-CE	27
1.1 Os caminhos do Ensino de História do Crato-CE	28
1.2 Os Professores de História	34
1.3 Os Planos de Aula	46
1.4 O Livro Didático	53
1.5 A temática do Patrimônio histórico nos documentos Formativos Nacionais – BNCC e PCNs.....	63
1.6 O Documento Curricular Referencial do Ceará.....	68
CAPÍTULO 2: O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CRATO NA EDUCAÇÃO BÁSICA	71
2.1 O Patrimônio Cultural no Ensino de História	73
2.2 O Patrimônio Prescrito/Ensinado	81
2.3 O Projeto “Escola e Memória” na EEIEF Estado da Paraíba	104
2.4 As Possibilidades e Estratégias desenvolvidas na Construção do Saber	114
CAPÍTULO 3: A CIDADE DA CULTURA E A CARTOGRAFIA CULTURAL: AS DUAS FACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM CRATO	119
3.1 O Epíteto “Crato: A Cidade da Cultura”	120
3.2 A Cartografia Cultural de Crato.....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge com o intuito de discutir e relacionar dois importantes elementos formadores, da professora/pesquisadora, que vos escreve. O Ensino de História e o Patrimônio Cultural da cidade de Crato-CE. Desde a graduação em Licenciatura em História, tenho me dedicado a pesquisar sobre a formação cultural da cidade (mais especificamente sobre o seu Patrimônio Cultural) e sobre como a disciplina de História trabalha com essa temática na educação básica.¹

Através da necessidade de melhor compreender essa relação histórico-educacional e de (re)significar minha própria prática educativa como professora da educação básica, procuro discutir e entender a relação entre o Ensino de História e o Patrimônio cultural do município.

Um dos objetivos do ensino de história é formar jovens ativos dentro da sociedade, que se reconheçam como cidadãos, como agentes históricos e modificadores do meio em que estão inseridos. Questão evidenciada nas palavras de Joacilio Lima de Sousa²:

“Falar de cidadania é reconhecer o direito à memória e o dever de sua preservação. A conservação do patrimônio cultural implica na conservação da memória individual e coletiva, importando na construção da identidade de um povo. Os elementos urbanos são o referencial histórico de uma sociedade. Estes possibilitam, aos cidadãos, o reconhecimento enquanto agentes de direitos e principais responsáveis pela produção e manutenção do acervo cultural de sua comunidade. Quando destruídos estes referenciais, perde-se a identidade, o cidadão torna-se estrangeiro dentro de seu próprio território.”³

O meu interesse em problematizar o lugar do ensino de história nessa ressignificação do patrimônio do Crato surgiu de uma experiência vivenciada como bolsista, em um projeto realizado, em 2013, pelo Centro de Humanidades - Departamento de História da URCA⁴, intitulado: Cidadania, Memória e Identidades: Saberes e Práticas para o Ensino de História no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Desenvolvido com os bolsistas do PIBID- História e com os alunos do EEM Colégio Estadual Wilson Gonçalves –

¹ Trabalhos decorrentes de pesquisas sobre as temáticas citadas: [Brito, I. B.](#). O Teatro Raquel de Queiróz: um patrimônio histórico-cultural e um espaço não-formal de educação da cidade de Crato-ce. 2015. [Brito, I. B.](#). O Teatro Raquel de Queiróz como instrumento de estudo e compreensão acerca da história local da cidade de Crato-ce. 2015. [Brito, I. B.](#). Uma abordagem sobre ensino de história, cidadania, e prática docente no colégio estadual Wilson Gonçalves na cidade de Crato-ce. 2014.

² SOUSA, Joacilio Lima de. O Professor de História e o Trabalho com Patrimônio Histórico. Revista Homem, Espaço e tempo, março/2010, INSS 1982-3800.

³ SOUSA, Joacilio Lima de. O Professor de História e o Trabalho com Patrimônio Histórico. Revista Homem, Espaço e tempo, março/2010, INSS 1982-3800, p.66.

⁴ URCA – Universidade Regional do Cariri.

CEWG, localizado na cidade de Crato-CE. O projeto apresentava-se como uma necessidade premente de pensar o ensino a partir de uma variedade de saberes e práticas intercambiáveis e dinâmicas, sobretudo no que diz respeito à formação docente em História.

Visto que o ensino de história tem um papel fundamental na construção da cidadania, sobretudo se for capaz de propor mecanismos que levem licenciandos, professores e alunos a compreenderem sua história e seu próprio tempo como espaço vivo, no qual também podem atuar como sujeitos críticos diante do mundo. No processo de formação desses sujeitos é necessário ainda considerar o próprio caráter dinâmico e relativo do conhecimento histórico, artefato cultural e simbólico capaz de mobilizar atitudes, memórias e identidades sociais.

A partir dessas considerações o Projeto PIBID⁵ selecionou quatro linhas de trabalho, uma delas foi intitulada: Ensino de história e Patrimônio Cultural; esta objetivava abordar a temática do patrimônio cultural direcionada ao ensino de história. A intenção era produzir subsídios para que o licenciando e o professor de história trabalhassem as várias dimensões do patrimônio, articulando este aos conteúdos abordados em sala, e sua relação com questões que se referem a cidadania, memória e identidades.

Os bolsistas do CEWG – Colégio Estadual Wilson Gonçalves, localizado na cidade de Crato-CE, dentro dessa linha de trabalho, desenvolveram o projeto intitulado: “Patrimônio e memória: as narrativas urbanas do Crato nos últimos 50 anos”, que dedicava-se à investigação da natureza das transformações do espaço urbano do município de Crato- CE, por ocasião dos seus duzentos e cinquenta anos de emancipação política, tema trabalhado ao longo do ano pelo CEWG⁶, tendo como foco as mudanças ocorridas nos últimos cinquenta anos.

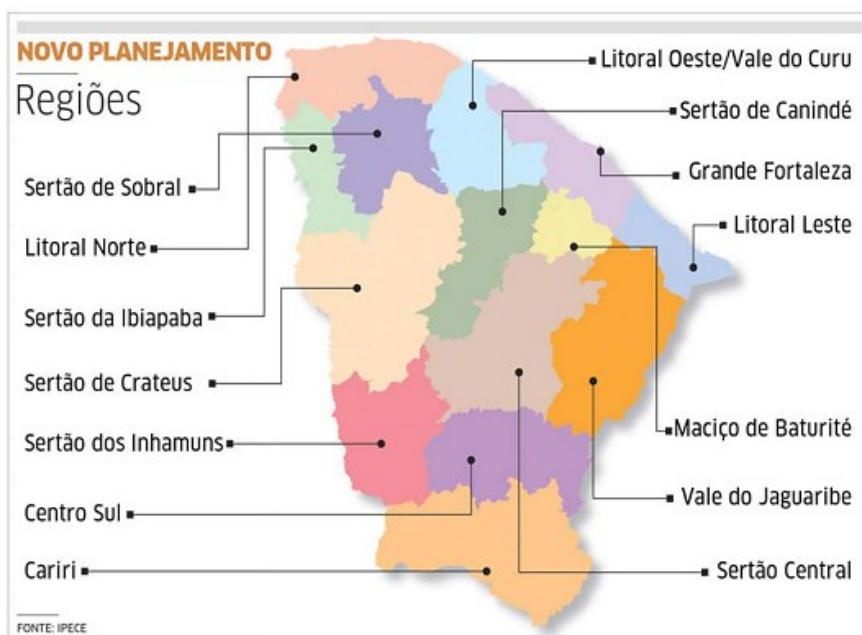
O recorte espacial do projeto desenvolvido pelo PIBID – CEWG foi o município de Crato-CE, assim como também é o desta pesquisa. O Crato é um município localizado no limite sul do estado do Ceará, na região do Cariri, uma porção do território cearense que é caracterizado pela presença da Chapada do Araripe, e que faz fronteira com os estados de Pernambuco, Piauí e Paraíba. De acordo com o IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, a região conta com 29 municípios⁷ e possui uma área aproximada de 17.390,30 km², com uma população estimada de 1.014.610 habitantes. Veja a região do Cariri no mapa abaixo.

⁵ PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência.

⁶ CEWG – Colégio Estadual Wilson Gonçalves, localizado na cidade de Crato-CE.

⁷ São eles: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteirias, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre.

Figura 1 – Mapa das Regiões do Estado do Ceará⁸



Fonte: IPECE (2019)

O município de Crato está inserido, mais especificamente na RMC – Região Metropolitana do Cariri. O conjunto urbano da RMC é composto por nove municípios⁹ e está situado a aproximadamente 600 km das duas metrópoles regionais nordestinas mais próximas, são elas a capital do estado do Ceará, Fortaleza, e a capital do estado do Pernambuco, Recife.

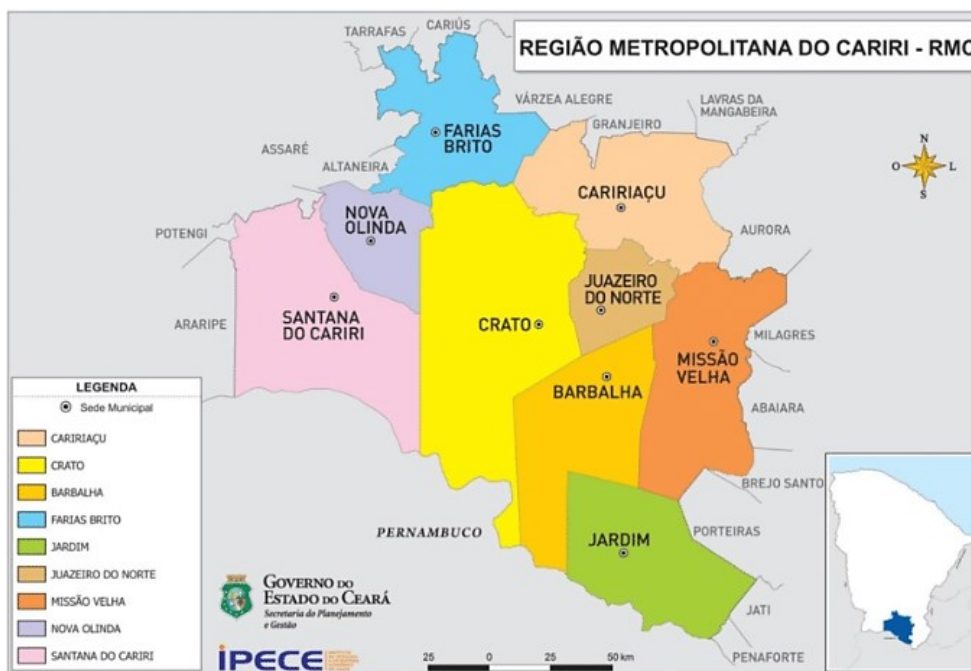
A RMC possui uma área total de 5.456,01 Km e é composta por uma população de 601,817 habitantes. Crato é uma das três principais cidades do RMC, junto a Juazeiro do Norte e Barbalha, estas três cidades mantêm vínculos territoriais, econômicos, políticos e sociais estreitos e formam o chamado CRAJUBAR.

A Região Metropolitana do Cariri foi criada tanto para reduzir as disparidades econômicas e sociais entre a capital e o interior, como para minimizar o desenvolvimento desigual do triângulo CRAJUBAR em relação aos municípios vizinhos e foi idealizada pelo governo estadual visando a criação de um novo polo de desenvolvimento socioeconômico que pudesse dividir com a Região Metropolitana de Fortaleza a atração de investimentos e ampliar a qualidade de vida de sua população. O Cariri se constituiu como região metropolitana em virtude de ser a segunda região urbana mais expressiva do estado, dada com a conurbação formada pelos municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, denominada de CRAJUBAR.¹⁰

⁸ Disponível em: <https://fastef.ufc.br/wp-content/uploads/2018/07/Dados-Informacoes-Cariri.pdf>

⁹ São eles: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Caririáçu, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri.

¹⁰ Os dados desta pesquisa encontram-se disponíveis para consulta no site da Secretaria das Cidades do Governo do Estado do Ceará. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/regiao-metropolitana-do-cariri/>

Figura 2 - Mapa da Região Metropolitana do Cariri¹¹

Fonte: IPECE (2019)

A vila de Crato foi elevada à categoria de cidade em 17 de outubro de 1853, foi a primeira cidade do cariri cearense a ser criada e a quinta cidade, em ordem cronológica, da província do Ceará, ficando atrás, respectivamente, de Fortaleza, Sobral, Icó e Aracati. Em meados do século XX, em decorrência das comemorações do aniversário de 100 anos da cidade, houve um esforço de construção de uma história cratense que glorificasse o passado da cidade.

Na produção historiográfica sobre o Crato ao longo do século XX, destacam-se dois importantes autores, são eles: Irineu Pinheiro (Obras: *O Cariri: sua descoberta, povoamento, costumes* (1950) e *Efemérides do Cariri* (1963)) e José de Figueiredo Filho (Obras: *Cidade do Crato* (1953) e *História do Cariri*, dividida em quatro volumes publicados entre 1964 e 1968). Estes foram pioneiros na escrita e publicação de escritos sobre a história do Crato.

Em suas obras apresentam a cidade a todo momento fazendo uma apologia ufanista sobre sua história, destacando as qualidades da cidade, glorificando suas conquistas, enaltecendo sua população. Evidenciando que, apesar de lento e fruto de muito trabalho, o Crato viveu em contínuo progresso ao longo dos seus 100 anos, “aperfeiçoando-se moralmente”¹² pois era um povo religioso e trabalhador.

¹¹ Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-politico-da-Regiao-Metropolitana-do-Cariri-RMC_fig1_336217471

¹² PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. *Cidade do Crato*. Fortaleza. Edições UFC, 2010, p.20

Progredimos, sem dúvida, na esfera moral, intelectual e física. Maior será nosso adiantamento de hoje em diante, por que à proporção que os dias passarem, mais célebre e enérgico será, também, o impulso que nos arrebatará sempre para frente. Somos uma bela cidade, com bonitos prédios, com lindos jardins, com estabelecimentos de ensino secundário e primário que nos honram e ao Ceará, com vigorosas associações de classe, sede de florescente bispado que tantos serviços tem prestado ao Cariri e aos sertões que nos circundam.¹³

Na busca pela caracterização e consolidação da cidade como civilizada e progressista política, social e culturalmente, a história de Crato foi sendo escrita e contada sempre a partir de grandes feitos, grandes acontecimentos e de grandes heróis. Quando nas suas obras os autores narram, por exemplo, a participação de Crato na Revolução Pernambucana de 1817, um movimento republicano que emergiu no Nordeste brasileiro no período colonial, como o primeiro lugar onde se deu o grito da independência do Brasil buscando demonstrar “a capacidade do cratense na defesa pelos interesses da nação, e no seu compromisso cívico”¹⁴. Como descrito no livro “Cidade do Crato”.

A vila tornou-se a cabeça natural das lutas em prol da independência, no Ceará, e seu raio estendeu-se até pelo Maranhão e Piauí. Entre 1817 e 1824, Crato, por si, ou seus filhos natos e adotivos, esteve à testa de tudo quanto se fez pela emancipação política na província e muitas vezes, até fora dela. Os vultos de 1817, que ocuparam a primeira plana entre 3 de maio e 11 do mesmo mês, mesmo os que contribuíram para sua derrocada, tronaram-se quase nomes nacionais, a exemplo de José Martiniano de Alencar, Tristão, Bárbara de Alencar, Pereira Filgueiras, e o Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro, ascendente de figuras que encheram de glória a própria nacionalidade. A família Alencar converteu-se em patrimônio glorioso do país, de norte a sul.¹⁵

Para consolidar e legitimar o discurso ordenado para o Crato, foi criado em 1953 o ICC – Instituto Cultural do Cariri, segundo José Ítalo:

A criação do Instituto Cultural do Cariri, nesse contexto, contribuiu para a produção de uma historiografia assentada num inventário de lembranças que, articulando presente, passado e futuro, procurava naturalizar a ideia de superioridade do Crato em relação às demais cidades da região do Cariri. As comemorações do centenário, por sua vez, buscaram criar uma identidade social coesa para uma cidade que procurava se definir como civilizada e moderna.¹⁶

¹³ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. Cidade do Crato. Fortaleza. Edições UFC, 2010, p.27

¹⁴ CAITANO, Italo Roney Ferreira. "Hei de te cantar meu Crato gentil". Ensino de história local: entre ufanismo, práticas e empecilhos. Dissertação do Mestrado profissional em Ensino de História. Universidade Regional do Cariri, URCA, Centro de Humanidades, Crato(CE), 2018, p.26

¹⁵ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. Cidade do Crato. Fortaleza. Edições UFC, 2010, p.68.

¹⁶ VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 2011, p.11.

O ICC atuou na escrita de uma história local e na produção de discursos que objetivavam construir uma memória histórica sobre o Crato que fosse geradora de um sentimento de identificação, ou seja, construir uma identidade cratense¹⁷. A partir da ação dos membros do ICC os discursos empreendidos sobre a cidade, a caracterizavam como “responsável pela “continuidade” de uma tradição de pioneirismo político, material e cultural”¹⁸ no Cariri e no estado, representando o Crato como “cidade da cultura”¹⁹.

Os principais veículos de informação criados pelo ICC foram a Revista *Itaytera*, órgão oficial do Instituto, fundada em 1955, e a revista *A Província*, lançada em 1953. Além delas, os membros do ICC produziam constantemente para a imprensa local, publicando no jornal *A Ação*, jornal *Folha do Cariri* e jornal *Folha da Semana*. Para José Ítalo “os textos de história produzida pelo ICC constituem-se como um inventário das lembranças uma dialética entre passado e futuro, onde a narrativa do passado glorioso tentava ressaltar aquilo que, supostamente, poderia ser tomado como modelo.”²⁰

Toda essa historiografia foi responsável por fortalecer a imagem, e os discursos, de Crato como cidade naturalmente próspera, civilizada e cultural. Logo o ICC tornou-se um lugar de memória²¹, que através de suas produções e discursos, criou e influenciou na criação de outros lugares de memória. Nas palavras de Viana:

[...] entendo o Instituto Cultural do Cariri como um lugar de memória funcional que, simultaneamente, criava outros lugares de memória seja topográfico (o museu do Crato), monumental (obelisco do centenário e o busto de Frei Carlos Maria de Ferrara, o “fundador” da cidade) ou simbólico (as comemorações do passado e da história cratense).

Ainda hoje, no “cratinho de açúcar”²², expressão utilizada pelos seus habitantes quando querem evocar o orgulho e o contentamento pela cidade, muito da historiografia e dos discursos produzidos são carregados de sentimentos ufanistas. Os órgãos públicos municipais

¹⁷ Ibidem, p.16

¹⁸ Ibidem, p.17

¹⁹ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000. UFRJ. Dissertação de Mestrado.

²⁰ VIANA, José Ítalo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Ítalo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 2011, p.29

²¹ Segundo o historiador Pierre Nora, os lugares de memória são eficientes ferramentas na construção e ressignificação do passado, e tais lugares podem ser categorizados em: material, simbólico e funcional. NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. São Paulo: Revista Projeto História, nº 10, 1993.

²² Termo utilizado por Luiz Gonzaga, cantor e compositor brasileiro, também conhecido como o Rei do Baião, em sua música “Eu vou pro Crato”. Referência ao fato de que na cidade, por possuir solo produtivo e a fartura de água, houve o desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar, o que proporcionou seu crescimento. GONZAGA, Luiz; JATAÍ, José. Eu vou pro Crato. IN: GONZAGA, Luiz. **Pisa no Pilão** (Festa do Milho). RCA Records, 1963. 1 CD. Faixa 9.

buscam periodicamente reafirmar a importância cultural e histórica do Crato, não só na região do Cariri mas em todo o estado do Ceará, produzindo mecanismos de criação e/ou difusão de diversos locais de memória e bens culturais que glorificam a cidade, através de eventos, escritos, leis, documentos.

Como podemos observar no “Mapa Turístico do Crato”²³ criado pela Secult – Prefeitura Municipal de Crato-CE, um documento²⁴ que tem como objetivo apresentar a cidade através de uma lista de diversos bens culturais elencados nas categorias: Natureza; História; Cultura; Religiosidade; Artes; Culinária; Festas; Tais bens culturais são resultado da produção de diferentes tempos e grupos sociais, o que evidencia a preocupação em continuar apresentando o Crato como cidade em constante progresso e modernização, ao mesmo tempo que valoriza os bens do seu passado como componentes do glorioso presente.

Figura 3 – Mapa Turístico do Crato



Fonte: Secult – Secretaria de Cultura do Crato. (2019)

²³ Para melhor visualização o mapa está disponível em: <https://mail.crato.ce.gov.br/mapa-turistico-do-crato/mapa-turistico-do-crato.pdf>

²⁴ Documento completo Disponível em: <https://mail.crato.ce.gov.br/mapa-turistico-do-crato/mapa-turistico-do-crato.pdf>

É, pois, dentro deste espaço, pensando nessa intenção da historiografia local e dos órgãos públicos de apresentar a cidade como um local que conhece, estuda e valoriza seu passado, assim como seus bens culturais, e por conseguinte se tem orgulho deles, que foi desenvolvido o projeto PIBID, e que escolhi por desenvolver essa pesquisa, relacionando a temática ao ensino de história.

O projeto PIBID tinha o intuito de promover a participação ativa e massiva dos alunos do CEWG, vislumbrar e produzir um comparativo no decorrer dos cinquenta anos das transformações paisagísticas, arquitetônicas e de espaço, estabelecendo uma relação com as transformações culturais e da memória histórica do povo cratense. Pretendia-se com este trabalho vislumbrar, sobretudo, as transformações sociais que ocorreram durante o referido período tendo como resultado a construção do espaço cratense nos dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscava-se uma aproximação dos sujeitos históricos, ou seja, os alunos envolvidos no trabalho e as pessoas contatadas por eles, com o contexto social, econômico, cultural e político da sua cidade, incentivando-os a analisar esse contexto como uma produção construída e transformada ao longo dos últimos cinquenta anos pelo povo cratense. E ainda procurava analisar a influência desse contexto na produção e reconhecimento dos Patrimônios Culturais do município.

Ao promover essa interação entre os agentes transformadores e o espaço transformado, objetivava-se a reflexão sobre a memória, a preservação do patrimônio e a construção das identidades e da cidadania, observando-se sempre a atuação dos indivíduos no espaço em que vivem.

O pressuposto do projeto do PIBID, era de que ao analisar esses aspectos, estaríamos fazendo reflexões sobre a própria história da localidade. E estudar a história local é conhecer a própria história de vida e do lugar que moramos. Segundo Joana Neves o termo História Local “refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como objeto do conhecimento e/ou local como referência para o conhecimento”.²⁵

Pensar e conhecer a história da localidade é estudar o nosso próprio espaço, o local onde realizamos nossas ações individuais ou coletivas. De acordo com Joana Neves “(...) o local é nosso espaço de atuação. É onde fazemos história”²⁶.

Dessa forma, a partir desse projeto buscou-se despertar o olhar do educando sobre questões ao seu redor que envolve o seu cotidiano como ser individual e como membro de um

²⁵ NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. João Pessoa: 1997, p.15

²⁶ NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. João Pessoa: 1997, p.25

grupo utilizando os bens culturais do município como recurso didático. Possibilitando o estudante se reconhecer/identificar com bens culturais, ressignificando identidades.

Percebe-se que existem processos de identificação diversos, pois a identidade é constituída dos próprios valores, crenças afirmadas pelo convívio familiar, valores passados pelo ambiente escolar, pelo grupo religioso, pelos amigos, pela comunidade etc. “As identidades são múltiplas e vão desde o eu, pessoal, construtora da personalidade, aos múltiplos recortes do social, fazendo com que um mesmo indivíduo superponha e acumule, em si diferentes perfis identitários”²⁷.

Conhecer a si mesmo é compreender sua própria identidade, pois segundo Joana Neves o termo Identidade Social:

(...) implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, identidade social pode-se entender o reconhecimento de si mesmo como sujeito da história (processo). E na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é, também, objeto da história (ciência).²⁸

Nesse sentido, Identidade Social é se reconhecer como construtor de história, que está inserido num contexto histórico. E essa identidade vai se formando por meio do convívio social. Segundo Pensavento (2008):

(...) a identidade é uma construção imaginária que produz a coesão social, permitindo a identificação da parte como um todo, do indivíduo frente a uma coletividade, e estabelece a diferença. A identidade é relacional, pois ela se constitui a partir da identificação e alteridade.²⁹

Questões sobre como estamos usando, preservando ou destruindo esses espaços de memória também foram discutidas no Projeto PIBID. Foram realizadas aulas de campo pelas principais ruas do Crato- CE, buscando identificar os monumentos históricos da cidade.

Um exemplo de bem cultural visitado, por bolsistas e discentes, foi o Museu Histórico, no qual tal prédio era a antiga casa de câmara e cadeia do Crato, sendo edificada em 1877, e que funcionou até 1969. O museu foi fundado por José de Figueiredo Filho (1904 – 1973)³⁰, e em 2005 uma parte do telhado do museu desabou, tendo que interditar as visitas ao museu, sendo aberto apenas a parte térrea onde era a cadeia. Em 2012 o prédio passou por uma reforma, mas não solucionou os problemas, e ainda modificou a sua estrutura original. E em 2013 os

27 PESAVENTO, Sandra Jantahy. História e História Cultural. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2008, p.90

28 NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. João Pessoa: 1997, p.15

29 PESAVENTO, Sandra Jantahy. História e História Cultural. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2008, p.89-90

30 Escritor, farmacêutico, membro e presidente do Instituto Cultural do Cariri, Inspetor Regional de Educação, Professor da Faculdade de Filosofia do Crato (onde ministrou a disciplina de História do Cariri), ocupou a cadeira de nº34 na Academia Cearense de Letras.

organizadores ganharam uma modernização do museu como forma de restaurar todo o prédio, mas essa reforma ainda está em andamento.

O que foi observado e relatado pelos alunos do CEWG, foi que além do descaso dos órgãos públicos em promover uma restauração do prédio, existe também uma desorganização com relação aos objetos preservados pelo museu. Refletiu-se nas oficinas e debates realizados após as aulas de campo, a necessidade de haver uma política de educação patrimonial que instrua a população sobre a importância de preservarmos nossos patrimônios culturais, pois se não houver uma conscientização, não haverá um respeito em preservar aquele objeto, prédio, praça, rua, costumes, rituais, comemorações etc. Isso porque a intenção de preservar um patrimônio é uma construção, em que é preciso atribuir sentidos, significados, sentimentos de identificação.

Nesse sentido, os bolsistas PIBIDianos objetivavam contribuir no sentido de levar discussões sobre a importância da preservação do patrimônio histórico, sobre a situação de como esses patrimônios estavam sendo tratados. E isso leva o aluno a perceber aqueles locais para além de espaços físicos, mas também como um espaço social, histórico, onde ocorrem relações de convívio com um grupo, e reflitam sobre quanta historicidade um simples local pode trazer.

Diante da experiência com o PIBID, percebi que o ensino de História, pode proporcionar aos educandos a percepção que eles constroem, incorporam, integram a História, pois os mesmos estão envolvidos num convívio social, realizam práticas culturais, e possuem crenças de cunho religioso. Dessa forma, a partir do estudo sobre a história da comunidade ou de manifestações culturais da localidade, os alunos passam a compor relações e a refletir sobre os aspectos sociais, culturais, religiosos e econômicos pelo qual eles estão inseridos e isso de certa forma, faz com que estes alunos passem a contemplar seus valores e do seu grupo.

Eu nasci no Crato, sempre morei e estudei nesta cidade, e durante a participação no projeto PIBID percebi que sabia muito pouco sobre a história da minha localidade, assim como sobre seus bens culturais. Refletindo sobre os anos de formação escolar e acadêmica vivenciados, foi somente através do PIBID que entrei em contato com a temática.

Após a experiência vivenciada, como bolsista atuante no CEWG, do PIBID, emergiu-se a necessidade de problematizar o lugar do patrimônio cultural no Ensino de História para além da Universidade. Assim, surgiu o questionamento: sem a ação da Universidade, para além do PIBID, para além da SECULT, existe o debate sobre o Patrimônio Cultural da cidade de Crato-CE nas escolas de Ensino Básico? Existe a problematização sobre esses temas?

Logo, este trabalho interrogará o lugar do Patrimônio Cultural da cidade do Crato-CE no Ensino de História. Afinal, como o patrimônio histórico de Crato tem sido abordado no Ensino de História? Tem sido lembrando? Esquecido? O que tem sido lembrado/esquecido como herança legítima, patrimônio cultural? Como ele tem sido abordado/utilizado? Como recurso didático? Como espaço não-formal de educação? O que o ensino de história local tem considerado como patrimônio histórico? São bens culturais reconhecidos como patrimônios culturais oficiais os utilizados no Ensino de História? Se não, quais são? A quais grupos sociais? Quais Valores? Quais identificações? Estão ligados aos Patrimônios usados (ou não), e/ou reconhecidos pelos professores? Enfim, quais são as ideias e práticas de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas do Município?

Nesse sentido, o objetivo geral dessa pesquisa é compreender de que forma o Ensino de História da cidade do Crato aborda/trabalha a temática do Patrimônio cultural na Educação básica. Para tanto, procura-se ao longo da pesquisa discutir qual a relação entre ensino de história e o campo do patrimônio cultural abordado pela historiografia brasileira, analisando os documentos formativos que regem a educação básica (BNCC³¹, PCNs³², DCRC³³), compreender como funciona e como é caracterizado o ensino de história nas escolas municipais, bem como verificar qual patrimônio tem sido abordado/problematizado nas aulas de História e como isso acontece, considerando os aspectos políticos, os usos do passado e os processos de identificação. Além de relacionar este patrimônio reconhecido/protegido/utilizado/esquecido, pelo ensino de história, com o epíteto “Cidade da Cultura” e com a Cartografia Cultural do Cariri, refletindo sobre os sentidos e as práticas da educação patrimonial, pelo ensino de história, na cidade do Crato.

Como a temática do Patrimônio tem sido abordada no Ensino de História? Quais conceitos o Ensino de História trabalha na Educação básica sobre o tema? As questões que orientam esta pesquisa sobre o ensino de história nos aproximam do Campo historiográfico reconhecido como História Cultural, que segundo Jose de Assunção Barros (2009) caracteriza-se por englobar uma cultura popular; cultura letrada; representações; práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais; educação e sistemas educativos.

As fontes utilizadas para realização da pesquisa são: os discursos, e os vestígios do que pensam e fazem os professores de História da Educação Básica do município de Crato-CE. Coletadas através de aplicação de questionários e realização de entrevistas exploratória.

³¹ Base Nacional Comum Curricular

³² Parâmetros Curriculares Nacionais

³³ Documento Curricular Referencial do Ceará

Como fontes documentais são utilizados os trabalhos produzidos/escritos pelos professores sobre a temática; Os Planos de Aula produzidos pela Secretaria Municipal de Educação que caracterizam e direcionam o Ensino de História no município; A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município; Os Documentos do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural; As Cartilhas produzidas por órgãos municipais e estaduais sobre o Patrimônio Cultural da cidade; Cartografia Cultural do Crato (SECULT e URCA); Documentos formativos que regem a educação básica (BNCC, PCNs, DCRC, PPPs³⁴); A coleção de livros didáticos adotadas pelo município.

Na pesquisa bibliográfica são utilizados autores que discutem as principais temáticas abordadas na pesquisa, o Ensino de História e o Patrimônio Cultural. Podemos citar como referências: Maurice Tardif, Sandra Jantahy Pensavento, Ricardo Oriá Fernandes, Selva Guimarães Fonseca, Thaís Nívea de Lima Fonseca, Nara Rúbia de Carvalho Cunha, Françoise Choay, entre outros.

A Metodologia foi guiada pela leitura e análise dos textos, produções e pesquisas acerca das temáticas. Foi utilizado um Instrumento de coleta de dados: Questionário, e foram realizadas entrevistas exploratórias aplicada a duas professoras. Segundo CAMPENHOUDT (1998) as entrevistas exploratórias servem para encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho e não para verificar hipóteses pré-estabelecidas. Trata-se, portanto, de abrir o espírito, de ouvir, e não de fazer perguntas precisas, e descobrir novas maneiras de colocar o problema, e não de testar a validade dos nossos esquemas.³⁵

A Educação Básica é formada por três etapas – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Para a realização da pesquisa foi utilizados os documentos formativos especificamente do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º Ano), ou seja, os PPPs das escolas do município que possuem essa fase de ensino e os professores de história que atuam nessa fase. Bem como o que a BNCC e o DCRC estabelecem para o Ensino de História do Ensino Fundamental Anos Finais.

Partindo dos documentos prescritivos, dos recursos didáticos disponíveis ao ensino de história, o objetivo era identificar como os professores de história da rede municipal trabalham com a temática do patrimônio cultural. O que, como, por que e para quê? É importante destacar que, quando a pesquisa foi iniciada, estava ciente que o trabalho com a temática poderia ser

³⁴ Projeto Político Pedagógico das Escolas

³⁵ CAMPENHOUDT, Luc Van e Quivy Raymond, Manual de Investigação em Ciências Sociais, (“Trajectos”), 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1998.

inexistente, poderiam não existir projetos, ou ações que tratassem sobre patrimônio, seja no sentido geral, seja especificamente sobre os bens culturais da cidade.

A coleção de livros didáticos analisada por essa pesquisa é: História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos, da editora FTD. Pois, foi a coleção adotada pela secretaria de educação municipal de Crato em 2020 (vigente até 2023). É importante destacar que é utilizada a mesma coleção em todas as escolas da rede municipal com Ensino Fundamental Anos Finais.

Sabemos que muitos desafios perpassam a educação básica, um deles é a imposição institucional (Secretaria de Educação) de ministrar todos os conteúdos do livro didático em tempo hábil, principal ferramenta utilizada por professores na rede municipal. E o conceito de Patrimônio Cultural pode não ser um assunto que vem evidenciado ou destacado nos capítulos da coleção de livros didáticos adotados pelo município de Crato, logo, se não houver uma ação efetiva do professor em introduzir o assunto, este pode perpassar despercebido no material didático.

Dessa forma, foram aplicados questionários para os professores que atuavam nas escolas do município que oferecem o Ensino Fundamental Anos Finais. Procurando identificar quantos professores trabalhavam com a temática do patrimônio. Em seguida foram realizadas entrevistas exploratórias com os docentes que responderam afirmativamente, e recolhidos para análise o material produzido na idealização, confecção e realização de seus projetos.

Para a apresentação dos resultados, este trabalho foi organizado em três capítulos. A temática de cada capítulo é direcionada pelas perguntas realizadas no questionário aplicado aos professores de história do município que aceitaram participar da pesquisa. Nossa amostra é de 15 docentes.

Todos os capítulos foram organizados por temáticas. Em todos são apresentados e analisados os resultados da coleta de dados obtidos com as entrevistas exploratórias e questionário aplicados aos professores de história. Fonte primária dessa pesquisa.

O primeiro capítulo foca no tema: Ensino de História. Ele é norteado pelas cinco primeiras perguntas do questionário, essas buscavam obter informações sobre como funciona o ensino de história no município de Crato-CE, quais as diretrizes que a secretaria de educação e a coordenação de Ciências humanas utilizam na formação dos professores, na composição do currículo, nas avaliações, qual o material didático utilizado? E identificar como/se os 15 professores, que aceitaram participar da pesquisa, trabalham com a temática do patrimônio cultural de Crato nas suas aulas de História. Visto que é importante conhecer toda a comunidade escolar para refletirmos e compreendermos sobre o trabalho com objeto de pesquisa.

Ao passo que dialogamos sobre como a historiografia discute o trabalho com o Patrimônio Cultural no Ensino de História no Brasil, entrelaçando-os com o que dizem os documentos formativos da educação nacional e estadual no trabalho com o tema. Estes documentos são: PCNs, BNCC e DCRC; visto que, obrigatoriamente, a rede de ensino municipal deve utilizá-los como norteadores para construção de seu plano anual de ensino. Logo, estes são importantes para compreendemos o ensino de história da cidade.

O segundo capítulo foca no tema: Patrimônio Cultural . Ele é norteado pelas perguntas do questionário que buscam identificar quais as noções de patrimônio cultural presentes entre os professores de história do município, quais patrimônios culturais de Crato-CE eles reconhecem como importantes, quais bens culturais utilizam nas suas aulas. A história desses patrimônios, elucidados pelos professores, será explorada, assim como reflete-se sobre sua importância na formação da memória e identidade cratense. Sempre dialogando com a produção historiográfica que discute o conceito de patrimônio cultural buscando compreender como se constrói o conceito de patrimônio cultural no ensino de história.

No terceiro capítulo o foco é o Crato. A partir dos resultados e análises obtidas das fontes utilizadas nos capítulos citados, será feita uma discussão sobre a relação do patrimônio reconhecido/protegido/utilizado/esquecido, pelo ensino de história, pelos agentes educacionais (professores e alunos), com o epíteto “Cidade da Cultura” e com a Cartografia Cultural do Crato. Ou seja, interrogar as ideias e práticas do patrimônio de Crato que são evocadas no ensino de história.

Os resultados deste trabalho contribuem para pensar sobre a caracterização do Ensino de História da cidade do Crato, bem como a perceber a importância do uso da temática do patrimônio cultural, ou não, para a construção e/ou consolidação de uma identidade cultural cratense já posta e estabelecida (“Cidade da Cultura”) ou em processo de resignificação (Cartografia cultural do Crato), visto que de acordo com Pinto, “sendo o património uma construção social, é essencial a sua investigação e interpretação”³⁶. Além de trazer a discussão do quanto os recentes documentos formativos da educação básica integram a caracterização do ensino municipal no campo historiográfico da História.

³⁶ PINTO, Maria Helena. O Patrimônio cultural no ensino de História: entre teoria e prática. *Fronteiras: Revista de História*, v. 21, n. 38, p. 10-28, 2019. p.25

CAPÍTULO 1: O ENSINO DE HISTÓRIA DO CRATO-CE

Crato-CE é um município que possui 26 escolas em que funcionam o Ensino Fundamental Anos Finais, sendo 17 localizadas na zona urbana e nove na zona rural. Esta etapa de ensino foi a escolhida por ser a que possui professores com Licenciaturas, ou seja, com formação superior completa que objetiva formar profissionais capacitados para atuar na docência, e que se dedicam durante sua graduação no aprofundamento de uma área do conhecimento, neste caso, a disciplina de História. Visto que na Educação Infantil e no Ensino Fundamental Anos Iniciais os professores possuem a formação base em Pedagogia e que as escolas que possuem o nível do Ensino Médio são responsabilidade do Estado do Ceará e não do Município.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SME, o município possui 33 professores Efetivos de História, destes, cinco estão fora da sala de aula, ou seja, estão lotados em outros espaços da escola, como Bibliotecas e Salas de Vídeo, e não atuam mais na regência da disciplina. No quadro de professores Temporários são 16 docentes licenciados em História e 19 professores da área de Humanas que lecionam a disciplina de História, mas não são contratados como professores de História (estes são professores com licenciatura em geografia que complementam a carga horária com história).

Então, de um total de 63 professores que ministram aula da disciplina de História em Crato-CE, apenas uma amostra de 15 professores aceitou participar da pesquisa. Os questionários foram aplicados entre o primeiro e o segundo semestre do ano letivo de 2022, de forma remota e presencial.

Foi disponibilizado um link via e-mail e no aplicativo de mensagens utilizado pela Secretaria Municipal de Educação (grupo de WhatsApp) que reúne os professores e coordenadores de Ciências Humanas do município para os professores que desejassem responder de forma virtual. Outro método utilizado foi disponibilizar os questionários impressos durante as reuniões de planejamento presenciais da equipe que aconteceram em agosto e dezembro de 2022.

As perguntas do questionário semiestruturado que norteiam este capítulo buscam obter informações sobre como funciona o ensino de história no município de Crato-CE, quais as diretrizes que a secretaria de educação e a coordenação de Ciências Humanas utilizam na formação dos professores, na composição do currículo, nas avaliações, qual o material didático utilizado, e identificar como/se os 15 professores, que aceitaram participar da pesquisa, trabalham com a temática do patrimônio cultural de Crato nas suas aulas de História.

Ao longo desse capítulo serão apresentados alguns dados quantitativos do questionário por meio de gráficos e os dados qualitativos serão expostos por meio de quadros de respostas. Em seguida serão apresentadas as análises de ambos. As perguntas que compõem o questionário serão identificadas por letras e os docentes por números, buscando resguardar suas identidades.

1.1 Os caminhos do Ensino de História do Crato-CE

O município de Crato possui 26 escolas que dispõem do Ensino Fundamental Anos Finais (6º ao 9º ano), sendo 17 escolas localizadas na zona urbana e nove escolas na zona rural. Porém, essas escolas não abrangem somente essa etapa da educação básica, algumas também possuem Ensino Fundamental Anos Iniciais (1º ao 5º ano) e Educação Infantil, logo o PPP – Projeto Político pedagógico dessas escolas devem compreender as necessidades de todas essas etapas escolares.

É importante destacar que as diretrizes oficiais, criadas e aplicadas pela Secretaria de Educação e a Coordenação de Ciências Humanas do município, que direcionam o Ensino de História em todas as escolas de ensino fundamental anos finais, assim como acontece com outras disciplinas, passaram por mudanças significativas após a pandemia do COVID-19.

No presente momento, de acordo com o que foi constatado durante a pesquisa (visita às escolas, participação nas reuniões de formação docente promovidas pela secretaria de educação e no exercício do magistério, pois sou professora efetiva do município) existe um currículo e um modelo fixo de avaliação que deve ser utilizado e seguido por todas as instituições de ensino. Como isso funciona? A cada quatro anos acontece uma reunião com todos os professores, por área, para votar e escolher o livro didático, a última votação aconteceu no fim de 2019, e a coleção escolhida para a disciplina de História na PNLD 2020 foi: História, Sociedade & Cidadania de Alfredo Boulos. Editora FTD, estará em vigência até 2023.

O PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático é um programa do Ministério da Educação (MEC), junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que tem como objetivo comprar e distribuir livros e materiais didáticos para todos os alunos e professores das escolas públicas de todo o País.

O programa atua no período de quatro anos para escolha dos livros didáticos e contempla os quatro níveis do ensino público: Ensino Infantil; Ensino Fundamental anos Iniciais; Ensino Fundamental Anos Finais; Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos. Como prerrogativa para a seleção do livro didático, o PNLD fornece três modalidades de escolha, as opções são as seguintes:

No ano de 2018 o processo de escolha mudou. Agora as redes de ensino têm três modelos possíveis de escolha e devem decidir qual pretendem adotar. A rede de ensino deve informar se deseja que cada escola receba o material registrado no sistema, se deseja criar grupos de escolas que receberão o mesmo material ou ainda se deseja adotar o mesmo material para todas as escolas da rede de ensino. É importante observar que, mesmo no caso da criação de grupos de escolas ou de adoção de material único para toda rede de ensino, os professores continuarão participando da escolha e o material a ser distribuído será o mais escolhido pelas escolas.³⁷

A rede municipal de educação de Crato-CE decidiu que todas as escolas devem utilizar o mesmo livro didático, o que contribui para a uniformização do ensino. Tal fato pode nos levar a alguns questionamentos: seria um ponto positivo? Pois garante que todos os alunos tenham acesso igualmente aos mesmos debates, conteúdos e informações; ou seria um ponto negativo? Pois ao utilizar o mesmo livro desconsidera-se a diversas realidades, experiências, ambientes que compõem as diferentes comunidades escolares?

Um dos principais motivos que levam à escolha de uma única coleção de livros didáticos para todo o município é a troca de escola pelos alunos. A gestão educacional entende que é de extrema importância que todas as escolas estejam ministrando os mesmos conteúdos ao mesmo tempo, para que, se um aluno mudar de escola, ele não tenha prejuízo pedagógico. A Secretaria Municipal de Educação caracteriza esse modelo de organização educacional como trabalhar em REDE.

Paulatinamente, ao longo do ano, as coordenações de área do município (Exatas, Humanas, Natureza e Linguagens) constroem o plano de aula semanal, contendo os conteúdos de suas disciplinas, que todas as escolas e professores devem seguir. Como isso funciona? O ano é dividido por semanas letivas, para cada semana se indica o capítulo do livro, as páginas e as atividades que os professores devem seguir em suas aulas. Ao final do bimestre, as coordenações enviam as avaliações, de acordo com o conteúdo planejado por eles, que devem ser aplicadas em todas as escolas.

Nessa organização, não é a coordenação de cada escola que planeja com seus respectivos professores, que vivenciam diariamente a sala de aula e seus alunos, de acordo com as necessidades da sua comunidade escolar. É a coordenação de área que a Secretaria de Educação escolhe para direcionar o ensino em todo o município. Nas ciências humanas se tem uma coordenadora municipal, que sozinha gere todos os professores da Humanas, ela divide os

³⁷ Ministério da Educação. PNLD 2020: Guia digital de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2020 BRASIL. Acesso: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/escolha

conteúdos, elabora provas e textos para todo o Ensino de História, Geografia e Religião de 26 escolas.

Essa padronização do ensino limita a autonomia do professor e sua prática pedagógica e certamente influencia na aprendizagem do aluno. É importante destacar que cada aluno é um ser único, com identidades, realidades, contextos sociais e econômicos distintos. Os discentes não são todos iguais, não aprendem todos da mesma forma, e ao mesmo tempo. É impossível desenvolver uma educação de qualidade, em que o aluno aprenda, reflita e coloque em prática o que aprendeu se todas as escolas precisam seguir o mesmo ritmo.

Dessa forma, qual a possibilidade que o professor de história tem, a partir de sua iniciativa, para inserir a temática do Patrimônio Cultural em suas aulas? Como fomentar discussões, debates, realizar aulas de campos, convidar grupos culturais, desenvolver uma educação patrimonial em um sistema de ensino centralizador como esse?

Paulo Freire em sua obra *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa* (1996), evidencia a importância de se desenvolver uma educação que possibilita a construção da autonomia e liberdade do educando, buscando sempre valorizar as características individuais de cada ser na construção do conhecimento, e, portanto, de uma educação libertadora.³⁸ Como desenvolver uma educação libertadora se na prática o próprio docente não tem autonomia para isso? Percebe-se que o modelo educacional vigente na cidade de Crato além de limitar o professor(a), limita o estudante.

Concomitante a isso, o professor de História poderá desenvolver projetos paralelos, ou em congruência com o livro didático. Mas isso é possível, se o plano de conteúdo para aquela semana, para aquele mês já foi definido. E definido por uma gestão que não está vivenciando a realidade de aprendizagem dos discentes daquele professor. Como desenvolver um projeto de educação patrimonial, por exemplo, se esse é um assunto que permanece como tema transversal aos livros didáticos, mesmo após a implementação da BNCC? Terá tempo e condições para isso?

A Secretaria de Educação, adota esse modelo de gestão, não como uma obrigação, mas como um direcionamento, já que as diretrizes definem essas instruções de como caminham o currículo como uma referência, uma orientação. O professor tem liberdade para acrescentar conteúdos e projetos, mas não para excluir, pois ao final de cada bimestre as escolas recebem provas online, elaboradas pelas coordenações de área do município de acordo com os conteúdos

³⁸ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

que eles planejaram e disponibilizaram, são as chamadas Avaliações em Rede. É através dessas avaliações que se efetiva e legitima a implementação de currículos padronizados. Pois todas as escolas devem utilizar as mesmas avaliações e todos os alunos devem fazer, o resultado é recebido e analisado pela gestão municipal.

Desse modo, se avalia o trabalho de professores e gestores em cada escola, que precisam apresentar bons resultados, segundo os parâmetros adotados pela rede, não pelo o que o professor considera relevante. Logo, mesmo que o professor tenha no bimestre conseguido ministrar todos os conteúdos direcionados pela gestão para então desenvolver projetos, ou mesmo que ele tenha desenvolvido uma metodologia em que conseguiu integrar a temática do patrimônio cultural do Crato com os conteúdos do livro didático estabelecido para aquele bimestre de maneira eficiente, no final do bimestre ou semestre, ela não será utilizada/reconhecida na avaliação em rede enviada para a gestão municipal.

Porém, cada escola tem autonomia para construir seu plano pedagógico de avaliação, elaborado por gestores e professores da instituição. Qual é a obrigatoriedade? Utilizar as avaliações em rede da secretaria de educação e ministrar os conteúdos por eles enviados. Mas o valor atribuído a esse exame, na composição da nota bimestral do aluno, fica a critério da escola. Ponto muito positivo, pois possibilita ao docente produzir outras formas de avaliação, abordar outras temáticas de acordo com o contexto de seu público.

Antes da pandemia do COVID-19, esse modelo de organização e gestão educacional descrito não existia. No início do ano letivo acontecia uma reunião por área de formação na qual todos os professores em conjunto organizavam o plano de curso anual, apenas isso. Ao longo do ano cada professor decidia quais os conteúdos do livro e como segui-los, quando aplicar suas avaliações, atividades, projetos. Não existia a avaliação em rede aplicada atualmente pela gestão municipal.

Considerada mais importante do que as avaliações em rede (implementadas durante a pandemia do COVID-19, desde 2020), a principal forma utilizada pela gestão municipal para acompanhar o desenvolvimento e resultados das escolas continua a mesma desde 1992, é o SPAECE – Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará. Segundo a SEDUC:

O Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Educação (SEDUC), vem implementando, desde 1992, o Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Ceará – SPAECE. O SPAECE, na vertente Avaliação de Desempenho Acadêmico, caracteriza-se como avaliação externa em larga escala que avalia as competências e habilidades dos alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em Língua Portuguesa e Matemática. As informações coletadas a cada avaliação identificam o nível de proficiência e a

evolução do desempenho dos alunos. Realizada de forma censitária, essa avaliação abrange as escolas estaduais e municipais, tendo como orientação Matrizes de Referência alinhadas com as do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Esse sistema tem por objetivo fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da Rede Pública de ensino.³⁹

Esse exame considera apenas disciplinas de Português e Matemática para avaliar a Educação Básica. Além disso ele só é aplicado em quatro turmas, uma vez ao ano: Avaliação da Alfabetização – SPAECE-Alfa (2º ano); Avaliação do Ensino Fundamental (5º e 9º anos); Avaliação do Ensino Médio (3ª série). No ano de 2022, em Crato o município avaliou 1.366 alunos do 2º ano; 1.419 alunos do 5º ano e 1.506 alunos do 9º ano.⁴⁰

O SPAECE é considerado a avaliação externa mais importante da Educação Básica no estado do Ceará. Geralmente é aplicada entre o mês de novembro e dezembro, e toda a escola é mobilizada para que o resultado seja positivo. E no cotidiano escolar percebe-se que foco é o acompanhamento e o desenvolvimentos das disciplinas e turmas que realizam esse exame.

É importante analisar o quão contraditório nosso sistema de educação pode ser. Segundo dados retirados do site da SEDUC, “esse sistema tem por objetivo fornecer subsídios para formulação, reformulação e monitoramento das políticas educacionais, além de possibilitar aos professores, dirigentes escolares e gestores um quadro da situação da Educação Básica da Rede Pública de ensino.”⁴¹ E em específico para o Ensino Fundamental:

A Avaliação do Ensino Fundamental é realizada nas séries finais de cada etapa do Ensino Fundamental, com a finalidade de diagnosticar o estágio de conhecimento, bem como analisar a evolução do desempenho dos alunos do 5º e 9º anos e os fatores associados a esse desempenho, produzindo informações que possibilitem a definição de ações prioritárias de intervenção na Rede Pública de ensino (estadual e municipal).⁴²

A partir das informações acima, surge o questionamento: Como avaliar a educação básica utilizando apenas português e matemática? Utilizando apenas os alunos do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio? Percebe-se o tamanho da lacuna que se forma durante os anos no levantamento de informações e na realização de diagnósticos das demais séries. Além disso condiciona-se toda a comunidade escolar a valorizar o crescimento e aperfeiçoamento de apenas duas disciplinas, português e matemática.

³⁹ CEARÁ, Secretaria de Educação do Estado de. Currículo Cearense, SEDUC CE. Ceará: SEDUC/CE, 2022. <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>

⁴⁰ Dados da Secretaria de Educação de Crato. <https://crato.ce.gov.br/informa.php?id=2864>

⁴¹ CEARÁ, Secretaria de Educação do Estado de. Currículo Cearense, SEDUC CE. Ceará: SEDUC/CE, 2022. <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>

⁴² CEARÁ, Secretaria de Educação do Estado de. Currículo Cearense, SEDUC CE. Ceará: SEDUC/CE, 2022. <https://www.seduc.ce.gov.br/spaace/>

Isso acontece pois o resultado no SPAECE é o que determina as políticas de distribuição de verba pública para as prefeituras e para bonificação das escolas municipais e estaduais e dos seus profissionais. Desde a sua implementação, “o SPAECE vem se constituindo como instrumento central de regulação das redes municipais de ensino no Ceará.”⁴³

Entre as medidas adotadas pelo governo do estado do Ceará que utilizam os resultados do Spaece como mecanismo de regulação a educação municipal destacam-se a Lei da distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado e o Prêmio Escola Nota Dez. A Lei nº 14.023/2007, estabeleceu mudanças quanto aos critérios de repasses da cota parte do ICMS de responsabilidade estadual, determinando que dos 25%, da cota parte dos municípios, 18% estão vinculados aos resultados da educação básica no Spaece. Desse modo, desde então, àqueles que alcançam melhores resultados recebem maior repasse da cota-parte do ICMS. O Prêmio Escola Nota Dez, criado no ano de 2009, objetiva incentivar as escolas e seus profissionais a elevarem as notas no Spaece por meio da concessão de bonificação. Consiste em uma política estadual que distribui recursos diretos para as escolas públicas municipais. A finalidade é favorecer a competitividade entre as escolas para que alcancem os melhores resultados e os seus municípios ascendam na escala do ranqueamento.⁴⁴

Quando se utiliza desse tipo de estratégia para determinar o funcionamento de toda a rede de ensino, se desenvolve uma educação quantitativa, e não qualitativa. Uma educação excludente, que prioriza determinadas áreas de conhecimento em detrimento de outras. A preocupação não é formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade, sujeitos pensantes, e sim formar pessoas alfabetizadas que possuem as habilidades mínimas para compor o mercado de trabalho, ler e calcular.

Desse modo, observa-se as ciências humanas, bem como a disciplina de História, às margens do processo educativo, é uma área que vem sendo desvalorizada na construção da Educação básica pelas políticas educacionais. Então cabe aos professores trilhar os caminhos para a valorização de suas disciplinas, despertar no seu aluno o interesse por uma visão de mundo para além de prêmios materiais.

Freire destaca a importância de propiciar condições aos educandos, em suas socializações com os outros e com o professor, de testar a experiência de assumir-se como um ser histórico e social, que pensa, que critica, que opina, que tem sonhos, se comunica e que dá sugestões. Acredita que a educação é uma forma de transformação da realidade, que não é neutra e nem indiferente, mas que tanto pode destruir a ideologia dominante como mantê-la.⁴⁵

⁴³ FREIRE, A. M. S.; SILVA, A. F. O Spaece como mecanismo de regulação da educação municipal cearense. In: XI Seminário de Política e Administração da Educação da Anpae - Região Nordeste XI Encontro Estadual de Política e Administração da Educação (ANPAE/RN), 2021, p.01

⁴⁴ Ibidem, p.03

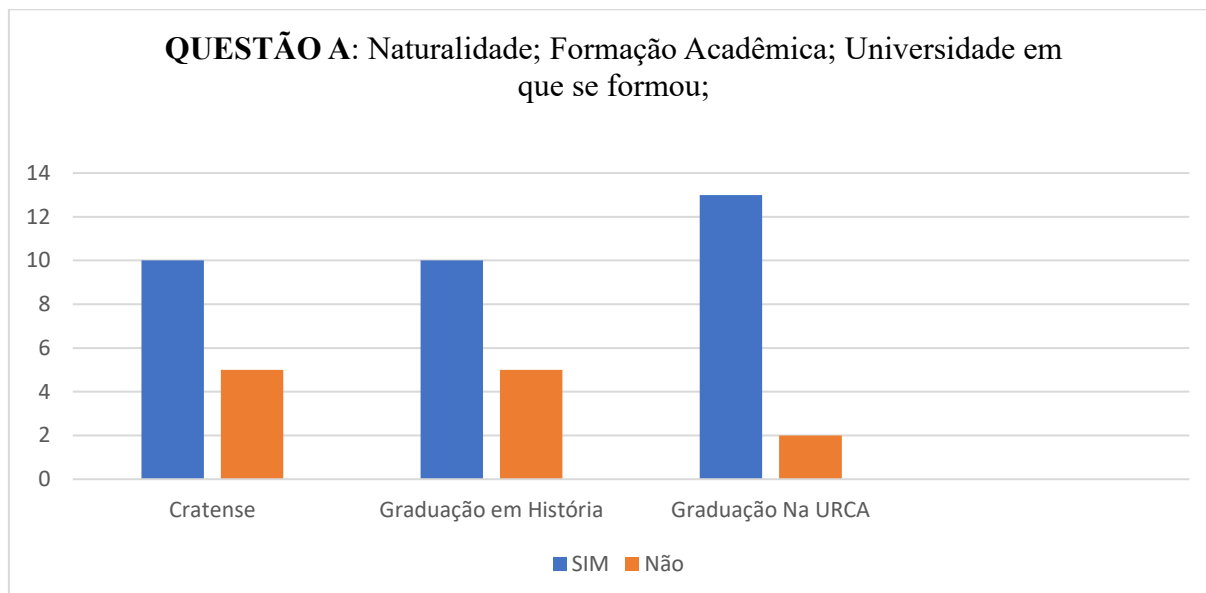
⁴⁵ Freire 1996 Apud ABE, Stephanie Kim. Pedagogia da autonomia: não há ensinar sem aprender, e vice-versa. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/pedagogia-da-autonomia-ensinar-aprender>. 2021.

Este é um dos objetivos do Ensino de História, os caminhos a trilhar estão cheios de silenciamentos, apagamentos e desafios. Percebe-se como é importante o papel do professor-educador-historiador na formação e desenvolvimento, através de suas práticas, da educação básica, e por consequência de uma sociedade cidadã.

1.2 Os Professores de História

As primeiras questões do questionário visavam informações que possibilitavam compreender quem são os professores de história que aceitaram participar da pesquisa, para tanto foram feitas perguntas como: Nome, naturalidade, universidade em que se formaram, formação acadêmica, vínculo com o município, a quanto tempo trabalha na rede municipal de ensino e a escola em que trabalham.

Esses dados são importantes para compreendermos o perfil dos docentes que participaram da pesquisa e assim refletirmos se essas características podem também influenciar no trabalho com a temática do patrimônio cultural de Crato nas aulas de História.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Essas questões possuem dois principais objetivos, o primeiro identificar onde eles fizeram a sua graduação e se são naturais da cidade ou não. Visto que segundo Evangelista

Fagundes a “aproximação afetiva e física com o objeto de estudo pode vir a ser utilizada didaticamente como fatos motivadores para a produção do conhecimento”⁴⁶.

O segundo objetivo é detectar se os professores que ministram a disciplina de História possuem graduação na área ou não, visto que foi constatado que dentro da área de Ciências Humanas no município de Crato-CE, o professor formado em História ou Geografia, pode, para completar sua carga horária, lecionar História, Geografia, Religião e até mesmo a disciplina de Artes.

Quanto à naturalidade, dos 15 professores que responderam ao questionário, dez se identificaram como cratenses e conhecedores da história da sua cidade. Dois professores são naturais de cidades circunvizinhas, que fazem fronteira com o Crato, são elas Farias Brito que fica a 45,9 km da sede do município cratense e Juazeiro do Norte que fica a 12,1 Km. No entanto, apesar de nascerem nessas cidades, residem e trabalham no Crato a mais de 20 anos.

Dois docentes são naturais de outro estado, do Pernambuco, um do município de Exu que fica a 65,2 Km de distância de Crato, os dois municípios fazem fronteira, mas que já mora e trabalha no município há aproximadamente dez anos. E o outro do município de Serrita que fica a 106 Km de distância de Crato, este professor também reside e trabalha no município há 32 anos.

Apenas um professor é recém-chegado ao município, ele passou recentemente no concurso municipal de Crato realizado no ano de 2021 (o concurso tinha apenas duas vagas para o cargo de professor de História) e foi empossado no ano de 2022. Este professor é natural da cidade de João Pessoa - PB, e em seu relato, afirma que ao começar a trabalhar na educação municipal pesquisou e estudou sobre a história da cidade e sobre os seus patrimônios culturais.

Quanto à formação acadêmica, dez afirmaram serem formados em História e cinco em Geografia, desses apenas dois não estudaram na URCA – Universidade Regional do Cariri. A URCA é referência na região do Cariri na formação docente por possuir diversos cursos de licenciatura e mestrados profissionais, muitas pessoas de diversas cidades da Região Metropolitana do Cariri, vêm estudar na universidade.

Refletimos sobre a URCA, pois seu curso de Licenciatura em História, possui as cadeiras de História do Ceará e do Cariri I, História do Ceará e do Cariri II e História e Patrimônio, o que auxilia na formação dos docentes, que estudaram na universidade, na compreensão mínima sobre a temática patrimonial. Logo infere-se que este fator pode ajudar

46 FAGUNDES, José Evangelista. A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará Mirim. 2006, p.144.

na incidência e na abordagem da temática do Patrimônio Cultural da cidade na prática docente, pois não é um assunto inexistente na formação acadêmica dos docentes.

Durante a aplicação dos questionários, quando solicitamos aos professores de Geografia para citarem uma dificuldade encontrada no trabalho com a temática do patrimônio cultural nas aulas de História, três deles responderam: “Falta de formação sobre o tema”.

O currículo do curso de Licenciatura em Geografia da URCA, possui duas disciplinas que poderiam auxiliar seus licenciandos na compreensão sobre a mesma temática, é a disciplina de Formação histórico-territorial do Cariri ministrada no 4º semestre, e a disciplina optativa História do Ceará e do Cariri.

No entanto, após uma breve entrevista com um professor do referido curso (sua identidade será resguardada), ele afirmou que na disciplina de Formação histórico-territorial do Cariri a abordagem é geo-histórica, ou seja, o foco é no debate sobre a formação da cidade através do viés ambiental, como o clima, a vegetação e a presença da Chapada do Araripe influenciaram na formação social, econômico, político do lugar, “mas que fica devendo em termos de uma abordagem do patrimônio cultural, de modo específico”⁴⁷. Ainda segundo o professor: “A disciplina existe, tem ligação com patrimônio, mas sob o olhar geográfico, aí depende muito da formação e da sensibilidade do professor, trabalhar ou não com o tema.”⁴⁸ No limite, esta última observação, poderia ser válida também para os professores formados em história, mesmo aqueles que recebem formação inicial sobre patrimônio Cultural.

A segunda disciplina citada, como é optativa, pode não ser ofertada ao longo do curso, pois depende que um professor do departamento se interesse por ofertá-la ou não. E ainda ponderou que, o único professor do curso, que teria formação/capacitação para trabalhar esse tema no curso de Geografia, foi transferido para a graduação em Turismo. Ele afirmou: “Sei que ele trabalha bem com esse tema, aliás, trabalhava, porque foi para o turismo”.⁴⁹

Ao ser questionado se, em sua perspectiva, os graduandos de geografia têm formação (durante o curso de graduação) para discutir patrimônio cultural, em sua área, o entrevistado respondeu: “Creio que não têm, porque não tem formação para isso, não sei nem se entendem algo de patrimônio, no próprio curso isso não é debatido, nunca vi essa preocupação. No curso, via de regra, não tem formação.”⁵⁰ Entretanto, como o campo da educação é dinâmico, em que

⁴⁷ Dados da pesquisa de campo realizada com um professor efetivo do curso de Licenciatura em Geografia da URCA – Universidade Regional do Cariri, em 2023.

⁴⁸ Ibidem.

⁴⁹ Dados da pesquisa de campo realizada com um professor efetivo do curso de Licenciatura em Geografia da URCA – Universidade Regional do Cariri, em 2023.

⁵⁰ Ibidem.

a constituição do ser professor é continuada, não se encerrando na formação inicial nem no currículo prescritivo, conforme pontua o mesmo entrevistado, os formados em geografia, mesmo não recebendo formação inicial compatível com as necessidades de atuação de um professor de história que discute o patrimônio, “existe uma esperança de que os novos professores que irão entrar no concurso que está em andamento se interessem pelo tema e que professores que já estão e que têm formação na área, possam assumir com toda a clareza essa abordagem”.⁵¹

Após nosso diálogo, entrei em contato com um dos cinco professores de geografia da educação básica da amostra dessa pesquisa realizei a mesma pergunta: Professor, na sua opinião, os graduandos de geografia, durante o curso de graduação, recebem formação para discutir patrimônio cultural, em sua área? E a resposta foi:

“Tínhamos uma disciplina de Geografia Cultural, mas não trabalhava especificamente o patrimônio cultural de Crato no ensino, era mais no campo teórico e no viés geográfico. Não tinha essa perspectiva para o ensino especificamente ligada à religião, festas, tradições. No entanto, essa disciplina era optativa.”⁵²

Observa-se que outra disciplina é citada, Geografia Cultural, como ferramenta que poderia auxiliar os licenciandos na compreensão sobre a temática do patrimônio cultural do Crato, no entanto também é uma disciplina optativa (que não existe mais no atual PPC – Projeto Pedagógico do Curso) e que, como seria de esperar, reverbera pelo viés geográfico.

Diante disso, depreende-se que o fato de termos 19 docentes formados em geografia ministrando a disciplina de história, pode ser um fator que prejudica na incidência e na abordagem da temática do Patrimônio Cultural da cidade na prática docente do Ensino de História, visto que é um tema insuficientemente abordado na formação acadêmica dos docentes.

Em resumo, da amostra de 15 professores, oitos deles são cratenses, possuem graduação em História pela Universidade Regional do Cariri e vivem na cidade a mais de 20 anos. Temos mais dois formados em História, não pela URCA, um deles reside em Crato também há mais de 20 anos e o outro há pouco mais de um ano. E temos cinco professores formados em Geografia que ministram a disciplina de História. É importante destacar que todos os referidos docentes ministram a disciplina de História na educação básica do 6º ao 9º ano, mesmo cinco deles não sendo formados na área.

⁵¹ Dados da pesquisa de campo realizada com um professor efetivo do curso de Licenciatura em Geografia da URCA – Universidade Regional do Cariri, em 2023.

⁵² Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

Verifica-se que 53% dos docentes muito provavelmente, conhecem minimamente a história da cidade do Crato-CE e, por conseguinte, seus bens culturais. Pois são docentes que em sua formação inicial tiveram contato com o a história local, com a discussão do tema Patrimônio Cultural e que vivem na região há mais de 20 anos. Logo docentes com possibilidades para inserir e discutir a problemática em suas aulas. No entanto, temos cinco docentes, ou seja 33% de nossa amostra, que não são graduados em História, mas que ministram a disciplina sem a formação inicial adequada.

Ricardo Oriá afirma que ao se trabalhar questões relacionadas aos bens culturais, no ensino de história, à memória e a identidade a que eles remetem, dentro das escolas, incorporando no processo de ensino-aprendizagem da disciplina, fazendo com que os alunos percebam a importância do que está ao seu redor, pode-se “estimular, nos alunos, o senso de preservação da memória social coletiva, como condição indispensável à construção de uma nova cidadania e identidade nacional plural”.⁵³ O ensino de história tem um papel fundamental na construção da cidadania, sobretudo por ser capaz de propor mecanismos que levem licenciandos, professores e alunos a compreenderem sua história e seu próprio tempo como espaço vivo, no qual também podem atuar como sujeitos críticos. No processo de formação desses sujeitos é necessário ainda considerar o próprio caráter dinâmico e relativo do conhecimento histórico, do patrimônio, do artefato cultural e simbólico capaz de mobilizar atitudes, memórias e identidades sociais.

O ensino de história pode apontar caminhos que conduzem à compreensão da transformação de uma determinada sociedade, deseja-se formar politicamente educando, conscientizando-o, ofertando condições a ele, trabalhador ou futuro trabalhador, do que é exercer a cidadania, do que é ser cidadão.

A possibilidade de o ensino de história problematizar o patrimônio, por exemplo, de assuntos como esse, transformações e construções de uma sociedade, faz com que se analise e possa se formular críticas e concepções, possibilitando assim o reconhecimento aos professores e alunos o status de sujeitos que produzem história e conhecimento em sala de aula. Logo são pessoas, sujeitos históricos que cotidianamente atuam, lutam e resistem nos diversos espaços de vivência, no trabalho, em casa e na escola.

No trabalho de um professor, conhecimento e tempo são duas faces da mesma moeda. Vimos que 93,3% da nossa amostra vive na cidade de Crato há mais de 10 anos, o que indica, possivelmente, que estas pessoas tiveram tempo suficiente para adquirir conhecimento sobre a

⁵³ FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe Maria. O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Editora CONTEXTO, 2006. P.130

história do município em que vivem e trabalham, e por consequência sobre os seus bens culturais. Portanto, poderiam evocá-los para abordar o patrimônio cultural em suas aulas de história. Mas qual patrimônio? Qual história?

Ao estudarmos a história de Crato-CE, nos deparamos com diversos escritos, que determinam diversos bens culturais do município, utilizando-os como ferramentas na construção de uma história que glorificasse a localidade, a conceituando como lugar do progresso. Como, por exemplo, Irineu Pinheiro e José de Figueiredo em seu livro “Cidade do Crato.

O primeiro aceno da cidade é alegre e prazenteiro. Há risos e vida na urbs tão belamente emoldurada por tão rica natureza. Sente-se também que há progresso na terra. A gente depara-se logo, quando o trem começa a parar, com a alinhada rua transversal Monsenhor Esmeraldo e as moderníssimas linhas do edificio Lucetti. A sala de visitas é das mais cheias de pompa e de adornos. É a praça Francisco Sá que se avista logo sair-se da bela e original gale cratense. É dos mais belos logradouros públicos do Ceará, incluindo mesmo sua bonita capital. No meio da praça a estátua de Cristo Redentor, imponente, com seus braços acolhedores, a receber o viajante cansado da exaustiva viagem. A cidade do Crato, berço de tradições gloriosas, progressista e airosa tem um quê que atrai logo as simpatias do forasteiro. Parece uma capital em miniatura... São bem movimentadas suas ruas comerciais. Muitos estabelecimentos instalam-se em prédios modernos, com vitrinas, onde se fazem semanalmente bonitas e atraentes exposições.⁵⁴

Os autores buscavam, em diversas passagens do livro, contar a história da cidade através de suas construções arquitetônicas, suas belezas naturais, seus costumes transformados em tradições gloriosas, constituindo, intencionalmente ou não, diversos bens culturais que estão presentes ainda hoje nos documentos oficiais e no imaginário da população, como patrimônios culturais.

Dessa forma, estudar a história local, de Crato-CE, é também estudar os seus bens culturais, direta e indiretamente. Dito isso, é importante refletirmos sobre o tempo, para além da ideia de pertencimento ao lugar, que estes professores dispõem como profissionais para o estudo e aplicação da temática. Por isso se fez necessário investigar qual o vínculo com o Município e há quanto tempo estes docentes atuam na rede municipal de educação de Crato.

A estabilidade em uma profissão é algo almejado por muitos, o professor não é diferente. No município de Crato-CE ser professor efetivo e temporário tem muitos contrastes. O servidor estável tem direito a escolher a escola na qual deseja ser lotado e pode permanecer nela até a sua aposentadoria, isso garante tempo e possibilidade de desenvolver diversos

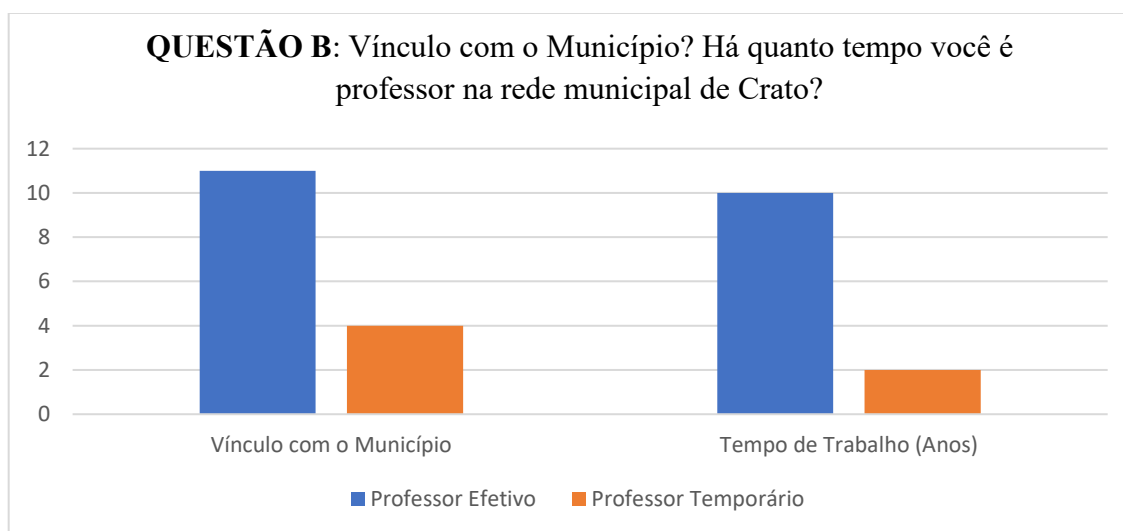
⁵⁴ PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. Cidade do Crato. Fortaleza. Edições UFC, 2010, p.64.

projetos, diversas metodologias, permite criar diversos vínculos no decorrer dos anos entre docentes e discentes, entre docentes e docentes, entre docentes e gestão.

Além de que ele tem a possibilidade, dependendo do tamanho da escola e do número de turmas que ela oferta, de ser lotado em apenas uma instituição, evitando o deslocamento para duas ou mais escolas ao longo da semana, o que evita considerado desgaste físico e mental. Logo, quando um professor é efetivo, ele tem mais tempo e, portanto, mais condições, se comparado ao professor temporário, de desenvolver um trabalho com continuidade e apoio, e se tornar mais bem-sucedido.

Já o professor temporário possui um contrato de apenas um ano, podendo ser prorrogado por mais um. É um profissional que já chega na escola com o status de professor passageiro. Isso dificulta, muito, a possibilidade de construir um ensino plural e de continuidade.

Além disso, geralmente, ele serve para “tampar” buracos deixados na carga horária das escolas pelos professores efetivos, e por isso muitas vezes é lotado em duas ou mais escolas, deslocando-se, as vezes no mesmo dia, para ambas. Essa condição de trabalho demanda muito mais tempo, e esforço, do professor temporário do que do professor efetivo. Imagina você planejar suas aulas para duas ou três escolas diferentes?



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O gráfico nos mostra que 11 professores da nossa amostra são efetivos e apenas quatro temporário. Estes afirmaram que trabalham no município há pelo menos dez anos, enquanto os professores temporários há apenas dois anos, além disso, todos os professores efetivos indicaram trabalhar em apenas uma escola, enquanto os professores temporários indicaram trabalhar em pelo menos duas.

A partir da amostra da pesquisa, infere-se que existe a expectativa de condições efetivas para inserir a temática do Patrimônio Cultural no Ensino de História do Crato-CE, pois 73,33% dos docentes são efetivos, estão a mais de 10 anos atuando na educação básica do município, no ensino de história e dispõem de condições favoráveis de formação e de trabalho para tal. Concomitante a isto, tanto a BNCC – Base Nacional Comum Curricular quanto o DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará (Documentos formativos que regem a Educação Básica), apesar de ainda tratarem o patrimônio com tema transversal, abrem espaço para a iniciativa do professor desenvolver uma educação patrimonial que reconhece, que preserva, que questiona e que ressignifica os bens culturais.

Conforme Horta, Grunberg e Monteiro a “Educação patrimonial trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”⁵⁵. Logo, analisando a condição de trabalho, explanadas acima, da grande maioria dos professores de história da nossa amostra, estas possibilitam a viabilidade desse processo duradouro e contínuo.

Ressaltando que essa metodologia de educação patrimonial precisa ser refletida frequentemente, para não correremos o risco de transformar o patrimônio cultural em apenas uma mercadoria, ou um instrumento de propagação de um saber vazio de significados.

A educação patrimonial pode conter momentos de divulgação de informação, mas não pode ser resumida à difusão e divulgação de informações sobre um bem cultural. Isso implica na necessidade da educação patrimonial deixar de ser acionada apenas ao final do reconhecimento dos bens culturais, visando sua preservação a partir da “conscientização” da sociedade [...]”⁵⁶

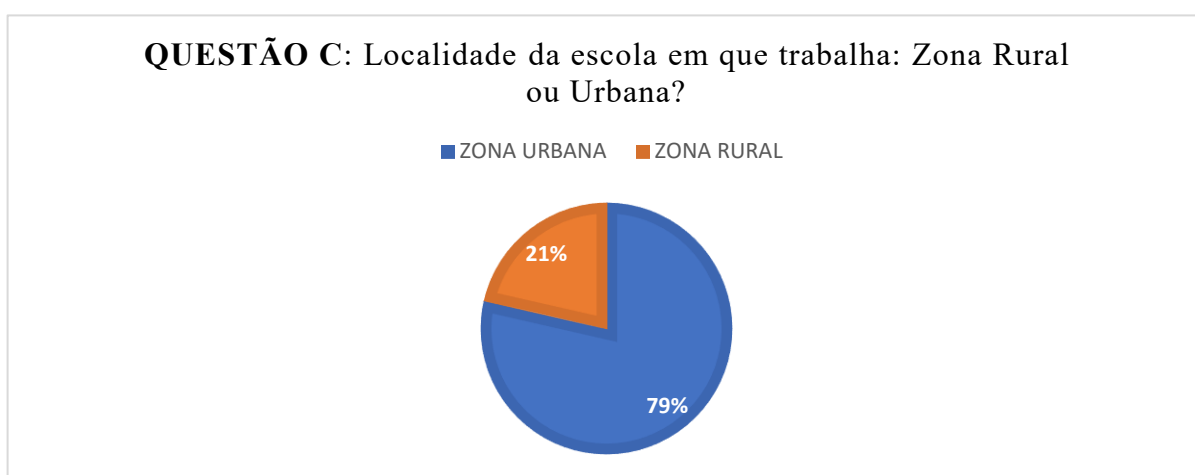
Apesar de a Educação Patrimonial apresentar ao educando os bens patrimoniais, sua função vai muito além dessa elucidação, ela deve problematizar para ensinar. Para isso ela precisa estar inserida no planejamento das aulas de história, visto que é a partir desse planejamento que o professor reflete, estuda e constrói os assuntos por ele trabalhado em suas aulas. Desse modo, faz-se necessário investigar: A temática do patrimônio é abordada nos planos de aula construídos para o Ensino de História na Educação Básica (Ensino Fundamental Anos Finais) de Crato-CE? O que eles trazem sobre patrimônio cultural do Crato?

⁵⁵ Horta, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico da educação patrimonial. Museu imperial / DEPRON - IPHAN – MINC, 1999, p.04. Disponível na página do IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf>.

⁵⁶ DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. Revista CPC. São Paulo, n. 22, p. 267-291, jul./dez. 2016, p.274.

É importante destacar que todos estes dados analisados são ponderados como fatores que podem influenciar, e não determinar, isoladamente, nos resultados da pesquisa que busca compreender qual o lugar do Patrimônio Cultural da cidade do Crato-CE no Ensino de História.

Quanto à localização das escolas em que os docentes da nossa amostra trabalham, se é na zona rural ou zona urbana, o recolhimento dessa informação é importante para analisarmos a natureza dos bens patrimoniais que porventura venham a ser trabalhados por eles. Bem como a abordagem metodológica usada para realizar o trabalho com o tema, visto que dependendo da localidade em que a escola se encontra, a quantidade de alunos é muito divergente, os horários das aulas também são diferentes e o acesso disponibilizado para o contato com os bens culturais do município é limitado.



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

O município de Crato-CE possui um total de 26 escolas que ofertam o Ensino Fundamental Anos Finais, nível da educação básica escolhido para realização da pesquisa, destas, 17 escolas estão localizadas na zona urbana e nove escolas estão localizadas na zona rural.

Apesar de 15 professores responderem ao questionário, apenas 11 escolas foram citadas, destas, nove localizam-se na zona urbana e duas na zona rural. Isso acontece, pois, três escolas da zona urbana foram citadas mais de uma vez, é o caso da EEIEF - Liceu Diocesano de Artes e Ofício que foi citada cinco vezes, a EEIEF – Aldegundes Gomes de Mattos que foi citada duas vezes e a EEIEF – Dom Quintino que também foi citada duas vezes.

Isso acontece pois são escolas que possuem um bom espaço físico (quantidade de salas) e por isso consegue ofertar um grande quantitativo de vagas, logo possui muitas turmas

e assim necessitam de professores que atuam nas mesmas áreas. É importante destacar que os professores que apontaram trabalhar em mais de uma escola, foram professores temporários.

QUESTÃO D: Nome da(s) Escola(s) em que ministra aulas de História.	
ZONA URBANA	ZONA RURAL
EEIEF - Aldegundes Gomes de Mattos	EEIEF - Escola Rosa Ferreira de Macêdo;
EEIEF - Antônio Antuérpio Gonzaga	EEIEF - João Leandro Correia
EEIEF - Dom Quintino	
EEIEF - Estado da Paraíba	
EEIEF - José Bizarra de Brito	
EEIEF - José do Vale Arraes Feitosa	
EEIEF - Liceu Diocesano de Artes e Ofícios	
EEIEF Luiz de Gonzaga da Fonseca Mota	
EEIEF Prof. Álvaro Rodrigues Madeira	

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Todas estas instituições ofertam o Ensino Fundamental Anos Iniciais, assim o espaço da escola, o transporte escolar e os recursos financeiros são divididos entre os dois níveis de ensino da educação básica. Alguns professores também atuam em ambos os segmentos, é o caso dos docentes das disciplinas de Inglês e de Educação Física por exemplo.

Durante a realização da pesquisa, visitando as escolas elencadas pelos professores, foi presenciado a realizações de atividades que trabalham com o patrimônio cultural do Crato. Na EEIEF - Prof. Álvaro Rodrigues Madeira, zona urbana, no dia 25 de novembro de 2022 uma apresentação de Reisado foi realizada pelo Serviço Social do Comércio – SESC.

O Sesc é uma instituição social, de caráter privado e sem fins lucrativos, instalada no Ceará em 1948, que promove ações na área da Educação, Lazer, Cultura, Saúde e Assistência.

Atua em aproximadamente 2,2 mil municípios em todas as regiões do Brasil e se caracteriza por possuir as maiores redes privadas de teatros e de bibliotecas do país.⁵⁷

Na realização de suas ações, atua em diversos espaços públicos, bem como no interior de outras instituições, públicas ou privadas. A unidade Sesc de cada município tem como um dos objetivos produzir e fornecer atividades culturais que promovam a compreensão e a propagação da história e cultura local. Na unidade Crato, a empresa lança editais de oficinas histórico-culturais que as escolas do município podem se inscrever para usufruir, essa inscrição pode ser feita através da iniciativa de professores ou gestores.

No dia citado, a gestão da Escola Álvaro Madeira, solicitou a oficina intitulada “Reisado de Congo da Alegria”. Um dos grupos de reisado presentes em Crato-CE e considerado um patrimônio cultural da cidade.

Expressão multicultural tradicional do ciclo natalino no sertão nordestino, representa o cortejo dos Reis Magos para saudar o Messias recém-nascido, durante o qual os peregrinos rezam ao Divino, encenam batalhas e brincam com música, dança, canto e poesia. O pesquisador Oswald Barroso ensina que ocorrem cinco tipos de reisados no Ceará: Congo, Caretas ou de Couro, Baile, Caboclos e os Bois. O reisado de caretas remete aos conflitos entre um amo fazendeiro (mestre) e os caretas (moradores) na fazenda; no de caboclos, o conflito está entre o amo (mestre) e índios semicristianizados; o reisado de baile seria a paródia de uma festa da nobreza onde o mestre, no lugar do nobre, reúne as filhas e os pretendentes para uma sátira aos costumes da elite; os bois estariam próximos do bumba-meu-boi e influenciados pelas religiões de matrizes africanas. No Crato predomina o Reisado de Congo, que se diferencia pelo uso da espada pelos praticantes. A tradição dos Congos é antiga no Cariri, remete aos primeiros anos do aldeamento e à chegada das pessoas de pele negra, fugindo das perseguições ao Quilombo de Palmares ou obrigadas ao trabalho escravo pelos cristãos. Em algumas dessas fazendas primevas, aos escravos era permitido interromper o trabalho no Natal, quando uma vez ao ano podiam reviver seus mitos e tradições, disfarçados sob os símbolos da catequese.⁵⁸

Categorizado como uma festividade tradicional que reúne cantores, dançarinos e músicos, o Reisado em Crato se ratifica através de grupos que são reconhecidos oficialmente como bens culturais da cidade. São eles: Grupo Reisado da Alegria criado pela mestra Josefa da Silva Lopes (Zefinha) em 2010; Grupo Reisado Decolores Dedé de Luna criado em 1955 pelo mestre José Francisco Luna; Grupo Reisado De Congo do Mestre Aldenir, um dos mais conhecidos do Brasil, liderado pelo Mestre da Cultura e Tesouro Vivo do Estado do Ceará, Aldemir Callou, há mais de 60 anos; Grupo Reisado de Congo Guerreiros de São Jorge criado

⁵⁷ Dados disponíveis em: <https://www.sesc-ce.com.br/institucional/sobre-o-sesc/>

⁵⁸ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.82.

pelo mestre Francisco Valmir da Silva Santos em 2015; Grupo Reisado do Coqueiro, grupo rural criado sob a liderança dos mestres Chico Carmo e Vicente Flor; Grupo Reisado do Mestre Antônio Carreiro, grupo composto por trabalhadores rurais liderados pelo mestre Antônio Carreiro; Grupo Reisado do Sítio Cruzeiro liderado pelo mestre Severino Alexandre e pela contramestre Claudiane Alexandre; Grupo Reisado do Sítio São Vicente dirigido pelo mestre Galego, composto por crianças e jovens dos sítios São Vicente, Conqueiro e Chico Gomes.⁵⁹

No entanto, a atividade cultural realizada na escola foi idealizada para a Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, partindo da ação dos professores pedagogos desse nível de ensino. Como dito anteriormente, todas as escolas, citadas pelos professores que ministram a disciplina de História nessa pesquisa, possuem esses níveis de ensino funcionando na escola ao mesmo tempo que o Ensino Fundamental Anos Finais.

Figura 4 – O “Reisado” na Escola Álvaro Madeira



Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

⁵⁹ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.83-84.

Como pode ser observado nas imagens, apenas as crianças da escola tiveram acesso as apresentações culturais do evento. Os alunos do Ensino Fundamental anos Finais permaneceram em sala cumprindo sua carga horária de aulas do dia, pois não foi uma ação realizada pelos seus professores e não estava incluso no planejamento de suas aulas do dia. Constatou-se, na referida escola, que existem ações que utilizam bens culturais da cidade nas atividades escolares, mas neste caso, não através do Ensino de História, pelos professores da disciplina de História, o que busca investigar essa pesquisa.

No entanto, surge o questionamento: Por que uma atividade cultural como esta não foi disponibilizada para toda a escola? Uma oficina rica em história, cultura e arte desenvolvida no ambiente escolar, mas que foi restrita para apenas um grupo de discentes. Quando indaguei a gestão da escola sobre o motivo dessa restrição a resposta foi simples: “Não houve um planejamento da atividade para o Ensino Fundamental Anos Finais, apenas para a participação da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Anos Iniciais”.

Planejar uma aula, pensar e construir o plano de aula de uma disciplina é algo importante na função professor. Logo é um dado importante de se analisar, como acontece o planejamento, a construção dos planos de aula, do Ensino de História no Ensino Fundamental Anos Finais, na Educação Básica, em Crato-CE?

1.3 Os Planos de Aula

Os planos de aula que constroem a disciplina de História do Ensino Fundamental Anos Finais da educação básica de Crato são importantes fontes adquiridas por essa pesquisa. Isso porque eles não são feitos pelos professores que ministram a disciplina, eles são feitos e padronizados pela SME - Secretaria Municipal de Educação. Como professora efetiva do município, tive acesso liberado a todos os planos de aula da disciplina de História do ano de 2022 e 2023, assim pude investigar se, através dos planos de aula, o patrimônio cultural de Crato-CE é explorado pelo Ensino de História.

Como já dito anteriormente, a educação no município funciona em Rede, como solução para dar continuidade ao ensino durante a pandemia do Covid-19 em 2020, a SME decidiu que todas as escolas deveriam seguir o mesmo planejamento, ministrando o mesmo conteúdo.

Como isso funciona? Ficou sob a responsabilidade dos Formadores de Área⁶⁰ elaborarem o plano de aula de cada disciplina de sua área e disponibilizarem para que todos os seus professores utilizassem o mesmo plano. Então o(a) formador(a) das ciências humanas tinha a responsabilidade de construir o plano de aula da disciplina de História, Geografia e Religião e dispor para que todos os professores dessas disciplinas utilizassem apenas esse plano. Assim todas as escolas, e por consequência todos os educandos, estariam estudando o mesmo conteúdo ao mesmo tempo.

Os planos de aula eram construídos semanalmente e disponibilizados para os professores geralmente nas sextas-feiras. O ano de 2020 foi de adaptação e aperfeiçoamento, os documentos eram disponibilizados via WhatsApp, plataforma de comunicação utilizada pela SME, cada área tem o seu “Grupo” no qual eram enviados os arquivos em modelo Word ou PDF. Por esse motivo não consegui os planos desse período, não foram salvos para consulta.

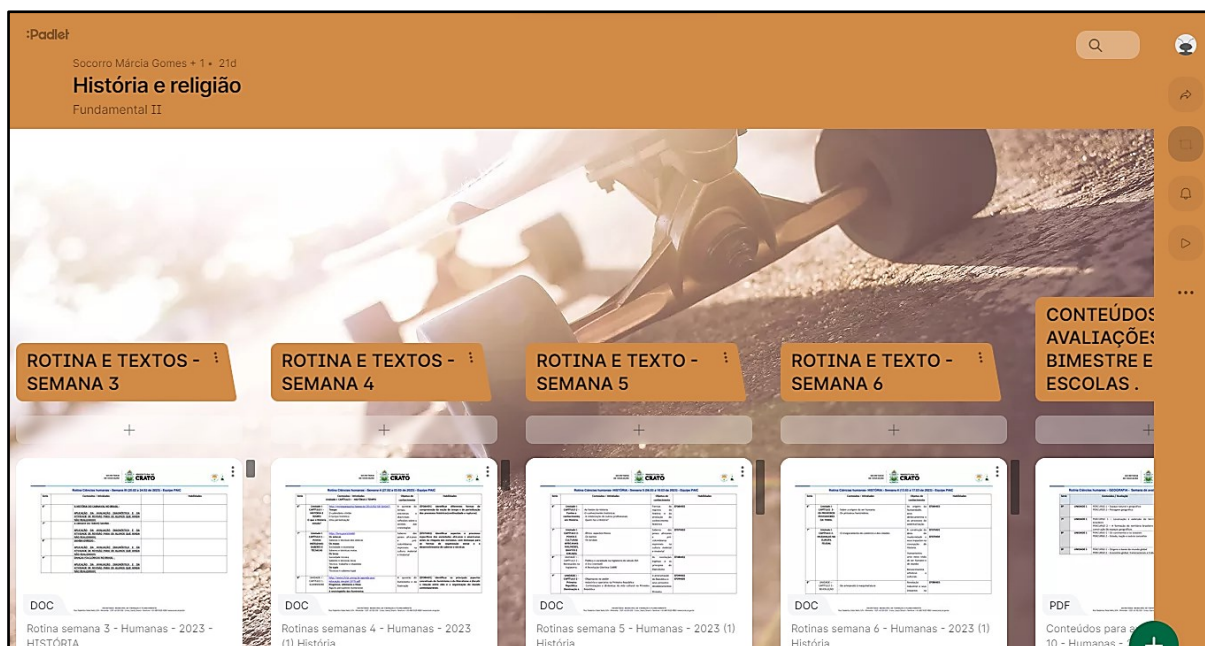
No ano de 2021, após o período de adaptação, os planos de aula eram colocados em um Link OneDrive, um serviço de armazenamento em nuvem da Microsoft. No entanto, este material já não está mais acessível e não foi possível consultá-lo para esta pesquisa.

A partir do ano de 2022 todos os documentos (Plano Anual, Planos de Aula, textos de apoio, projetos, livro didático em formato digital, entre outros) considerados importantes para o funcionamento da educação básica, passaram a ser disponibilizados e armazenados no PADLET, um software com serviço baseado em nuvem, composto por uma plataforma web colaborativa onde é possível criar murais interativos e colaborativos e depositar arquivos.

Cada área do conhecimento possui o seu próprio Padlet e os responsáveis pela alimentação da plataforma com os arquivos citados são os coordenadores/formadores de área com o auxílio de profissionais de TI – Tecnologia da Informação disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação. Os professores em geral não possuem permissão para modificar, apagar ou incluir, arquivos na plataforma.

⁶⁰ Formadores de Área são professores, retirados da sala de aula, que ficam responsáveis por proporcionar momentos de formação continuada, para suas respectivas áreas de atuação. Por exemplo, desde 2022 a formadora da área de Ciências Humanas do município de Crato, ao longo do ano organiza reuniões com todos os professores das Ciências Humanas, essas reuniões são chamadas de Formações, para ofertar e ministrar minicursos, oficinas, projetos sobre diversificados temas, como também promover discussões sobre o desenvolvimento das disciplinas de humanas (História, Geografia e Religião).

Figura 5 – PADLET das Ciências Humanas



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A imagem acima é da plataforma Padlet criada pela SME para as disciplinas de Ciências Humanas. Como pode ser visto na imagem, os planos de aula são postados em arquivos chamados de “Rotina”. Durante todo o ano de 2022, para as Ciências Humanas, as rotinas eram construídas semanalmente, o ano letivo foi dividido em 42 semanas e foi feita uma rotina (plano de aula) para cada semana.

Os planos de aula definiam o capítulo do livro didático que seria ministrado naquela semana e os tópicos daquele capítulo que seriam estudados. O que delimita bastante a autonomia de atuação do professor (e ao seguir o capítulo do livro didático, até mesmo a autonomia do responsável pelo plano era delegada ao autor do livro didático).

Observa-se na imagem abaixo, que o tema referenciado para o 6º ano na semana quatro do ano letivo de 2023 é o Capítulo Um: História e Tempo, esse capítulo, como todos os outros, são divididos em tópicos. Este plano de aula definiu que naquela semana o professor só iria trabalhar com três tópicos, são eles: Um calendário Cristão; O tempo histórico; Uma periodização;

Faz-se necessário ressaltar que a palavra “obrigatoriedade”, não é o termo usado pela Secretaria Municipal de Educação e, muito menos, pela formadora de Ciências Humanas, quando são questionados sobre o uso dos planos de aula por eles construídos, no trabalho docente. Inicialmente, foi definido como um direcionamento necessário para atingir o objetivo da rede de ensino de Crato de conseguir organizar a educação do município mediante o caos e a insegurança que a pandemia do Covid-19 produziu em 2020. No entanto, a continuidade dessa

metodologia de trabalho em rede, padronizando o ensino, o conteúdo, até mesmo o tempo de aprendizagem, permaneceu, pois, a SME entende que ao garantir o alinhamento de conteúdos entre todas as escolas, assegura ao aluno a perda mínima de conhecimento caso ele mude de instituição.

Figura 6 – Modelo de Plano de Aula da disciplina de História

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  PREFEITURA DO CRATO  			
Rotina Ciências humanas - Semana 4 (27.02 a 03.03 de 2023) - Equipe PAIC			
Série	Conteúdos / Atividades Unidade I: CAPÍTULO I – HISTÓRIA E TEMPO		Habilidades
6º	Unidade I: CAPÍTULO I – HISTÓRIA E TEMPO O que a História estuda?	http://revistapesquisa.fapesp.br/2015/02/18/164347/ Tempo O calendário cristão O tempo histórico Uma periodização	A questão do tempo, sincronias e diacronias; reflexões sobre o sentido das cronologias (EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidade e rupturas).
7º	Unidade I: CAPÍTULO 1 – POVOS INDÍGENAS: SABERES E TÉCNICAS	http://livro.pro/v5mdri Os astecas Saberes e técnicas dos astecas Os maias Sociedade e economia Saberes e técnicas maias Os incas Sociedade Incaica Saberes e técnicas incas Técnica, trabalho e impostos Os tupis Técnicas e saberes tupis	Saberes dos povos africanos e pré-colombianos expressos na cultura material e imaterial (EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

É importante destacar que a disciplina de História dispõe de duas aulas por semana, cada aula possui 50 minutos. No plano de aula do 7º ano, indicado na imagem, por exemplo, o professor deveria explicar em apenas duas aulas, as características sociais e econômicas de quatro povos mesoamericanos, assim como seus saberes e técnicas desenvolvidos ao longo de sua história. Trata-se de uma proposta de ensino, explicitamente conteudista: muita informação para pouquíssimo tempo, é muito conteúdo para se ministrar em apenas duas aulas.

Nesse capítulo do livro do 7º ano indicado no plano de aula, o livro didático traz a discussão da cidade de Machu Picchu, construída no alto da Cordilheira dos Andes no Peru e habitada pelos povos Incas, como exemplo da capacidade arquitetônica desse povo, que através do domínio de técnicas e saberes matemáticos e agrícolas, conseguiram viver na localidade para fugir da dominação e violência do colonizador europeu. Na legenda da imagem de Machu Picchu que livro exhibe vem a informação de que o local é reconhecido como Patrimônio Cultural da Humanidade, essa é a deixa que o livro didático produz para o educador inserir, discutir, problematizar a concepção de patrimônio cultural, mas ter tempo suficiente para isso, dentro desse modelo de plano de aula, é uma missão muito difícil, para não dizer impossível.

A partir de maio de 2023, houve uma mudança na área de Ciências Humanas. Os planos de aula deixaram de ser semanais e passaram a ser mensais, e durante uma Reunião de Formação, a formadora em atuação definiu e dividiu com os professores presentes no momento os conteúdos do livro didático para o restante do ano. Dessa forma, em vez de temáticas definidas por semana, temos temáticas definidas por mês.

Essa mudança garantiu mais autonomia na construção das aulas durante o ano, pois o professor passa a ter que alinhar o conteúdo direcionado pela secretaria dentro de um mês. Ele pode avançar ou retornar dentro daquele conteúdo sempre que quiser nesse período de tempo, ter mais espaço para inserir novas temáticas e discussões, pois ele passou a ter como planejar entre oito e dez aulas (aproximadamente a quantidade de aula de história dentro de um mês), o que antes era limitado a apenas duas.

A partir disso, foram analisados todos os planos de aula de História e projetos enviados pela coordenação de Ciências Humanas no ano de 2022 e 2023, com o objetivo de identificar se, através desses documentos, o patrimônio cultural de Crato-CE é utilizado pelo Ensino de História, visto que, em Crato-CE, a disciplina é direcionada pela Secretaria Municipal de Educação.

Analisando estes documentos, constatou-se que majoritariamente, eles foram construídos a partir dos capítulos do livro didático, 90% dos planos de aula trazem apenas o título do capítulo e subtemas gerais também do capítulo em sua composição. Os outros 10% referem-se a semanas de revisão e aplicação de avaliações. Em nenhum plano de aula foi constatado o direcionamento para o trabalho com a temática sobre Patrimônio Cultural, muito menos com o patrimônio cultural do Crato. São documentos que se limitam estritamente ao livro didático.

Trabalhar em Rede pode, de certa forma, limitar o trabalho do professor, mas também poderia ser uma possibilidade para inserir temáticas que muitos educadores não utilizam em sala de aula. A Secretaria Municipal de Educação junto a Coordenação de Ciências Humanas tem a possibilidade de construir uma educação plural, questionadora, significativa, cultural, adicionando temáticas como patrimônio cultural, história local, memória, identidade no Ensino de História. Mas esta apenas se limita a conseguir terminar o livro didático dentro do ano letivo.

Apenas um plano de aula não se limita ao livro didático, tanto em 2022 quanto em 2023, o plano de aula referente a terceira semana letiva direciona o professor a trabalhar com um tema que não está nos livros. Este plano busca fazer com que os educadores trabalhem com a data comemorativa Carnaval, no 6º ano deve ser trabalhada a história do Carnaval, no 7º ano deve ser trabalhado a origem do termo Samba, no 8º ano explicar o que é um Samba-Enredo e

por fim, no 9º ano apresentar as Danças Folclóricas do Brasil. Notou-se que foi utilizado o mesmo plano em 2022 e 2023.

Além dos planos de aula, tive acesso à lista de projetos enviados pela SME para o ano de 2022 e 2023 como direcionamentos para serem realizados durante o ano letivo. Lembrando que as escolas e professores têm autonomia para desenvolver e inserir seus próprios projetos junto ao que é orientado pela Rede.

QUADRO 1: Lista dos Projetos/Programas direcionados pela SME		
Projeto/Programa	Esfera	Área/Tema
Aprender Valor	Estadual	Educação Financeira
Crescer Aprendendo	Estadual	Desenvolvimento da Primeira Infância (Crianças de 0 a 6 anos)
Inteligentes	Estadual	Competências Emocionais
Maria da Penha Vai as Escolas	Municipal	Combate à violência contra a mulher.
Projeto Peteca	Estadual	Prevenção e combate ao trabalho infantil.
Primeira Infância	URBAN	Formação continuada em Desenvolvimento Infantil para os profissionais que trabalham com a Primeira Infância.
Programa Educação e Família	Federal	Fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida.
Programa Saúde na Escola - PSE	Estadual	Políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, das equipes de atenção básica e da educação básica pública.
		Habilitar os estudantes da Rede Municipal de Ensino do Crato a

Projeto Cientista do Futuro (MAPP)	Municipal	receberem bolsas de iniciação científica para realizar trabalhos de monitoria nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental II, no intuito de auxiliarem seus pares e participar de olimpíadas e competições de iniciação científica; (Apenas OBMEP e OBA)
Projeto Mais Leitura	Municipal	Incentivo à leitura
Saúde Mental e Prevenção ao Suicídio	Unicef	Competências Emocionais
Tempo de Aprender	Federal	Política Nacional de Alfabetização
Turminha Legal	Undime	Educação Socioemocional
Um por Todos e Todos por Um	Ministério Público	Materiais complementares como vídeos, tirinhas, histórias sobre as temáticas: cidadania, de ética, de participação e de responsabilidade.

Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Na pesquisa dos projetos enviados pela Secretaria Municipal de Educação, constatou-se que nenhum trabalha efetivamente com o Patrimônio Cultural de Crato. Depreende-se durante a análise dos documentos dispostos pela rede municipal de educação que orientam a educação básica, assim como o Ensino de História, que por parte da instituição, não há a indicação de trabalho com a o tema.

Se esta pesquisa utilizasse apenas a gestão da Rede de Ensino guiada pela SME – Secretaria Municipal de Educação para responder à pergunta: O ensino de história da cidade cria possibilidades para que o educando produza e/ou construa conhecimento sobre os bens culturais da cidade? A resposta seria: Não.

No entanto, outra fonte é importante de ser analisada nesta pesquisa. Para que os professores consigam constituir, inserir e problematizar a temática do patrimônio cultural de Crato-CE nas aulas de História, se faz necessário analisarmos também os materiais didáticos

disponibilizados para seu uso. O livro didático é o principal material didático fornecido e utilizado pelo município, eles abordam a temática? De que forma? Já que os planos de aula da Rede não direcionam o trabalho com o tema, mas abrem espaço para ele, os livros abrem espaço para o trabalho com o tema também?

1.4 O Livro Didático

No Brasil a história ensinada até antes dos anos 1980 era aquela tradicional positivista, eurocêntrica e linear, seguindo sempre uma sequência cronológica, metódica e tradicional, na qual se podia encontrar início, meio e fim já bem determinados. Essa caracterização contribuiu para a construção da história como disciplina escolar.

Moldada pela História positivista influente a partir do século XIX, que tinha como pressupostos a utilização das fontes escritas, tidas como oficiais, a ciência História moldou a disciplina escolar com o objetivo de encadear os acontecimentos visando caracterizar o espírito dos povos e das nações que se constituíam, de modo a criar e consolidar uma memória coletiva e uma identidade nacional.

Para Marciane Souza “as disciplinas escolares – e especificamente a disciplina de história – foram formuladas dentro de propósitos específicos de um grupo dominante”⁶¹, portanto, a memória coletiva e a identidade nacional que predominou, nesse período, na caracterização da disciplina história no Brasil, foi desse grupo. E qual seria esse grupo dominante que moldou o que se estuda nas escolas? Os conteúdos presentes nos livros didáticos de história? O que o professor pode discutir ou não na sala de aula? E por quê?

Eram os que detinham o saber, os que produziram e escreveram a historiografia brasileira nesse período. O que é validado pelo surgimento no século XIX do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) que ratificou as publicações científicas da época que se entrelaçaram à organização do Ensino de História. Ou seja, a “necessidade de coesão nacional e de unicidade como pátria se articula com o Ensino de História como ferramenta política na construção de uma identidade nacional, evidenciando o questionamento de como se ensinar”⁶².

Esta é uma das características dos livros didáticos atualmente. Nas escolas municipais de Crato, por exemplo, a coleção de livros de história adotadas pelo Ensino Fundamental Anos Finais possui uma ordem cronológica que afirma e consolida uma história do Brasil nação bem

⁶¹ SOUZA, Marciane de. Ensino de História, Memória e Patrimônio: as (re) significações e percepções dos estudantes acerca do Território Urbano, Cuiabá, MT: UFMT, 2019, p.23

⁶² Ibidem, p.24

determinada e construída por grandes heróis, grandes feitos e grandes acontecimentos. É a coleção de livros didáticos História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos, da editora FTD.

A partir dos livros do 7º ano temos organizados em uma sequência de capítulos o período das “Grandes Navegações”, até a chegada dos portugueses no “novo mundo”. Todo o processo de colonização, e organização política do território em Capitanias hereditárias, depois Governo Geral, evidenciando as revoltas nativistas e separatistas que são pioneiras na constituição do sentimento de identidade nacional.

Em seguida, nos livros do 8º ano, temos desde a chegada da Corte portuguesa ao Brasil a toda a caracterização do Primeiro e Segundo Reinado, também evidenciando as revoltas e guerras que contribuíram para formação de uma nação independente e poderosa. Os livros do 9º ano iniciam-se com a primeira república, em seguida Era Vargas, governos populistas, ditadura Militar e por fim o “Brasil Contemporâneo” finalizado com governo Dilma Rousseff.

Percebe-se então que por isso, essa caracterização do Ensino de história moldado pela produção historiográfica anterior aos anos 80, de certa forma ainda caracteriza, o Ensino de História hoje. O discurso e produção disseminados pelo IHGB que buscavam escrever e consolidar a história da nação, percebeu que nada seria mais eficiente do que usar o ensino de história para tal objetivo. No entanto, é importante destacar que a forma como o IHGB propõe a escrita historiográfica no século XIX “abordava a separação entre o local de produção do conhecimento científico – sendo este produzido pelos historiadores lá alocados – e as outras instituições como a escola por exemplo, que são destinadas à reprodução deste conhecimento.”⁶³

O que destaca o abismo de reconhecimento entre a produção de saberes historiográficos e a produção de saberes na escola, apesar dos esforços que atualmente vigoram em diminuir a distância entre a universidade e a educação básica nessa hierarquização, buscando superar a ideia do ambiente escolar como mero receptor de conhecimento, e não produtor.⁶⁴

O que tem sido contestado e sobrepujado, muito através das lutas sociais, e das transformações políticas, sociais e econômicas que ocorreram no contexto histórico do Brasil nos anos 80, e que fizeram com que uma onda de mudanças acontecesse nos diversos campos de ensino, nas escolas, nos currículos, nas fontes, nos métodos.⁶⁵

⁶³ Ibidem, p.28

⁶⁴ CABRINI, Conceição et al (Org.). O ensino de história: revisão urgente. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2005. p.33

⁶⁵ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: PAPIRUS, 2003.

A palavra “repensar” se propagou pelo país, combateu aquela história eurocêntrica, ainda que esta não deixasse de existir, positivista, cheia de exclusões a qual só poucos participavam, foi possível entender que “a história não tem um início, um meio e um fim determinados, mas se apresenta como um campo de possibilidades”.⁶⁶

Como professora da educação básica, percebo, entretanto, que essa organização cronológica de grandes acontecimentos, destacando grandes heróis, dispostos nos livros que narram uma história do Brasil com o objetivo de fazer o aluno compreender nossa construção histórica como Estado Nação, a partir desse panorama positivista, ajuda na organização das ideias. Por exemplo, o livro do 6º ano traz a Pré-História (período das Sociedades Ágrafas) e Idade Antiga, 7º ano traz a Idade Média e Moderna, 8º ano Idade Moderna e Contemporânea e 9º ano Idade Contemporânea. Seguir essa linha do tempo ajuda a criar uma linha de raciocínio que ajuda ao professor que precisa resumir a história da humanidade em poucas aulas a explicar o conteúdo e ao aluno compreender. A história quadripartite é eurocêntrica, mas reconheçamos, é sedutoramente prática e tem atendido à razão pedagógica à qual os professores estão alinhavados em sua prática.

Talvez resida aí a explicação lógica para que um dos mais belos achados da noosfera, a História Temática, uma forma de narrar articulada à história dos Annales sugerida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e materializados pelo mercado editorial, tenha sucumbido ao jogo da transposição didática interna e tenha feito tão pouco sucesso entre os livros didáticos adotados pelas instituições escolares. O jogo caloroso da sala de aula parece não ter as mesmas regras do jogo acadêmico ou do jogo da noosfera, de onde surgiu essa proposta de organização de conteúdos. A sala de aula – ou o sistema didático “principal”, perene – exigiria, muitas vezes, segmentar os conteúdos e produzir novas sínteses (dessincetização), deslocar problemáticas (descontextualização), apagar a autoria (despersonalização), programar os conteúdos em função do tempo-espço escolar, que é um espaço público de extremado controle social das aprendizagens.⁶⁷

Muito se critica nessa organização da História nos livros didáticos, mas esta é apenas uma característica, e não a única. Claro que o professor, e os livros didáticos, não querem projetar na mente do aluno que cada período da história tem início, meio e fim bem delimitados por fatos e datas, que são desassociados uns dos outros.

Esse modelo linear dá a impressão equivocada de que, em determinado momento, apenas um tipo sociedade, por exemplo, habitou a terra por vez e de que todas as organizações

⁶⁶ FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: PAPIRUS, 2003.p.93

⁶⁷ NORONHA, Gilberto Cezar de.; CUNHA, N. R. C. (Org.) . *Na Terceira Margem: teorias, metodologias e sensibilidades do ensino de História..* 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022, p.25.

sociais, políticas ou econômicas anteriores foram meros modelos mais antigos dos que vieram posteriormente. No entanto, é aí que entra o papel do professor, o material didático organiza e apresenta as informações, o professor interpreta, explica, discute com o aluno.

Essa compreensão de que o material didático tem uma função e o professor tem outra (e que ambos se complementam), que são duas ferramentas da educação distintas começou a ser melhor definida após os anos 80, com a atuação mais ativa da população na reivindicação de seus direitos de cidadania através da participação em movimentos sociais populares, na luta por direitos à memória, na maioria das vezes, protagonizados por trabalhadores, negros, mulheres, homossexuais, entre outros, os quais contribuíram para afirmação da identidade étnica e cultural também no campo da educação, cujas propostas caminharam em direção a uma educação mais inclusiva que reconhecesse a diversidade cultural, desde pelo menos os PCNs⁶⁸.

Pois assim os sujeitos da educação (educadores e educandos) passaram a ter tanta importância quanto os materiais didáticos e produções historiográficas que eram as únicas consideradas oficiais e importantes na construção e produção do saber. Seus costumes, tradições, culturas, conhecimentos, passaram a corporificar o ensino.

O ambiente escolar passou a ser visto e analisado com um campo de possibilidades, assim como o Livro Didático. Como analisamos os professores de história do ensino fundamental anos finais para compreendermos como/se estes trabalham com o patrimônio cultural de Crato na Educação Básica, é importante analisarmos também o principal material didático escolhido por eles para auxiliar na sua prática pedagógica.

Logo, se fez importante investigar como esse material elucida a temática do patrimônio cultural, e como a temática pode ser trabalhada, a partir da perspectiva docente, em confluência com o livro. Assim, no questionário aplicado aos professores, foi indagado se os livros didáticos utilizados por eles possuem a discussão sobre a temática do Patrimônio Cultural ou se abrem espaço para o trabalho com o tema.

QUESTÃO E: : A coleção de livros didáticos, de HISTÓRIA, adotada por sua escola, possui a discussão sobre a temática do Patrimônio Cultural ou abre espaço para o trabalho com o Tema?		
1. Em alguns temas sim	2. Não possui discussão sobre a temática. Mas abre espaço, principalmente nos	3. Muito pouco. Só o do 6 ano.

⁶⁸ BRASIL. MEC. Parâmetros curriculares nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

	conteúdos acerca da primeira república.	
4. Diretamente, não.	5. Sim, nos textos de orientação e apoio ao professor no livro didático.	6. Sim
7. Sim.	8. Não	9. Sim
10. Apenas de maneira superficial, no livro do sexto ano.	11. A coleção não trabalha especificamente com o conceito de patrimônio cultural, mas abre, em determinados conteúdos, a possibilidade de inserção da temática.	12. É feita de forma pontual em alguns tópicos inseridos em abordagens de alguns conteúdos específicos.
13. Sim.	14. Sim.	15. É mais presente nos livros do 6º ano. porém é possível fazer uma ponte sobre o assunto com muitos temas e conteúdos.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A secretaria de educação do município, junto aos professores, adotou no PNLD⁶⁹ de 2020 a coleção de livros didáticos: História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos para todas as escolas com Ensino Fundamental Anos Finais, que será utilizada até o final do ano de 2023. Nessa coleção a temática do Patrimônio cultural é trabalhada como tema transversal, essa é a concepção utilizada pelos PCNs e que foi reelaborada pela BNCC como TCTs – Temas Contemporâneos Transversais. Estes atuam como eixo unificador, em torno do qual organizam-se as disciplinas, devendo ser trabalhados de modo coordenado e não como um assunto descontextualizado nas aulas.

Pois a BNCC, o referencial na composição dos livros didáticos atualmente, o que importa é que os alunos possam construir significados e conferir sentido àquilo que aprendem, buscando uma contextualização do que é ensinado, a partir dos conteúdos dispostos no livro e a partir da ação do professor em inserir/trabalhar temas que sejam de relevância para desenvolvimento do educando como cidadão.

Nas suas respostas, alguns professores indicaram que o trabalho com a questão do patrimônio pode ser encontrado nos textos de orientação e apoio ao professor e no livro do 6º

⁶⁹ PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

ano. Além de afirmarem que a coleção não traz, diretamente, a discussão sobre o conceito de patrimônio cultural, mas que abre espaço para inserção e problematização do tema.

Figura 7 - Coleção de Livros Didáticos: História, Sociedade e Cidadania de Alfredo Boulos



Fonte: PNLD (2020)⁷⁰

A coleção de livros de Alfredo Boulos trás diversos textos de orientação e apoio aos professores como mencionado pela nossa amostra na *pergunta E* do questionário aplicado. Logo no início dos livros, é colocado o Patrimônio Cultural como um conceito-chave da área de História que deve ser discutido ,ao longo das séries dos anos finais do ensino fundamental. O conceito de patrimônio cultural abordado pelo livro é o da historiadora Circe Bittencourt:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.⁷¹

⁷⁰ Imagem disponível em: <https://pnld2020.ftd.com.br/colecao/historia-sociedade-e-cidadania/>

⁷¹ BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 134. (Repensando o ensino).

Logo, ao longo dos quatro livros da coleção, há um esforço para inserir bens culturais nos conteúdos que fazem parte dessas cinco categorias elencadas acima. Observando a Figura 5 na página anterior, percebe-se que as capas de cada livro trazem um bem cultural de uma região diferente do Brasil. No livro do 6º ano temos a imagem da Cavallhada de Pirenópolis – GO, um festejo popular que faz parte da Festa do Divino Espírito Santo; No livro do 7º ano a imagem é do Maracatu rural de Aliança, no estado do Pernambuco, uma manifestação cultural afro-brasileira que costuma ocorrer entre o carnaval e a páscoa, também conhecido como maracatu de baque solto ou maracatu de orquestra, ele é formado pela associação de dança, música e poesia; No livro do 8º ano a imagem é do Arraial do Belô, uma das maiores festas populares do Sudeste que homenageiam santos católicos, apesar de ter suas raízes em Portugal, foram reinventadas no Brasil; E no livro do 9º ano trás a imagem da Dança Gaúcha, que em 2005 foi reconhecida como patrimônio cultural imaterial do estado do Rio Grande do Sul.

No livro do 6º ano, inseridos de forma, digamos, sutil, há imagens de diversos patrimônios culturais, ao longo dos capítulos, que podem se caracterizar como uma porta aberta para discussão da temática. Digo sutil, pois assim como as capas dos livros, textos que discutem o que são aquelas imagens e seus significados, são praticamente inexistentes, junto a imagens existem apenas legendas apresentando-as como patrimônios culturais, mas o professor querendo passar por esta porta, encontrará um mundo de possibilidades.

Como, por exemplo, no capítulo um intitulado “História e Tempo”, para discutir o processo de mudanças e permanências na história, é usada a imagem da vista aérea do Largo do Alto da Sé, situado no alto do Morro do Serapião em Olinda-PE, um dos 19 sítios brasileiros considerados como Patrimônio Mundial da Unesco. Para dar continuidade à discussão, o professor poderia utilizar um patrimônio cultural de Crato-CE e dialogar com suas mudanças e/ou permanências.

Como exemplo utilizar a Estação Ferroviária – RFFSA da cidade, que foi inaugurada em 08 de novembro de 1926, pelo ministro da viação, Dr. Francisco Sá, e está localizada na Praça Francisco Sá, um patrimônio cultural sob o Tombo Estadual Nº26 segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, aprovada pelo COEPA - Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em 22 de novembro de 2004.

O edifício construído na primeira metade do século XX, por sua condição de estação ferroviária foi construída a fim de servir de abrigo temporário aos passageiros. Segundo a COEPA, “este prédio trata-se de obra de evidente mérito arquitetônico, bem como constitui

cenário de eventos significativos da história política e social da região, além de expressivo testemunho do desenvolvimento da cidade.”⁷²

Figura 8 – Estação Ferroviária da RFFSA em 1926



Fonte: COEPA (2022)

Figura 9 – Estação Ferroviária da RFFSA em 2022



Fonte: COEPA⁷³ (2022)

⁷² Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/crato-estacao-ferroviaria/#!/map=38329&loc=-7.232124447782976,-39.40321683883666,15>

⁷³ Ibidem.

A construção e inauguração da Estação Ferroviária, assim como da malha de ferro, foi vista como sinônimo de desenvolvimento urbano, de modernidade e progresso para o Crato. Tida como importante para o desenvolvimento econômico da cidade por possibilitar a instalação de indústrias por exemplo. Na época de sua inauguração, segundo Ana Isabel Cortez:

[...] por todo mundo, a construção dos trilhos de ferro, passou a marcar, na imaginação das pessoas, a chegada do progresso ou da modernização. O apito do trem trazia a reconfortante sensação, para as pessoas – por mais distantes que estivessem –, de estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporâneas.⁷⁴

Hoje a estação ferroviária está desativada de suas funções originais, serve como espaço cultural para diferentes exposições artísticas e eventos culturais, o que o professor, em sua aula, poderia caracterizar como uma mudança na sua trajetória histórica, um deslocamento do uso e do sentido. Como permanência poderia ser destacado a conservação da sua estrutura arquitetônica.

Ao longo de todo o livro do 6º ano, espaços para inserir o patrimônio cultural de Crato nas discussões, não faltam, pois o tema geral é inserido em diversos tópicos. No capítulo três intitulado “Os Primeiros Povoadores da Terra”, como exemplo de patrimônio cultural, é usada a imagem de uma artesã pertencente a Associação das Paneleiras de Goiabeiras fabricando uma panela de barro utilizando uma técnica indígena em Vitória – ES. No capítulo quatro intitulado “Primeiros Habitantes da América” é apresentado o Parque Nacional da Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato – PI, declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco. No capítulo cinco, como patrimônio cultural, são aludidas as famosas Pirâmides de Gizé no Egito, no capítulo sete, Machu Picchu no Peru, também patrimônio mundial da humanidade.

Caminhos para discussão do patrimônio cultural do Crato-CE, abertos pela coleção de livros didáticos utilizados pelo ensino de história na educação básica em Crato-CE, não faltam. No entanto, é uma incumbência do professor a escolha de seguir ou não por esse trajeto, pois o livro parte da discussão geral do patrimônio e de maneira descontextualizada do assunto principal do capítulo. Presume-se que por isso, alguns professores, responderam com “NÃO” e “NÃO DIRETAMENTE” a pergunta: A coleção de livros didáticos, de HISTÓRIA, adotada por sua escola, possui a discussão sobre a temática do Patrimônio Cultural ou abre espaço para o trabalho com o Tema?

⁷⁴ CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato*. Fortaleza, 2008. UFC. Dissertação de mestrado, p. 22.

É importante destacar, que o autor da coleção de livros, Alfredo Boulos, não define em qual série deve ser inserido e discutido o conceito de Patrimônio Cultural, pois ele caracteriza seus livros como uma coleção que trabalha com a História Integrada, ao buscar apresentar os conteúdos relativos à História Geral e à História do Brasil em quatro volumes da sua coleção de forma integrada. Segundo Bittencourt:

O objetivo central da História Integrada reside na superação da divisão entre História Geral, das Américas e História do Brasil. Nessa perspectiva, a História Integrada busca fornecer um estudo que possibilite ao aluno entender a simultaneidade dos acontecimentos históricos em espaços diferentes. Pode-se perceber, entre outros aspectos, que em um mesmo tempo histórico foram vivenciadas situações diferentes em diversas sociedades. Assim, enquanto em parte da Europa desenvolvia-se o sistema feudal e sedimentava-se o cristianismo, na América, os povos como os maias e incas organizavam-se em sociedades com características próprias, construindo cidades e templos, com outra lógica religiosa.⁷⁵

Partindo desse ponto, analisando a coleção de livros vigentes na educação básica do Crato e fazendo um paralelo com os discursos dos professores, constata-se que a temática é realmente disposta de maneira intrínseca aos conteúdos. Ou seja, é um tema que compõem o conteúdo de diversos capítulos, mas não de maneira direta, explícita, ele apenas está posto de forma inerente para ajudar na compreensão da ideia central daquele capítulo, sem discussão de conceitos e/ou informações sobre a história do próprio patrimônio, como direciona a BNCC.

Então, se o professor de história não discute a temática do patrimônio dentro dos conteúdos do livro didático, esta pode passar invisível aos educandos. Os livros didáticos não exploram/debatem o patrimônio cultural da cidade, mas abrem espaço para que o professor seja o agente preceptor da temática. Logo no Ensino de História do Crato, é encargo do educador o trabalho com o tema: o que de resto, de alguma forma recoloca a questão da autonomia do professor, agora sob o ponto de vista da responsabilidade.

O que pode ser um ponto positivo, pois sabemos que o livro didático de História não é uma coletânea de aulas prontas e acabadas, logo ele não substitui o trabalho dinâmico de professores e estudantes em sala de aula. E como o trabalho com o ensino de história deve ser estimulado por relações de troca entre o que é estudado e o que é vivido, pela articulação com informações interdisciplinares e pela construção de novos conhecimentos, o livro didático mesmo considerado o principal instrumento planejador das aulas pela coordenação de área,

⁷⁵ BITTENCOURT, Circe. Desafios da História Integrada. Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, São Paulo, v. 1, p.5, 2011.

pressupõe a autonomia e ajuda ao professor para que ele realize uma educação patrimonial, mostra que este subordinar-se ao processo vivido nas aulas.

Mas, o que pode também ser um ponto negativo, pois se o professor de História não discutir, não problematizar o patrimônio cultural, a temática pode se tornar inexistente. Consideremos ainda, o fato de parte dos professores que ministram as aulas de história não tem formação inicial na área, tampouco, formação adequada para trabalhar com o tema (o que é uma realidade da educação básica de Crato-CE, professores atuando em áreas diferentes da sua formação – Geografia, Filosofia).

Mais agravante ainda é que um dos propósitos que regem e delimitam o ensino na educação básica do estado do Ceará, atualmente, é o resultado quantitativo das avaliações externas, indicados no SPAECE e SAEB, e que se resume em preparar o educando com as capacitações mínimas para o mercado de trabalho ou para ingressar no ensino superior. Esse é um dos objetivos da Educação. Logo, compreender a história do lugar que você vive, a formação da memória e de identidades através do patrimônio cultural de sua cidade é importante para o mercado de trabalho? É discutido nas provas de admissão à educação superior? A resposta é não, e o educando sabe disso.

Logo, evidencia-se que se o professor, não inclui especificamente o conceito e o trabalho com o Patrimônio Cultural da sua cidade nas aulas, em suas ações e projetos, integrando o assunto com os conteúdos prescritos no livro didático, atribuindo sentido e significado a eles, este passará, talvez, despercebido.

1.5 A temática do Patrimônio histórico nos documentos Formativos Nacionais – BNCC e PCNs

A História é uma disciplina essencialmente educativa, formativa que, tem como importante objetivo a formação de consciências históricas e críticas das pessoas. Ela possibilita a construção de identidades, o conhecimento do vivido, a percepção do individual e coletivo. E, trabalhar com o Patrimônio Cultural nessa disciplina é um eficaz modo de ensinar e auxiliar a formação da percepção do individual e do coletivo, da construção de identidades e memórias.

No entanto, apesar de teoricamente o professor da Educação Básica, junto à comunidade escolar, ter liberdade para construção do plano de ensino anual, essa liberdade é limitada porque sofre pressões para seguir a prescrição de documentos norteadores para construção destes. Os dois mais importantes documentos nacionais que orientam a construção

da educação brasileira são os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais criado em 1997 e a BNCC – Base Nacional Comum Curricular, homologada em 2017.

Segundo o MEC – Ministério da Educação, a BNCC:

“é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar”⁷⁶

Ou seja, a BNCC é o documento que determina os conteúdos essenciais e indispensáveis na constituição das aprendizagens de todos os níveis da Educação Básica. É um documento obrigatório a ser implementado na composição dos currículos e dos PPP – Projeto Político Pedagógico, até 2020, pelas escolas públicas e privadas do país. Seu objetivo expresso é diminuir as desigualdades de aprendizagem possibilitando que todos os educandos do território nacional possuam a mesma base educacional, ou seja, todos devem ter a mesma oportunidade de aprender o que a BNCC define como fundamental.

A BNCC foi feita a luz dos PCNs. Estes são diretrizes norteadoras, porém, não obrigatórias, que tem como principal objetivo, a orientação do trabalho do cotidiano de Professores e especialistas em educação (PCN, 1998). Os PCNs possuem como atributos: orientar a elaboração ou revisão curricular; a formação inicial e continuada dos professores; as discussões pedagógicas internas às escolas; a produção de livros e outros materiais didáticos e a avaliação do sistema de Educação. E era o documento mais utilizado até a elaboração e implementação da BNCC.

Como os PCNs são mais antigos, eles nortearam o desenvolvimento da Educação Básica no Brasil até a criação da BNCC, esta é mais específica, pois determina com mais clareza os objetivos de aprendizagem de cada ano escolar. Enquanto os PCNs organizam as orientações pedagógicas por ciclos. Cada ciclo dos PCNs corresponde a dois anos escolares na BNCC, assim o 6º e o 7º ano da BNCC corresponde ao 3º Ciclo dos PCNs, e o 8º e 9º ano correspondem ao 4º Ciclo.

O Ensino Fundamental no contexto da BNCC, para o Ensino de História, evidencia que as temáticas que devem ser trabalhadas, são aquelas que estudam um passado que dialoga com o tempo atual. Ou seja, não se deve estudar o passado pelo passado, e sim por sua importância para o presente e através do trabalho com as fontes.

⁷⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p.07

Destaca-se que o trabalho com diferentes tipos de fontes e documentos (escritos, iconográficos, materiais e imateriais) é fundamental para a “compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram”⁷⁷. Pois o uso do artefato histórico possibilita a criação de um laboratório da memória voltado para consolidação do fazer histórico.

Assim, a disciplina deve buscar a constituição dos sujeitos através do “fazer história”⁷⁸, produzir saberes sobre si e sobre o outro, inseridos em tempos e espaços específicos, para que se tornem mais aptos para enfrentar situações marcadas pelo conflito ou pela conciliação. Saberes em que se destaquem a capacidade de comunicação e diálogo, de enfrentar problemas e propor soluções. O que dialoga com o que também define e espera os PCNs, na composição do Ensino de História, para o aluno que termina o Ensino Fundamental: “Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas.”⁷⁹

Ambos os documentos estendem orientações para que o Ensino de História atue na construção da cidadania através do estudo da diversidade cultural brasileira e do seu patrimônio cultural, ou seja, evocam o patrimônio como estratégia de formação e como fontes que possibilitam o trabalho com temas como etnias, religiões, cultura, memória, identidades.

Isso deve acontecer através da utilização de processos e métodos marcados por: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de um objeto. Os quais estimulam o pensamento e que na prática docente, o professor deve, junto ao docente, utilizar para assumirem o papel de agentes do processo de ensino aprendizagem “assumindo, ambos, uma “atitude historiadora” diante dos conteúdos propostos, no âmbito de um processo adequado ao Ensino Fundamental.”⁸⁰

Nesse contexto, um dos importantes objetivos de História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania.⁸¹

Partindo da compreensão dos objetivos do Ensino de História definidos pela BNCC, percebe-se a preocupação em promover estudos de temáticas voltadas para diversidade cultural,

⁷⁷ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017

⁷⁸ Ibidem, p.400

⁷⁹ BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998. p.55

⁸⁰ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.p.400

⁸¹ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.p.400

para valorização da memória de diversos grupos e para constituição e consciência de múltiplas identidades. Por conseguinte, é de se supor que o estudo do Patrimônio Cultural possa ser considerado fundamental para o debate nessas três esferas do conhecimento.

Porém, curiosamente não é possível encontrar diretamente na BNCC o direcionamento para o estudo do patrimônio nos conteúdos da área de Ciências Humanas propostos para o Ensino Fundamental Anos Finais, etapa de ensino utilizado na elaboração dessa pesquisa. Visto que esta tem como objetivo compreender de que forma a temática sobre patrimônio cultural é explorada no Ensino de História da cidade de Crato-CE.

As temáticas enunciadas na BNCC, do 6º ao 9º ano, são, resumidamente, as seguintes:

No 6º ano, contempla-se uma reflexão sobre a História e suas formas de registro. [...] o registro das primeiras sociedades e a construção da Antiguidade Clássica, com a necessária contraposição com outras sociedades e concepções de mundo. O período medieval na Europa e às formas de organização social e cultural em partes da África.

No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas. São debatidos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII.

No 8º ano, o tema é o século XIX e a conformação histórica do mundo contemporâneo. Destacam-se os múltiplos processos que desencadearam as independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos. África, Ásia e Europa são objetos de conhecimento, com destaque para o nacionalismo, o imperialismo e as resistências a esses discursos e práticas.

No 9º ano, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988, e o protagonismo de diferentes grupos e sujeitos históricos. O estudo dos conflitos mundiais e nacionais, da Primeira e da Segunda Guerra, do nazismo, do fascismo, da guerra da Palestina, do colonialismo e da Revolução Russa, a criação da ONU e explicam a importância do debate sobre Direitos Humanos, com a ênfase nas diversidades identitárias, especialmente na atualidade.⁸²

Do ponto de vista mais geral, a abordagem se vincula aos processos europeus, africanos, asiáticos e latino-americanos dos séculos XX e XXI, reconhecendo-se especificidades e aproximações entre diversos eventos, incluindo a história recente. Então, para que o estudo do patrimônio cultural faça parte especificamente do currículo dessa etapa de ensino, tem que partir do professor ou da comunidade escolar de cada instituição.

Pois como documento norteador da Educação Básica, a BNCC elege o patrimônio cultural como Objeto de Conhecimento (são os conceitos, os conteúdos e processos organizados nas diferentes unidades temáticas), ou seja, o tema não está elencado diretamente como conteúdo da base curricular especificado para cada período de ensino. Porém, é importante

⁸² BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p. 417-418.

destacar que o documento abre possibilidades para inserção da temática patrimônio cultural, por professores e alunos, pois deixa claro que o processo educacional deve ser multidisciplinar para possibilitar o desenvolvimento de diversas competências e habilidades.

Nos PCNs também não é possível encontrar diretamente o direcionamento para o estudo do Patrimônio Cultural nos conteúdos de história como objeto de conhecimento. A temática é abordada como um tema transversal, que como já discutido nesta pesquisa, atuam como eixo unificador, em torno do qual se organizam as disciplinas, ou seja, como o tema paralelo e complementar.

Contudo, na BNCC, nas etapas da Educação Básica (Ensino Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) a temática é citada, mais diretamente, nas Competências e Habilidades das áreas do conhecimento: Linguagens, Artes e Educação Física. No nível Ensino Fundamental Anos Finais, para História e Geografia, o Patrimônio Cultural não é citado como Objeto de Conhecimento e não é citado sequer nas Competências Gerais da área.

Na BNCC, competência é definida como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho”.⁸³ Ficou a cargo da área de Linguagens levar o estudante a reconhecer, fruir e respeitar o Patrimônio histórico:

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE LINGUAGENS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: 5 - Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.⁸⁴

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ARTE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: 9 - Analisar e valorizar o patrimônio artístico nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo.⁸⁵

HABILIDADE (EF15AR25) ENSINO FUNDAMENTAL ARTES: Conhecer e valorizar o patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas, em especial a brasileira, incluindo-se suas matrizes indígenas, africanas e

⁸³ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

⁸⁴ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p.65.

⁸⁵ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p.198.

européias, de diferentes épocas, favorecendo a construção de vocabulário e repertório relativos às diferentes linguagens artísticas.⁸⁶

Analisar, valorizar, respeitar, fruir... nunca criticar, questionar a herança legitimada? Eis aí, provavelmente o porquê de o tema não atribuído à disciplina história, de quem se espera uma atitude crítica do patrimônio no diálogo com a memória. O fato é que o processo de ensino aprendizagem é contínuo e dinâmico e, essa negligência no estudo do Patrimônio Cultural na disciplina de história: no Ensino Fundamental Anos Finais pode prejudicar o desenvolvimento de uma consciência histórica e de uma apropriação crítica dos educandos para com seus bens culturais na dinâmica sociocultural de suas ressignificações. O que, consequentemente, pode distanciá-los do “eu” e do “nós”, já discutidos anteriormente, no processo de compreensão de uma memória individual e coletiva, e de múltiplas identidades. Aprimorando, apenas, o conhecimento sobre o “outro” evidenciado nas temáticas estabelecidas, já elencadas acima, para o período entre 6º e 9º Ano.

Conclui-se que PCNs e BNCC entendem e consideram a necessidade de estudar temáticas relacionadas a diferentes saberes e culturas, que diretamente e/ou indiretamente contribuem para o trabalho com o Patrimônio Cultural. Porém, não apontam direcionamentos específicos de como promover a aprendizagem sobre o tema como constituidor de uma educação patrimonial o suficiente para promover o surgimento de ações que busquem a preservação desses bens e a real efetivação nos currículos escolares.⁸⁷

Logo, é importante que o Ensino de História desenvolvido na rede de ensino do município volte seu olhar para a narrativa dos bens culturais da cidade, estabelecendo uma relação crítica com as transformações culturais e a memória histórica do povo cratense. Já que para disciplina de História, a Base Nacional Comum Curricular não estabelece o Patrimônio Cultural como Objeto de conhecimento. A depender da prescrição deste documento, não encontraremos no ensino de história abordagem direta do patrimônio.

1.6 O Documento Curricular Referencial do Ceará

Apesar de a utilização da Base Nacional ser obrigatória na composição do currículo das escolas de educação básica, esta indica que as redes municipais e estaduais de ensino podem

⁸⁶ BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017, p.203.

⁸⁷ COELHO, Samary Pinheiro; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes. A base nacional comum curricular e sua contribuição para a preservação do patrimônio (Edição 501). **Papers do NAEA**, v. 1, n. 3, 2020. p.12

e devem incluir, além do que determina a BNCC, os seus conhecimentos regionais e locais. É importante percebermos que a BNCC não determina como ensinar, mas o que ensinar. Dessa forma cada escola e cada rede deve, dentro de seu currículo e no processo de construção do seu PPP, definir como irá trabalhar as diversidades locais.

Nesse item, destaca-se a importância do DCR - Documento Curricular Referencial de cada Estado para elaboração de preceitos que possam compor um currículo que ao mesmo tempo que valorize, também problematiza, as especificidades, memórias e identidades locais. De modo que se possa desconstruir discursos hegemônicos e combater as desigualdades.

Para isso, após a homologação da Base Nacional Comum Curricular em 22 de dezembro de 2017, iniciou-se a partir de 2018 um compromisso colaborativo entre MEC⁸⁸, o CONSED⁸⁹, a UNDIME⁹⁰, a UNCME⁹¹ e o FNCEE⁹², no qual as redes de ensino iniciaram o processo de implementação da BNCC, estabelecendo o percurso de (re)elaboração de sua proposta curricular.

O Estado do Ceará, em busca de continuar desenvolvendo uma educação composta colaborativamente com as diretrizes nacionais e em regime de parceria entre o estado e os municípios, construiu um documento curricular que fosse referência para as escolas do estado no que concerne à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental.

O Documento Curricular Referencial do Ceará (DCRC) busca apontar caminhos para que o currículo das escolas cearenses seja vivo e prazeroso, de modo a assegurar as aprendizagens essenciais e indispensáveis a todas as crianças e adolescentes, cumprindo de forma efetiva com o compromisso assumido pelo estado do Ceará que é o direito de aprender na idade certa. Com base no documento, as redes de ensino e instituições escolares públicas e privadas contarão com uma referência estadual para elaboração ou adequação de suas propostas pedagógicas.⁹³

Na descrição do documento, destaca-se a participação de gestores, professores, colaboradores, estudiosos da educação e a utilização de uma consulta pública, de e em diversos municípios para a garantia da construção de um currículo democrático e plural. “O DCRC é a consolidação de uma ação articulada e integrada para fortalecer o protagonismo dos (as) docentes, de seus alunos(as) em cada sala de aula do Estado, reafirmando o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e igualitária.”⁹⁴

⁸⁸ Ministério da Educação

⁸⁹ Conselho Nacional de Secretários de Educação

⁹⁰ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

⁹¹ União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação

⁹² Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação

⁹³ CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019, p.18.

⁹⁴ Ibidem, p.18.

Norteados pela BNCC, as diretrizes e linhas de ações que configuram o Projeto Curricular do Estado do Ceará, buscam incorporar unidades temáticas e objetos de conhecimento que aprofundam a identidade cearense, “promovendo o conhecimento de aspectos importantes para a cultura e a história do estado”.⁹⁵

O DCRC, como documento referencial, está estruturado em quatro partes: Parte I – Contexto Estadual, Histórico, Marcos Legais e Princípios; Parte II – Pressupostos Teóricos, Epistemológicos e Políticos; Parte III – Temas Integradores: Abordagem Transversal; Parte IV – Etapas de Ensino. A temática do Patrimônio Cultural ganha destaque na parte III do documento como um tema integrado sob a utilização de uma abordagem transversal intitulado Educação Patrimonial.

O documento define a Educação Patrimonial como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no Patrimônio Cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo.”⁹⁶

Ela tem como suporte o Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, destacando o uso do patrimônio cultural como fonte de estudo e conhecimento para o desenvolvimento de uma educação que valorize sua herança cultural. Recomendando ir além do saber/conhecer de conceitos, propondo que a escola, docentes e discentes promovam ações que busquem a preservação de seus bens culturais, através de projetos, pesquisas, sejam eles materiais, imateriais ou naturais, pois:

O pensamento crítico e o desenvolvimento da consciência pelo cidadão, acerca de seu Patrimônio Cultural, são fatores indispensáveis, no processo de preservação sustentável de sua história, bem como no fortalecimento do exercício ativo da sua cidadania. A Educação Patrimonial é um instrumento pedagógico de compreensão do mundo e de resgate da própria identidade cultural de uma sociedade. Este processo educacional proporciona um autoconhecimento dos indivíduos e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.⁹⁷

No entanto, mais do que preservar e valorizar, fazer uma leitura crítica do patrimônio definido e protegido de uma cidade por exemplo é muito importante quando se pretende desenvolver uma educação patrimonial, pois sob a utilização do Guia básico do IPHAN, segundo a professora Nara Rúbia, esta pode agir “no sentido de tornar os cidadãos condôminos de um patrimônio constituído pelas elites dominantes, portanto corresponsáveis por sua

⁹⁵ CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

⁹⁶ Ibidem, p.94.

⁹⁷ CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019, p.94.

preservação e valorização”⁹⁸, já que este guia corrobora com uma ideia de “alfabetização cultural”⁹⁹.

O que vai de encontro com o objetivo de desenvolver uma educação democrática que deve buscar o reconhecimento de patrimônios das mais diversas classes sociais, e nas mais diversas categorias. Pois o ensino de história deve fazer uma leitura a contrapelo do patrimônio já constituído, questionando as ambivalências que o configuram.¹⁰⁰

Não se pode desenvolver uma educação patrimonial apenas do que já está posto, uma releitura se faz necessário e uma nova abordagem metodológica também. Desenvolver uma educação para com o patrimônio, comprometida com a pluralidade e a diversidade, e não apenas sobre o patrimônio que já está posto.¹⁰¹

Conclui-se assim que cabe ao professor, na educação básica de Crato-CE, na sua prática individual, o desafio de conseguir inserir a discussão sobre o Patrimônio Cultural da cidade. Já que nos documentos formativos que analisamos não há “obrigatoriedade” pelo ensino da temática, apenas um direcionamento, do mesmo modo no currículo e no planejamento das aulas que são padronizados e direcionados pela Secretaria Municipal de Educação.

O trabalho em Rede, apesar de encaminhar a disciplina ao conteúdo mais prático do livro didático, permite uma certa autonomia na inserção de novas temáticas, não impondo barreiras, apenas definindo os limites daquilo que não pode faltar e concedendo espaço para o que o docente gostaria de adicionar.

CAPÍTULO 2: O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CRATO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Não existe docência sem discência.

(Paulo Freire, São Paulo, 1996)

A palavra docência significa: ação de ensinar; exercício do magistério. Já a palavra discência significa: ação de aprender; ou seja, esta está relacionada ao processo de

⁹⁸ CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011, p.64.

⁹⁹ “A ideia da alfabetização cultural, expressa nos anos 1930 pela frase de Mário de Andrade: “conhecer para preservar e preservar para conhecer”. (CUNHA, 2011, p.64)

¹⁰⁰ CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011, p.64

¹⁰¹ CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011, p.65

aprendizagem. Paulo Freire, educador e filósofo, reconhecidos como um dos pensadores mais importantes na história da educação mundial, destaca em suas obras a importância de refletirmos sobre essas duas palavras como conceitos que se complementam e se mesclam.

Dessa forma, aquele que ensina também deve aprender, no seu ato de ensinar, tanto consigo mesmo, quanto com seus aprendizes. Pois, no método de ensino freiriano a troca de experiências é indispensável, entre todos os envolvidos vinculados a esse processo. Tornando-se por tanto essencial na construção de uma educação de qualidade.

É importante destacar que o professor tem uma significativa responsabilidade social a cumprir em sala de aula, no ambiente escolar. Para ajudar na formação de sujeitos conscientes de sua realidade, do funcionamento da sociedade que estão inseridos. Para que possam ser capazes de fazer uma leitura de mundo crítica e libertadora. Mas claro, também podemos contribuir para a alienação e fomentar discursos excludentes, preconceituosos. Para que isso não aconteça precisamos estar abertos e dispostos a estudar, pesquisar e vivenciarmos diversos conceitos e práticas.

Faz-se necessário agora investigar qual a noção de patrimônio cultivada no Ensino de História do município pelo corpo docente que pode corroborar no desenvolvimento de uma educação patrimonial que questiona, (re)significa, preserva e/ou reconhece, os bens culturais da comunidade.

Pois, não estando na base curricular comum nacional, não estando do DCRC – Documento Curricular Referencial do Ceará, não estando nos planos de aula direcionados pela Rede de Ensino Municipal, a iniciativa dos professores de história para tratar do Patrimônio Cultural cratense se torna imprescindível. Logo, neste capítulo é plenamente justificável investigar como os professores têm concebido e trabalhado com a temática no ensino de história. Tendo como fonte os questionários aplicados a 15 professores de História da rede municipal de ensino. E a realização de duas entrevistas exploratórias com as professoras que juntas desenvolveram um projeto intitulado “Escola e Memória”, que aqui, para resguardar a identidade das entrevistadas, serão identificadas pelos pseudônimos de Entrevistada 1 e Entrevistada 2.

As perguntas do questionário semiestruturado discutidas nesse capítulo tiveram por objetivo identificar que compreensões os docentes apresentam acerca do conceito de patrimônio cultural, quais bens patrimoniais eles reconhecem e utilizam no trabalho com a temática e quais metodologias são utilizadas no trabalho com o tema. Neste capítulo refletimos também sobre a trajetória do Ensino de História no Brasil em sua relação com o campo do patrimônio cultural. Buscando compreender como o ensino de história nos remete às discussões conceituais sobre o

patrimônio na historiografia. Ao passo que podemos compreender o debate sobre a educação histórica e a educação patrimonial como possibilidades para que outros sujeitos históricos se reconheçam na construção da história através da utilização, pelo ensino de história, do patrimônio como fonte.

2.1 O Patrimônio Cultural no Ensino de História

O ensino de história que surge depois dos anos 80 é a preocupação com a formação do cidadão, a preparação deste para uma sociedade democrática, na qual ele interfere, transforma, opina, luta por seus direitos, sem opressão, sem ausência de liberdade. Dessa forma podemos construir uma ideia da sociedade que queremos, e pensar nessa sociedade significa pensar na história e na ideia de cidadania que a formaram. Para Silva e Fonseca, um dos objetivos foi reforçar “o caráter formativo da História na constituição da identidade, da cidadania, do (re)conhecimento do outro, do respeito à pluralidade cultural e da defesa do fortalecimento da democracia.”¹⁰²

A disciplina de História foi descaracterizada durante todo o período da Ditadura Militar, no qual foi excluída e substituída por “Estudos Sociais”, disciplina que englobava história e geografia e que possuía um livro didático escolhido e autorizado pelo crivo da Ditadura, no qual o professor de história não possuía autonomia para ministrar suas aulas e era proibido de discutir assuntos como políticas sociais em prol de fortalecer a construção de uma educação moral e cívica.

De acordo com Silva e Fonseca, o Ensino de História que problematiza e ressignifica saberes, surge nesse contexto dos anos 80 e cresce, apesar de enfrentar muitas dificuldades, nos anos 90, pois passa a notabilizar “a pesquisa científica cujo objeto de estudo é o ensino e a aprendizagem de História; passou-se a valorizar, cada vez mais, a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidos em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo.”¹⁰³

Ou seja, passa a ser objetivo da historiografia pesquisar e refletir criticamente sobre o papel da História na Educação Básica, sobre qual o lugar do Ensino de História e como ele pode contribuir para caracterização e consolidação do ambiente escolar como local produtor de saberes.¹⁰⁴ O que investigamos nessa pesquisa é se isso acontece em Crato-CE, pois espera-se

¹⁰² SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010. p.18

¹⁰³ Ibidem. p.14

¹⁰⁴ Ibidem, p.14

que o professores de história, possam utilizar a disciplina para entrar em contato, conhecer e compreender o patrimônio cultural de sua cidade, por exemplo. E por que não o pensar criticamente.

Essa ressignificação do ensino de história contribuiu para o processo dinâmico que perpassa a educação, integrando o aluno no processo de ensino-aprendizagem e o colocando também como produtor do conhecimento. Isto se fez necessário pois, caso contrário, o ensino de história que não inclui o estudante, este, segundo Cabrini¹⁰⁵, “impossibilita-o de chegar a uma interrogação sobre sua historicidade, sobre a dimensão histórica de sua realidade individual, de sua família, de sua classe, de seu país, de sua cidade, de seu tempo.”

Ou seja, o Ensino de História se coloca como ferramenta para esta prática de (re) construção e (re) significação do seu tempo, de sua sociedade, de culturas e costumes, de mundos. A História é uma ferramenta que tem grande poder de moldar discursos, costumes, construir verdades ou silenciar falas.¹⁰⁶

Visto que o Ensino de História pode contribuir para a identificação, conhecimento e reconhecimento do patrimônio cultural da cidade, que se integra à formação história do município, qual o conceito de patrimônio cultural cultivado pelos docentes de História de Crato? Qual patrimônio é discutido/trabalhado na educação básica? Como acontece o trabalho com a temática? Através de projetos? Como um tema transversal?

Para respondermos a essas perguntas é necessário refletirmos sobre a construção do conceito de Patrimônio Cultural pelos docentes para que assim possamos entender como o Ensino de História de Crato pode contribuir para a compreensão e valorização desse tema, ou como o patrimônio cultural local pode contribuir como ferramenta didática para o Ensino de História. O que pode resultar em uma efetiva maneira de se perceber a história dos grupos formadores de uma determinada sociedade, de um determinado Estado, ou de uma determinada cidade.

Ou seja, o debate em questão não é se o patrimônio do Crato está a serviço do ensino de história, e sim se a disciplina contribui para o reconhecimento/identificação, problematização dos patrimônios da cidade. A intenção é compreender inicialmente se existe uma conexão entre ambos na educação básica municipal, e como essa relação funciona. Desta maneira, foi interrogado aos professores:

¹⁰⁵ CABRINI, Conceição et al (Org.). O ensino de história: revisão urgente. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2005. p.34

¹⁰⁶ SOUZA, Marciane de. Ensino de História, Memória e Patrimônio: as (re) significações e percepções dos estudantes acerca do Território Urbano, Cuiabá, MT: UFMT, 2019

QUESTÃO F: O que você reconhece/entende por Patrimônio Cultural?		
1. São os objetos e coisas que dialogam com o legado da nossa cultura.	2. Patrimônio cultural pode ser entendido como os elementos materiais e ou imateriais importantes para a memória/história de um coletivo de pessoas.	3. A produção humana ao longo do tempo.
4. Toda riqueza cultural produzida pelo homem.	5. Toda herança de hábitos, tradições, jeitos de ser e fazer repassados pelas gerações passadas para as futuras.	6. Conjunto de manifestações culturais com relevante valor para a humanidade.
7. Tudo que o homem constrói/produz e que tem valor histórico.	8. Patrimônio cultural é tudo que é formado de um povo pelo conjunto dos saberes, fazeres, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade do seu povo.	9. Conjunto de bens, lugares, saberes e tradições que são importantes na formação e identidade de um povo.
10. Alguma herança cultural deixada por nossos antepassados ao qual dialoga com um presente, trazendo pertencimento e aprendizado.	11. É um conjunto de bens materiais ou imateriais que revelam valores simbólicos e representações que reforçam a identidade e a memória coletiva de um grupo. O patrimônio tem um papel importante na sociedade, que é fazer um elo entre o passado e o presente, e dada sua relevância social, contribui para que as próximas gerações tenham	12. Toda e qualquer construção social humana que carregue consigo características inerentes a um povo ou grupo social e que é repassada através do tempo para gerações posteriores.

	acesso ao conhecimento, práticas e bens do passado.	
13. Memória construída pelos seres humanos ao longo do tempo.	14. Uma construção humana muito valiosa que deve ser respeitada e preservada.	15. São legados construídos por uma pessoa ou grupo de pessoas em tempos distintos que conta a história ou contribuem com o crescimento de uma sociedade por várias gerações.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Analisando a fala dos professores, é interessante percebermos que todos eles, ao conceituar patrimônio cultural, referenciam as palavras como: povo, grupo, humanidade/homem, geração, antepassados. O que essas palavras têm em comum? Todas possuem o sentido de coletividade, que foram produzidos a partir das práticas de um grupo de pessoas, depreende-se assim que os bens definidos como patrimônios culturais pelos professores de história são aqueles que carregam a história e a memória social de um povo. O que corrobora com o que diz nossa constituição no Art.216: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.”¹⁰⁷

Entretanto a ideia de patrimônio, inicialmente era referida como um bem ou riqueza apenas de uma determinada pessoa, a ideia de patrimônio como um produto da coletividade surge através de políticas que remontam ao final do século XVIII, mais especificamente durante a Revolução Francesa, foi a partir dessa época que o patrimônio passou a tomar outro sentido, o sentido de propriedade coletiva. Isso aconteceu pois os intelectuais da época protestaram contra os revolucionários que queriam destruir os bens que lembravam o poder do clero, como obras de arte, castelos e objetos pertencentes à nobreza.¹⁰⁸

O protesto tinha como argumento que aqueles bens tinham além do valor econômico, e artístico, também valor histórico, pois contavam a história do povo da França, sobre

¹⁰⁷ BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, p.137.

¹⁰⁸ FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRI, Sandra C. A. *Patrimônio Histórico Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

camponeses, comerciantes e pobres, e por isso deveriam ser protegidos. De acordo com FUNARI e PELEGRINI:

Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater familias*, pai de família. A semelhança dos termos - *pater*, *patrimonium*, *familia* - porém, esconde diferenças profundas nos significados, já que a sociedade romana era diversa da nossa. A *familia* compreendia tudo que estava sob domínio do senhor, inclusive bens móveis e imóveis, até mesmo os animais. Isso tudo era o *patrimonium*, tudo que podia ser legado por testamento”.¹⁰⁹

Assim, reformulou-se o conceito de patrimônio nascido na Europa e expandiu-se para além dela no século XX, antes dito, apenas, como propriedade individual, podendo ser também um bem coletivo, que pode ser reconhecido e ressignificado de maneira coletiva. No entanto, em seu livro *Alegorias do Patrimônio*, Françoise Choay, o qual traz reflexões sobre o desenvolvimento das discussões sobre a conservação patrimonial e de suas origens, a autora destaca que ao reconhecer patrimônios são atribuídos propósitos distintos em momentos distintos.¹¹⁰

Ou seja, faz-se necessário refletirmos sobre as interpretações e intencionalidades ao se determinar, reconhecer um patrimônio, pois para Choay “o culto prestado hoje em dia ao patrimônio histórico exige, pois, mais do que uma verificação de prazer. Exige um questionar, uma vez que ele é o revelador, negligenciado e, contudo, incontestável, de um estado da sociedade e das questões que nela existem.”¹¹¹

E é justamente porque o Patrimônio Histórico está impregnado de significados, fazendo irromper diferentes memórias e de possuir diferentes relações com o tempo, que se legitima o seu re/conhecimento e conservação. O que é evidenciado na fala dos professores, deixa claro que além do sentido de coletividade, o patrimônio traz saberes, significados e histórias de diferentes tempos. Bem destacado na fala do professor número 15: “são legados construídos por uma pessoa ou grupo de pessoas em tempos distintos que conta a história ou contribuem com o crescimento de uma sociedade por várias gerações.”

O Patrimônio leva as marcas de seu tempo, e, portanto, a memória deste, no entanto se adotarmos práticas de conservação de tais patrimônios, sem dispor de um referencial histórico, sem atribuir valor particular aos seus significados, sem ter colocado a arte na história, é totalmente desprovido de sentido, e pode acabar levando ao esquecimento.¹¹²

¹⁰⁹ Ibidem, p.10

¹¹⁰ CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

¹¹¹ Ibidem, p.12

¹¹² CHOAY, Françoise. *Alegoria do patrimônio*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

Por isso, Choay discute a importância de se trabalhar com o patrimônio histórico, com o objetivo de entendê-lo como detentor da história que não deve ser esquecida, como prova, como fonte, possuidor e conservador de marcas, de sentidos, de violência, de histórias. E não apenas da história que pode ser lembrada, para isso ela utiliza como exemplo a Segunda Guerra Mundial.

“Do mesmo modo, as sociedades actuais desejaram conservar viva, para as gerações futuras, a recordação do genocídio do povo judeu da Segunda Guerra Mundial. Melhor do que os símbolos abstractos ou imagens realistas, melhor do que fotografias, são os próprios campos de concentração, parte integrante do drama comemorando, com as suas barracas e câmaras de gás, que se tornaram monumentos. Bastou um arranjo discreto e algumas etiquetas: da sua velha morada, para sempre deserta, os mortos e os seus carrascos advertirão até à eternidade aqueles que forem a Dachau ou a Auschwitz.”¹¹³

Posto isto, o Ensino de História deve contribuir com as políticas de preservação patrimonial e de reconhecimento de bens culturais de um local, a partir da ação de seus docentes. O Patrimônio Cultural existe, carregado de memória e significados, é um fato, no entanto é preciso quem alguém o interrogue, quais memórias – memória do que, de quem? Quais significados? O Patrimônio do Crato é alegoria do quê? Quais as informações que ele carrega? Como entendê-lo? Será que todas as pessoas ao olharem, tocarem, sentirem, vivenciarem um patrimônio conseguem identificá-lo? A resposta é não. O Patrimônio só consegue ser prova/testemunha da história que não deve ser esquecida se nós, as pessoas, conhecermos essa história, e compreendermos o porquê de preservamos a memória desse acontecimento, caso contrário ele, o patrimônio, seria incompreensível.

Os docentes ao responderem os questionários deixam claro que entendem o quão cheio de significado o patrimônio histórico é. O professor número oito escreveu: “Patrimônio cultural é tudo que é formado de um povo pelo conjunto dos saberes, fazeres, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade do seu povo.” A historicidade do patrimônio cultural está presente efetivamente nos discursos dos docentes.

E como conhecemos essa história? O ambiente escolar é o lugar impreterível para se aprender sobre, e o Ensino de História uma insubstituível ferramenta para compreensão desse saber. Pois como cita Ricardo Aguiar Pacheco:

“A ciência história - como ciência da memória social - tem como objeto de investigação o conjunto de eventos da experiência humana. Assim, a disciplina escolar de história tem a responsabilidade de problematizar junto

¹¹³ Ibidem, p.23

aos educandos as informações históricas que fazem parte da memória coletiva do tempo presente.”¹¹⁴

Segundo Ricardo Oriá¹¹⁵, o debate sobre memória e Patrimônio Cultural é recente na historiografia brasileira, bem como na produção acadêmica e no currículo da educação básica. Isso aconteceu porque os órgãos responsáveis no nosso país pela identificação e preservação desses lugares possuidores de memória histórica, estavam nas mãos dos profissionais da arquitetura.

Ou seja, até pouco tempo atrás o patrimônio histórico era assunto quase que exclusivo dos arquitetos. Em decorrência disso, houve uma valorização do patrimônio edificado, por isso muitas vezes quando se fala em patrimônio histórico para alguma pessoa leiga sobre o assunto, uma das primeiras associações é a um edifício ou monumento histórico muito antigo, o chamado patrimônio de pedra e cal. Isso acontece também, por outro fator muito importante:

“O senso comum relaciona a expressão patrimônio histórico a prédios, monumentos e outras edificações de notável valor histórico-arquitetônico que, pelo seu caráter de excepcionalidade, devem ser preservados. Isso se deve, em grande medida, à primeira legislação patrimonial do país, o Decreto-lei nº 25/37, em seu artigo 1º, explicita o conceito “patrimônio histórico e artístico”. “O Decreto-lei nº 25/37, em seu artigo 1º: Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”.¹¹⁶

O Decreto-lei acima referido por Oriá, priorizava a valorização do patrimônio edificado e arquitetônico, este norteou por muito tempo, antes da Constituição de 1988, toda a política de preservação patrimonial existente no país. Acarretando assim em todo um esquecimento e desvalorização acerca de outros bens culturais significativos que por não possuírem um estilo arquitetônico relevante ou estarem ligados a fatos históricos memoráveis, segundo a concepção histórica que vigorava, não possuíam assim valor histórico que justificasse sua preservação.

Porém, o reconhecimento de patrimônios culturais que resgatam a memória das diversas classes sociais veio crescendo e adquirindo novos significados a partir da década de

¹¹⁴ PACHECO, Ricardo de Aguiar. *Ensino de História e Patrimônio cultural: Um percurso docente*. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco 2017. p.21

¹¹⁵ FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe Maria. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Editora CONTEXTO, 2006.

¹¹⁶ FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe Maria. *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Editora CONTEXTO, 2006.p.131

80, junto à nova configuração que também ocorria com o Ensino de História, corroborando assim para quebra do estereótipo de patrimônio de pedra e cal.

O que paulatinamente, contribuiu para expansão do conceito de Patrimônio Cultural, que se tornou bem mais abrangente, e que pode ser utilizado como diferentes tipos de fontes, ele não se limita mais apenas a grandes construções e monumentos. Logo, o Patrimônio Cultural pôde ser entendido como uma ponte, um vínculo, um objeto que resgata, preserva e retrata a memória da sociedade e que faz parte da construção de suas identidades. Pois segundo Pinto:

O Património é geralmente apresentado como construção material e simbólica do passado. Porém, a maior parte dos estudos desenvolvidos nas últimas décadas insistem no facto de aquilo a que chamamos ‘património’ ser uma construção da sociedade presente, de forma a promover sentidos de identidades.¹¹⁷

Com a ampliação do conceito de patrimônio categorias foram criadas para classificá-los de acordo com suas especificidades. No seu texto intitulado Memória e Ensino de História, Ricardo Oriá cita três categorias:

Em primeiro lugar, arrola os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente. Nesta categoria, podemos citar os rios, os peixes desses rios, os vales e montanhas que circundam tais rios etc., enfim, são os recursos naturais – o chamado hábitat natural. A segunda categoria de bens culturais refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber-fazer, compreendendo, pois, toda capacidade de sobrevivência do homem em seu meio ambiente. Esta categoria inclui os elementos não tangíveis do patrimônio cultural. Já o terceiro grupo de elementos é considerado o mais importante de todos, pelo fato de reunir os bens culturais propriamente ditos, que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos, obras e construções obtidas a partir do próprio meio ambiente e do saber-fazer humano.¹¹⁸

Essas três categorias em que se classificam os patrimônios culturais são mais especificamente chamadas, respectivamente, de Patrimônio Natural, Patrimônio Imaterial ou Intangível e Patrimônio Material. Estes patrimônios são legítimo apoio à memória e à construção/expressão da identidade dos diversos grupos formadores da nação, e por isso a importância de se trabalhar a temática no ensino de história.

Nos dados coletados, nota-se que os professores compreendem e corroboram com essa diversidade do patrimônio cultural. O docente número 11 disse reconhecer o patrimônio como “um conjunto de bens materiais ou imateriais que revelam valores simbólicos e representações que reforçam a identidade e a memória coletiva de um grupo.”

¹¹⁷ PINTO, Maria Helena. O Patrimônio cultural no ensino de História: entre teoria e prática. *Fronteiras: Revista de História*, v. 21, n. 38, p. 10-28, 2019. p.12

¹¹⁸ FERNANDES, J. Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe Maria. O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Editora CONTEXTO, 2006. p.133

Constatou-se que as três categorias elucidadas por Oriá¹¹⁹ estão presentes nos discursos coletados pela pesquisa, assim como foi notório que a compreensão do conceito de Patrimônio Cultural, pelos docentes investigados, se aproxima e converge com o que é discutido pela historiografia sobre o tema.

Assim, no próximo item desse capítulo iremos analisar a prática docente. Foi constatado, através dos seus discursos, que a temática do patrimônio cultural é compreendida, mas será que ela é colocada em prática?

2.2 O Patrimônio Prescrito/Ensinado

Esta pesquisa tem como um importante protagonista o professor da disciplina de História na educação básica de Crato-CE. Analisamos, até o momento, guiados por seus relatos, importantes fontes na construção e no desenvolvimento da disciplina de História.

Examinamos os planos de aula que orientam a disciplina, o livro didático que auxilia no processo de ensino aprendizagem, e os documentos formativos BNCC e DCRC, obrigatórios e indispensáveis, que devem constituir o Ensino de História no município.

Todas essas fontes analisadas acima, quando interrogadas sobre o trabalho com a temática do patrimônio cultural, se encontram em um denominador comum, elas expressam o seguinte: o patrimônio cultural é um tema importante, fomentador do debate sobre a cultura, memória e identidade, indispensável na composição da História e corroboramos com a sua utilização no ensino de história, mas não é nossa responsabilidade discuti-lo, questioná-lo, problematizá-lo, isto fica a cargo do professor.

Por isso, neste item, busca-se analisar a prática docente para que seja possível identificarmos qual o lugar do patrimônio cultural do Crato no ensino de história, é um lugar de uso ou de esquecimento? E qual a abordagem utilizada nesse ensino: o patrimônio é problematizado? Criticado? Questionado? Ou apenas lecionado? Perguntas estas que norteiam o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, através do questionário foi indagado aos docentes:

QUESTÃO G: Nas aulas de História, você aborda/trabalha com a temática do Patrimônio Cultural? Como você aborda esse tema?		
1. Quase nunca.	2. Sim. Principalmente	3. Sim, mas pra exemplificar no contexto do conteúdo

¹¹⁹ Ibidem.

	quando abordo a história da cidade. Através de conteúdos que me propiciam discutir sobre a formação histórica da cidade, lançando luz sobre alguns prédios, monumentos e tradições locais.	especialmente quando se trata da memória. Exemplo: No 6º ano nos primeiros capítulo pode-se discutir: memória, fontes históricas e da ancestralidade.
4. Procurando adaptar a realidade do aluno, dialogando em relação a produção cultural material e imaterial da sua comunidade. Trabalho também de forma interdisciplinar, exemplo, trabalhei Era Vargas no 9º ano e abordei a temática do Caldeirão do Beato José Lourenço, já que o seu ataque ocorreu durante o governo citado. Dentro da abordagem, busquei enfatizar o valor histórico e cultural daquela comunidade, bem como as injustiças sofridas por esse povo camponês, assim como muitos outros povos, inclusive na comunidade da escola Rosa Ferreira no Baixio do Muquém, onde moro e trabalho, vivenciaram e ainda vivenciam. Dessa forma, busco envolver os alunos na busca pelo conhecimento da memória e patrimônio da sua comunidade. Desde 2012 desenvolvemos o projeto Jovens historiadores: conhecendo as nossas raízes, em que buscamos incentivá-los a pesquisar a história da sua comunidade utilizando várias fontes: orais, escritas, visuais e materiais.	5. Associado a realidade dos alunos e alunas, procurando discutir sua importância.	6. Sim. Nas aulas de religião e no 6º ano quando estudamos as fontes históricas.

7. Sim. Através de pesquisas, análise de textos e imagens, aulas de campo.	8. Sim. Geralmente quando falamos da história da cidade.	9. Sim. Em alguns conteúdos é possível inserir as questões de patrimônio cultural, principalmente nas temáticas relacionadas a História do Brasil e na formação da sociedade brasileira. Questões como a cultura afro-brasileira e indígena são alguns exemplos.
10. Sim. Inclusive, esse ano, trabalhei um projeto chamado: Escola e Memória, ao qual os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer o patrimônio local. Também, os mesmos tiveram , através de uma atividade chamada, cantinho da memória, conhecerem sua própria história, através de objetos antigos de suas famílias.	11. Sim. Partindo da realidade social e cultural no qual a escola está inserida. São temáticas regionais trabalhadas de maneira transversal e interdisciplinar com outros componentes. A partir dos conteúdos de História que tratam especificamente da temática ou ainda quando o livro traz algum aspecto que pode ser relacionado com a região em que se insere a escola. Por exemplo: os movimentos republicanos e a posição do Crato em relação a esses movimentos. A religiosidade e o papel do Padre Cícero. As romarias no Cariri. A formação histórica do Cariri e os povos originários.	12. Procuro conciliar temas ligados ao patrimônio cultural do Crato e do Cariri com temas e conteúdos da proposta curricular geral da disciplina de História. Utilizo textos complementares, materiais audiovisuais, realizo debates em sala.

13. Sim. Abordando os aspectos históricos da produção cultural dos diferentes povos e desenvolvendo projetos. Exemplo de projeto: Jovens historiadores: conhecendo as nossas raízes. Trata-se de um projeto de pesquisa histórica realizado pelos alunos da Escola Rosa Ferreira de Macêdo que tem a finalidade de conhecer sobre a história da sua comunidade (as comunidades inseridas no distrito Baixio das Palmeiras, onde se localiza a escola). Nessa pesquisa se conhece a história do nome, os aspectos econômicos, culturais e religiosos.	14. Sim. Através de textos, imagens, projetos, aulas de campo.	15. Sim. A partir da abordagem de monumentos, documentos, personalidades, instituições etc. Por meio de conteúdos como: a história local, a importância de preservar o patrimônio da escola ou até do próprio livro didático. Também falando sobre as formas corretas de usar os monumentos da cidade como praças e outros. Destacando a importância da história por trás de cada objeto.
--	--	---

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Observando o quadro, apenas um(a) professor(a) apontou que “quase nunca” trabalha com a temática do patrimônio cultural em suas aulas de história, coincidentemente ou não, foi verificado que este(a) docente é formado em Geografia. No primeiro capítulo desse trabalho foi discutida a importância de identificar a formação acadêmica desses professores para compreendermos se esse fator influencia ou não no trabalho com o tema. Além disso, quando no questionário interrogamos o porquê da inexistência do trabalho com o tema, a docente respondeu que: “faltava uma formação”. Não ter a formação inicial na área adequada para se ministrar a disciplina de História pode ter contribuído para a não abordagem do tema.

Apesar disso, é importante refletirmos sobre a realidade educacional no município, temos 19 professores de Geografia que ministram aulas de história, é um fato. Logo, analisarmos apenas de maneira negativa não é uma opção, deve-se ponderar também a composição da disciplina pelo viés da interdisciplinaridade.

Os docentes geógrafos, com certeza irão estudar, pesquisar, se preparar para conduzir esta área de conhecimento que não faz parte de sua formação, no entanto não irão simplesmente esquecer sua origem acadêmica e toda a bagagem de conhecimento que carregam com si. Interligar os conhecimentos de Geografia e de História é um caminho interessante de seguir para tentar diminuir os obstáculos, identificados pela docente um, criados pela falta de formação inicial sobre/no tema.

Como educadores, temos a oportunidade de relacionarmos os conteúdos do livro didático (principal recurso didático utilizado pela educação básica) com diversas fontes. Repletas de assuntos que podem ir além da disciplina de história, assuntos da geografia, filosofia, letras, artes, entre outros. Configurando-se como uma possível estratégia de diálogo com conteúdo de diversas disciplinas, não só os que estão presentes no livro didático ou no programa de aula específico de cada área de conhecimento, mas também assuntos que remetam a realidade dos alunos por meio de suas experiências. Segundo Maurice Tardif:

(...) o professor ideal é alguém que deve conhecer sua matéria, sua disciplina e seu programa, além de possuir certos conhecimentos relativos às ciências da educação e a pedagogia e desenvolver um saber prático e um saber baseado em sua experiência cotidiana com os alunos.¹²⁰

Como propõe a nova BNCC, a qual devemos integrar na nossa prática, a interdisciplinaridade é a palavra-chave para construção de um saber democrático e inclusivo. Interdisciplinaridade é inserir leituras diversas tanto na nossa formação, quanto na nossa prática docente. Esse conceito "envolve a globalização de conhecimento, que ultrapassa o fim entre uma disciplina e outra"¹²¹ e, portanto, a efetivação na construção do saber.

O que pode ser visto na fala do professor número seis, ele afirma que além de trabalhar com o patrimônio cultural nas aulas de História, também trabalha com o tema nas aulas de Religião. Lembrando que em Crato-CE esta disciplina fica a cargo dos professores de Ciências Humanas, ou seja, dos professores de História e Geografia. Como professora da rede, por muitas vezes utilizei as aulas de religião para inserir assuntos diversos que acreditava serem importantes para formação cidadã dos meus alunos, como o trabalho com o 20 de novembro Dia da Consciência Negra, e com o patrimônio cultural do Crato.

No nosso quadro, 14 professores afirmaram trabalhar com o tema Patrimônio cultural em suas aulas de história, ou seja 93,33% da nossa mostra, logo verifica-se que o objeto patrimônio cultural tem seu lugar no ensino de história em Crato, segundo a perspectiva docente. Chama a atenção o fato de que, embora a questão do questionário abordasse o tema em sua forma geral, e sem a necessidade de especificar, nove docentes indicaram diretamente o trabalho com o patrimônio cultural do Crato.

¹²⁰ TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. P.38-39

¹²¹ TERRADAS, Rodrigo Donizete. A importância da interdisciplinaridade na educação. Revista da Faculdade de Educação, v. 14, n. 16, p. 95-114, 2011.

Em suas respostas, é destacado o trabalho com o patrimônio cultural quando discutida a história do Crato, e que os bens culturais abordados são aqueles que fazem parte da realidade social e cultural aluno. Conforme as palavras do(a) professor(a) número 11:

Sim. Partindo da realidade social e cultural no qual a escola está inserida. São temáticas regionais trabalhadas de maneira transversal e interdisciplinar com outros componentes. A partir dos conteúdos de História que tratam especificamente da temática ou ainda quando o livro traz algum aspecto que pode ser relacionado com a região em que se insere a escola. Por exemplo: os movimentos republicanos e a posição do Crato em relação a esses movimentos. A religiosidade e o papel do Padre Cícero. As romarias no Cariri. A formação histórica do Cariri e os povos originários.¹²²

O professor afirma inserir os bens culturais, assim como a história, da cidade do Crato sempre que os conteúdos do livro didático abrem espaço para isso. Como já discutido anteriormente, a coleção de livros didáticos adotados pelo município abre espaço para o trabalho com a temática pois insere o patrimônio cultural nos conteúdos de diversos capítulos, mas não discute nem problematiza o tema, ficando sob a escolha do professor se debruçar ou não sobre o assunto.

Sabemos que o livro didático não consegue abarcar todos os conteúdos históricos que queremos, ou que achamos pertinentes, logo muitos assuntos de grande importância por diversas vezes não são nem citados. Ou são tratados como temas transversais nos documentos norteadores da construção do currículo da Educação Básica.

Temas transversais, segundo os PCNs¹²³, são aqueles que não estão diretamente explanados nos livros didáticos, mas que são importantes de serem trabalhados na construção dos currículos, pois se caracterizam por evidenciarem questões sociais urgentes presentes na vida dos educandos, tais como: saúde, sexualidade, meio ambiente, o trabalho, a cultura, a vida familiar e social, a ciência e as tecnologias, as linguagens, a ética, entre outros.

A temática do Patrimônio Cultural é um desses temas que, em muitos livros didáticos não são citados por, por muito tempo, não serem considerados temas de relevância acadêmica, ou seja, não serem cobrados nos sistemas de avaliação para ingresso nas universidades ou para o mercado de trabalho.

A educação brasileira foi e ainda é muito voltada para obtenção de resultados, avaliações e formação do jovem para o mercado de trabalho, assim os temas e conteúdos considerados importantes são aqueles que fazem o aluno passar no vestibular, ingressar na

¹²² Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹²³ BRASIL. MEC. Parâmetros curriculares nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

universidade. Um sistema de educação que pode ser interpretado e caracterizado com o objetivo de obter um resultado quantitativo, uma educação tecnicista.

É por isso que se faz importante explorar e utilizar os bens culturais relacionados com a história local, como fontes históricas fundamentais para se obter aprendizagens significativas na construção do conhecimento histórico, por exemplo, pois segundo Pinto:¹²⁴

Uma reflexão sistemática acerca de propostas de atividades de contacto direto com fontes patrimoniais poderá levar os professores a tomarem consciência da importância do uso do património como ferramenta cultural passando a integrar as experiências de aprendizagem dos alunos, e simultaneamente, levar a que a educação patrimonial seja progressivamente reconhecida no currículo nacional.¹²⁵

Logo, o uso do Patrimônio Cultural pelo Ensino de História pode tanto contribuir como prática educativa e estratégia de formação social como para o (re)conhecimento do patrimônio como evidência histórica.

Concomitante a isso, nos discursos produzidos pelos professores, é possível perceber a associação que eles fazem entre os bens culturais e a história da cidade de Crato-CE. Percebe-se que um não existe sem o outro quando destacado o trabalho com a temática do patrimônio cultural. Como é evidenciado na fala do(a) professor(a) número dois: “Sim. Principalmente quando abordo a história da cidade. Através de conteúdos que me propiciam discutir sobre a formação histórica da cidade, lançando luz sobre alguns prédios, monumentos e tradições locais.”¹²⁶ Para os docentes, o patrimônio cultural e a história local andam juntas, ao passo que são importantes de serem estudadas pois promovem o sentimento de pertencimento e de Identidade.

Além disso, encontra-se também na fala dos docentes, o entendimento que o professor é aquele profissional que pode e deve incentivar a formação cidadã por meio de temas pertinentes a realidade dos seus educandos, ou seja, a partir das experiências que os próprios alunos carregam consigo, do seu ambiente familiar ou da sua comunidade.

Construir um ensino de história que tenha significado e que proporcione ao educando o reconhecimento de si como um agente social e cultural, como um sujeito da história. Por isso, os professores afirmam que procuram trabalhar com bens culturais que estejam inseridos, ou

¹²⁴ PINTO, Maria Helena. O Patrimônio cultural no ensino de História: entre teoria e prática. *Fronteiras: Revista de História*, v. 21, n. 38, p. 10-28, 2019.

¹²⁵ *Ibidem*, p.25

¹²⁶ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

que foram produzidos, dentro da comunidade escolar do seu aluno. Como evidencia o(a) professor(a) número quatro:

Procurando adaptar a realidade do aluno, dialogando em relação a produção cultural material e imaterial da sua comunidade. Trabalho também de forma interdisciplinar, exemplo, trabalhei Era Vargas no 9º ano e abordei a temática do Caldeirão do Beato José Lourenço, já que o seu ataque ocorreu durante o governo citado. Dentro da abordagem, busquei enfatizar o valor histórico e cultural daquela comunidade, bem como as injustiças sofridas por esse povo camponês, assim como muitos outros povos, inclusive na comunidade da escola Rosa Ferreira no Baixio do Muquém, onde moro e trabalho, vivenciam e ainda vivenciam. Dessa forma, busco envolver os alunos na busca pelo conhecimento da memória e patrimônio da sua comunidade. Desde 2012 desenvolvemos o projeto Jovens historiadores: conhecendo as nossas raízes, em que buscamos incentivá-los a pesquisar a história da sua comunidade utilizando várias fontes: orais, escritas, visuais e materiais.¹²⁷

Percebe-se que na prática pedagógica desses profissionais, busca-se despertar, no educando, a percepção da importância daquele patrimônio, atribuindo-lhe significado. O patrimônio é pensado, problematizado, questionado, e não apenas lecionado. Isso é evidente nas palavras do(a) docente quatro quando afirma que desde 2012 desenvolve um projeto intitulado “Jovens Historiadores” em busca de tornar os bens da comunidade escolar dos seus alunos reconhecidos através da participação efetiva e crítica de seus discentes.

Segundo Silveira e Bezerra “conscientizar o outro é uma violência simbólica que deve ser substituída pela sensibilização e pela participação crítica acerca do patrimônio que tal sociedade detém, levando em consideração a participação dos grupos sociais envolvidos”¹²⁸, o que é alcançado quando se produz uma educação patrimonial onde o educando é, também, protagonista na produção do saber sobre o patrimônio estudado. No qual ele se reconhece como agente histórico.

É importante ressaltarmos essa preocupação evidenciada na fala dos docentes de desenvolver uma educação para e/com o patrimônio, e não sobre o patrimônio, em que se discutem a relevância desses bens para a formação histórica da cidade, atribuindo-lhes sentido. Os professores indicaram que procuram inserir a temática ao longo de suas aulas sempre que encontram abertura para isso. Nesse sentido, Cunha afirma que os debates sobre as concepções de educação patrimonial anunciam que “se vista como metodologia ela não seria adequada a

¹²⁷ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹²⁸ DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. Revista CPC. São Paulo, n. 22, p. 267-291, jul./dez. 2016, p.275-276.

todas as instituições que trabalham com o patrimônio; mas se vista como processo, diferentes metodologias podem ser inspiradas por ela e se adaptar a cada espaço ou instituição.”¹²⁹

Além disso, ficou evidenciado também a busca por se inserir e trabalhar com a diversidade do patrimônio. O docente número 15 afirma que aborda as questões do patrimônio em suas aulas de história:

Sim. A partir da abordagem de monumentos, documentos, personalidades, instituições etc. Por meio de conteúdos como: a história local, a importância de preservar o patrimônio da escola ou até do próprio livro didático. Também falando sobre as formas corretas de usar os monumentos da cidade como praças e outros. Destacando a importância a história por trás de cada objeto.¹³⁰

Na discursos dos docentes, evidencia-se que estes optaram por inserir nas suas aulas de história um conceito amplo de patrimônio cultural, quando afirmam que procuram adaptar a temática à realidade do aluno, entende-se que eles discutem os bens culturais para além daquilo que objetivamente está ou foi instituído como patrimônio cultural¹³¹, tomando como tal não apenas o que já está legitimado, oficializado, mas os diversos bens culturais que possam vir a ser reconhecidos e legitimados pelos seus discentes a partir do trabalho com a temática.

É válido lembrar que, atualmente, o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado em 1937, é o órgão encarregado de promover a proteção patrimonial no Brasil. Ele busca garantir o sentido de coletividade dos patrimônios, pois confere autonomia aos Estados, às cidades, aos cidadãos para solicitar a transformação de qualquer prática, objeto, prédio ou lugar, por exemplo, em patrimônio histórico-cultural, havendo é claro toda uma pesquisa acerca da contribuição do objeto, prédio ou lugar escolhido, para a localidade.

Por conseguinte, fez-se necessário investigar quais são esses patrimônios do município do Crato trabalhados pelo ensino de história e que se interligam a trajetória histórica do município e do estado. Visto que identificamos que o patrimônio cultural da localidade é estudado/discutido/vivenciado, é importante identificarmos qual herança cultural do Crato é

¹²⁹ CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011, p.26.

¹³⁰ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹³¹ No Brasil, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 em seu artigo 4º instituiu quatro livros de tomo nos quais seriam inscritos os bens considerados patrimônio histórico e artístico nacional, sendo eles: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Já o registro foi instituído pela Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 216 e regulamentada pelo Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000 o qual estabeleceu a criação de quatro livros de registro sendo eles: Livro de Registro dos Saberes; Livro de Registro das Celebrações; Livro de Registro das Formas de Expressão; Livro de Registro dos Lugares, podendo ser criados outros livros de registros que não se enquadrem nesses quatro citados.

legitimada/evocada no ensino de história da educação básica. Dessa forma questionamos os docentes:

QUESTÃO H: Quais patrimônios culturais (bens culturais) do Crato são abordados nas suas aulas de História?	
Lista de Bens Culturais citados	Número de Menções
A Estação Ferroviária - RFFSA	citada por 9 professores
Casa de câmara e cadeia;	citada por 8 professores
Seminário São José;	citado por 5 professores
Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto do Beato José Lourenço;	citado por 6 professores
Parque Estadual Sítio Fundão;	citada por 5 professores
Banda Cabaçal.	citada por 4 professores
Grupos de Maneiro Pau	citada por 4 professores
Grupos de Dança do Coco	citada por 4 professores
Grupos de Reisado	citado por 4 professores
Mestres da Cultural	citado por 4 professores
Irmãos Aniceto	citada por 4 professores
Chapada do Araripe	Citada por 1 professor
Nascente	Citada por 1 professor
Expocrato;	Citada por 2 professores
Festas Populares e Religiosas	Citada por 2 professores
Escolas; Universidade; Igrejas;	Citada por 1 professor

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Os bens culturais especificados pelos professores de história da nossa amostra são classificados em diversas categorias que abrangem o patrimônio cultural. São bens materiais, imateriais, artísticos e naturais presentes na memória e na composição cultural da cidade.

Os dois patrimônios mais citados pelos professores foram a Estação Ferroviária – RFFSA e a Casa de Câmara e Cadeia. Julga-se que isto decorre do fato de que essas duas

construções da cidade foram os primeiros bens culturais oficialmente reconhecidos e tombados pelo IPHAN.

Até o ano de 2005, eram os únicos dois bens culturais reconhecidos oficialmente como Patrimônios Culturais: a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Histórico e Museu Vicente Leite), construída em 1877, no encontro da Praça da Sé com a Rua Senador Pompeu no Centro da cidade. Atualmente a Casa abriga o Museu de Arte Vicente Leite no pavimento superior e Museu Histórico do Crato no pavimento térreo e está protegida pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968 e aprovada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em 14 de abril de 2004. E a RFFSA - Estação Ferroviária, inaugurada em 8 de novembro de 1926, localizada em frente à Praça da Reffsa, está protegida pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, aprovada pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural em 22 de novembro de 2004.

A Casa de Câmara e Cadeia é um prédio da primeira fase da ocupação urbana, concluído no século XIX no estilo neoclássico, possui dois pavimentos. Considerado Patrimônio histórico e cultural do município, neste prédio estão instalados o Museu Histórico do Crato José de Figueiredo Filho e o Museu de Arte Vicente Leite.

Atualmente o museu está fechado para visitação, o prédio possui mais de dois séculos, e por isso precisa de reformar urgentes, tanto estruturais quanto na composição do seu acervo. Entre seus problemas estruturais foi averiguado que existe mofo nas paredes e coberta, rachaduras, instalações elétricas irregulares, e parte do seu piso superior em madeira já desabou, além de elementos do seu acervo terem sido perdidos.

Foi publicado no site oficial da prefeitura de Crato, em setembro de 2021, um edital de licitação para contratação de serviços de engenharia para reforma do edifício, segundo o site seria feita uma parceria entre o Ministério do Turismo/Caixa Econômica Federal e o Município de Crato.

Enquanto estava em funcionamento era utilizado por diversas escolas e professores como ferramenta didática na construção de um ensino voltado para o conhecimento e valorização da história cratense, por possuir em seu acervo objetos arqueológicos que remontam aos povos originários da região, os indígenas Kariris, tais como machados, urna funerária, mãos de pilão, armamentos para corte, dentre outros que foram encontrados durante o processo da reforma da Praça da Sé, que ficam em frente ao museu, quando precisou ser escavada. Além de painéis nas paredes com informações sobre a história da cidade através dos usos do prédio, antes de ser utilizado como museu.

Figura 10 - Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Histórico do Crato)



Fonte: (FOTO/ Professor Nicolau Neto (2022))¹³²

Conta-se que, durante o período em que o prédio serviu como cadeia, presos costumavam permanecer junto às grades e interagiam com os moradores, pediam auxílio, chacoteavam, alguns lançavam fezes e urina nos transeuntes. “A memória popular afirma que o odor em torno do prédio era insuportável, evidenciando as condições em que os detidos viviam”¹³³. O preso mais conhecido das masmorras foi Barbara de Alencar, levada em 1817 para a cela abaixo do nível do solo. Durante a ditadura civil-militar após 1964, líderes como Elói Teles de Moraes, Raimundo Bezerra, Hugo de Paiva Bezerra e José Tarcísio Costa foram presos e torturados no prédio. Antes de ser convertido em espaço museográfico em 1970, abrigou a Prefeitura, Câmara Municipal, Fórum, Junta Militar e Delegacia de Polícia.¹³⁴

Muitas aulas costumavam acontecer no prédio, professores utilizam dessa metodologia, as chamadas aulas de campo, como evidencia em suas palavras o docente número sete e 14, que levavam diversos discentes ao longo do ano para visitá-lo e este era tratado como um lugar de memória. Conforme Silva apud Nora:

¹³² Disponível em: <https://www.intelectualorganico.com/post/com-mais-de-200-anos-museu-hist%C3%B3rico-do-crato-est%C3%A1-com-estrutura-comprometida>

¹³³ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.51

¹³⁴ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.51

A memória é algo ausente no presente. O homem contemporâneo, por não mais conseguir lembrar o passado, mas apesar disso, sentir necessidade de manter vínculo com o mesmo, conhecer suas origens e referências, elege lugares, bens, objetos para serem lembrados. Esses objetos se tornam elos entre o presente e o passado. Portanto, os lugares de memórias são práticas de artificialização da memória. Pela compreensão de Nora, se sentimos necessidade de eleger algo como elemento de memória, elo entre presente e passado, já não é mais memória e sim História. Se há lugares de memória, esta já não é espontânea. É evocada por suportes cuja função é fazer lembrar. Um lugar entendido como de memória, é investido de uma aura simbólica, sendo o ritual o mantenedor da memória e da identidade de um grupo.¹³⁵

Segundo Nora¹³⁶, um lugar de memória vai muito além de ser caracterizado como um objeto material, ao fazer isso, estamos desconsiderando toda a significação simbólica, memorial e identitária que ele carrega. Os critérios essenciais para um lugar de memória, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos”¹³⁷. Neste sentido, a Casa de Câmara e Cadeia nada mais é do que uma tentativa de fazer lembrar do passado do Crato, institucionalizado, legitimado até como portador da memória como bem cultural. Embora este seja um lugar praticado, memória voluntária, o seu abandono há mais de sete anos nos faz lembrar das contradições dos usos do passado.

A Estação Ferroviária – RFFSA foi o patrimônio mais citado pelos professores, julga-se que o motivo desse fato, diferentemente da Casa de Câmara e Cadeia, é que a RFFSA nunca caiu em desuso. Apesar de sua atribuição original não ser mais utilizada, a estação continua sendo palco de atividades da população em geral. Localizada na praça Francisco Sá, o prédio já foi utilizado por restaurantes, para exposições de artes, para apresentações musicais e teatrais, entre outras.

Atualmente, o edifício faz parte do Centro Cultural do Araripe – RFFSA, inaugurado em 28 de dezembro de 2007, e que conta com um auditório com capacidade para 150 pessoas, uma pizzaria restaurante, uma galeria para exposições, um palco de alvenaria, o prédio da Secretaria de Cultura, um anfiteatro, a Biblioteca Pública e o Restaurante Popular, café e pátio externo para atividades culturais de pequeno, médio e grande porte.

¹³⁵ SILVA, Antônia Lucivânia da. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial./ Antônia Lucivânia da Silva – Crato-CE, 2019. Dissertação (mestrado) Universidade Regional do Cariri– URCA / Departamento de História / Mestrado Profissional em Ensino de História – 2019, p.45.

¹³⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1999.

¹³⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1999, p.21

Toda a população pode ter acesso ao espaço da Estação Ferroviária para realização de atividades culturais, basta redigir e enviar um ofício de solicitação do uso do espaço para análise da Secretaria de Cultura. Muitas escolas utilizam o lugar para realização de diversas atividades, motivo este que o faz ser tão notório.

Reflete-se que é um bem cultural que continua criando memórias e significações para a população, um local produtor de saberes que conecta passado e presente, o que tem uma relação direta com seu estado de preservação, evocando também outras relações importantes do patrimônio, especialmente com o turismo, lazer e comércio.

Percebe-se que o uso do patrimônio, ou seja, a sua utilidade, seja social, econômica ou cultural, atribuída a ele foi o fator preponderante para a sua preservação. A política de tombamento de ambos os prédios não foi suficiente para sua conservação, visto que a Casa de Câmara e Cadeia se encontra deteriorada, cheia de estragos, justamente por ter sido fechada. Enquanto a Estação Ferroviária, passa por diversos reparos constantemente. Reflete-se assim que as políticas de patrimonialização devem ultrapassar a noção de, apenas preservação, para a apropriação e (res)significação, para garantirmos a existência desses bens culturais.

Para completar a lista de bens culturais arquitetônicos, o terceiro bem cultural mais citado foi o Seminário São José, uma escola secundária religiosa inaugurada no Crato em 1875, localizado no bairro Seminário. Segundo a Diocese do Crato:

A origem do Seminário São José começa pelo desejo do primeiro bispo do Ceará, Dom Luiz Antônio dos Santos (1861-1881), de fundar em Crato um educandário religioso. Para executar este sonho, Dom Luiz Antônio enviou em 1872 dois padres lazaristas, Guilherme e Antônio, que pregaram a necessidade deste projeto e recolheram donativos indispensáveis para a sua construção. Em agosto de 1874, Dom Luiz Antônio dos Santos autoriza o Pe. Enrile a iniciar a edificação do Seminário do Crato. A fim de acompanhar de perto os trabalhos o próprio Dom Luiz se desloca de Fortaleza e reside uma temporada em Crato. Em 7 de Março de 1875, ainda na fase de construção, o Bispo do Ceará colocou em funcionamento o Seminário São José, utilizando para tanto barracões de palha, enquanto se concluí a edificação do imponente edifício. Portanto a instalação do seminário se deu bem antes da criação da diocese do Crato, que só veio ocorrer 39 anos depois, em 20 de outubro de 1914. Ao longo de sua existência o Seminário São José foi fechado e reaberto várias vezes, devido ao fenômeno das secas, crises climáticas que assolaram o sertão nordestino.¹³⁸

Atualmente funciona no prédio a Igreja São José que realiza missas aos domingos, e o Seminário, que em suas atividades oferta o curso preparatório para novos sacerdotes católicos e o Curso Teológico.

¹³⁸ DIOCESE DO CRATO. Seminário São José. 2022. Disponível em: < <https://diocesedecrato.org/seminario-sao-jose/> > Acesso em 20 de dezembro de 2023.

Figura 11 – Seminário São José de Crato-CE



Fonte: Diocese do Crato (2014)

A construção não é aberta para visitação, e possui apenas funções religiosas, depreende-se que os professores citam o local como bem cultural porque este está ligado a trajetória histórica religiosa do município. Conta-se que o reitor do seminário, monsenhor Francisco Monteiro, “foi o difusor o Milagre da Hóstia com a beata Maria de Araújo e mobilizou romaria de 3 mil cratenses a Juazeiro. Transes místicos da beata na Capela de São José, agregada ao prédio, foram observados e notificados ao bispo”¹³⁹, este decidiu por suspender as ordens de Monteiro e interromper as atividades letivas.

O milagre da hóstia realizado pela beata Maria de Araújo está diretamente ligado a outro patrimônio cultural utilizado pelos professores de história em suas aulas, é o Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto do Beato José Lourenço. Seu tombamento foi instituído pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT) em 21 de março de 2005. Está localizado na encosta da chapada do Araripe, no distrito de Santa Fé, a cerca de 20km da sede do município do Crato, protegido pelo Tombo Estadual nº26 segundo a lei nº 13.465.

Segundo a SECULT, seu tombamento foi justificado pelo local ter sido o palco, entre os anos de 1928 e 1937, “de uma experiência comunitária baseada na autogestão e na religiosidade popular, cujo líder foi José Lourenço Gomes da Silva, o Beato José

¹³⁹ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.59

Lourenço.”¹⁴⁰ Definido como um patrimônio arquitetônico, o local pode se tornar uma Unidade de Conservação (UC) através de um projeto que vem sendo planejado pela Secretaria de Cultura de Crato, pois considera o local um espaço simbólico da memória da região.

Sítio de relevante valor histórico e cultural, foi cedido pelo Padre Cícero ao beato José Lourenço da Silva em 1926, para abrigar os desvalidos e encaminhá-los para o que hoje seria nomeado de agroecologia. Com os camponeses beatos, o terreno desértico e assombrado ganhou barramentos de água, carrascais foram cultivados e a comunidade tornou-se autossuficiente, com agropecuária, algodão, produção de roupas e pequena fundição. Remanescentes relataram que não existia propriedade privada no Caldeirão, que guardavam excedentes e socorriam os deserdados, com a replicação do modelo da Casa de Caridade do Padre Mestre Ibiapina. Em 11 de setembro de 1936, dois anos após a morte do Padre Cícero, a comunidade com cerca de duas mil pessoas foi ocupada pela Polícia Militar do Ceará. Em nome de alegados direitos de reintegração de posse pelos herdeiros, a Diocese de Crato e os Salesianos, saquearam benfeitorias, cometeram violências físicas, simbólicas e expulsaram os beatos, colocando ponto final na experiência popular de fartura e justiça social. Narrativas orais enfatizam que um avião fez vôos rasantes, metralhando pessoas de preto na Chapada, falam em perseguições, chacina e sepultamentos coletivos clandestinos na localidade Mata Cavalos. Mais de 400 casas de camponeses teriam sido derrubadas e queimadas. O Sítio do Caldeirão abrange as ruínas da casa do Beato José Lourenço, do velho engenho e de um cemitério, a Igreja de Santo Inácio, barragens, furnas de pedra e alicerces de moradias em meio à mata. O Sítio, tombado pelo Governo do Estado, foi adquirido pela PMC, que ergueu um memorial e dormitórios. O espaço recebe uma romaria anual em lembrança dos beatos no mês de setembro.

Geralmente, os professores utilizam de aulas de campo para visitar o lugar e ministrar suas aulas inserindo o estudante no local, além de receber turistas e pesquisadores que buscam aprofundar seus conhecimentos sobre a história da localidade. O projeto apresentado pela Secult Crato, percebendo essa demanda, busca na transformação do local em uma unidade de conservação, criar um circuito histórico/turístico pelos bens histórico/culturais que ainda estão em pé.

A comunidade do Caldeirão, em seu pleno desenvolvimento, chegou a ser habitada por aproximadamente 1300 pessoas, que se dedicavam principalmente a atividades agropecuárias de subsistência. Estima-se que sua área total chegou próximo de 800 hectares de terra, e em espaço foram construídas cerca de 400 casas. No entanto, devido as invasões que sofreu, a ação do tempo, e a demora no seu processo de reconhecimento, valorização e proteção, do que foi edificado, restam a capela de Santo Inácio de Loyola e poucas casas em ruínas.

¹⁴⁰ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.50

Figura 12 – Sítio Caldeirão da Santa Cruz do Deserto do Beato José Lourenço



Fonte: COEPA (2022)

Segundo o Livro de Tombo do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará – COEPA, “dizer que o Caldeirão tem valor histórico significa reconhecer que interessa/os desafios do presente pensar sobre essa comunidade na qual “tudo era de todos e nada era de ninguém”. É por isso que o caldeirão não pode ser esquecido.”¹⁴¹ Neste sentido, evocando ainda uma vez Pierre Nora, somos levados a pensar que este espaço também é compreendido como um lugar de memória: vestígio de que ela – a prática cultural lembrada, considera-se, não tem mais condições sociais de existir.

Sob outro ponto de vista, o Sítio Caldeirão do Beato José Lourenço, lembrado por seis professores, se problematizado, faz referência a um modelo de luta e resistência dos povos que aqui se estabeleceram, e que se caracteriza como uma importante ferramenta na construção de um ensino de história que ressignifica práticas e sujeitos e amplia o horizonte de expectativas dos estudantes, chamando a atenção para alternativas de vida, ao modo de viver e produzir que se apresenta como único, inescapável.

Três patrimônios naturais também foram referidos por nossa amostra, foram eles a Chapada do Araripe, as Nascentes da cidade, e o Parque Estadual Sítio Fundão. Todos estes bens culturais têm um fator em comum, a água. O Crato fica no interior do estado do Ceará, em

¹⁴¹ Tombamento, 2005, p. 54.

uma região de clima seco, no entanto o município conta com cerca de 43 nascentes fluem das encostas da Chapada do Araripe nas Guaribas, no Belmonte, Granjeiro, Chico Gomes, Romualdo até a divisa com o município de Barbalha na direção do Caldas, garantindo abastecimento humano, dessedentação animal, agricultura e pujança vegetal.

Por decorrência disso, a água é considerada o maior patrimônio natural do Crato e fator determinante para o desenvolvimento da cidade, não somente econômico, mas também social e cultural. As nascentes por exemplo são locais, que em época de chuva, formam verdadeiras piscinas naturais que atraem a população para diversas atividades recreativas.

A Chapada do Araripe é um dos maiores orgulhos da região, é composta por nove sítios paleontológicos com fósseis de diversas espécies, principalmente peixes e insetos, considerados um dos locais que possuem fósseis mais bem preservados do mundo. Além de possuir diversas trilhas, cachoeiras e nascentes que atraem turistas o ano todo, o local foi abrigo dos povos indígenas Kariris, e está sendo analisada para se tornar patrimônio da Humanidade.

O Parque Estadual Sítio Fundão é um patrimônio cultural do Estado do Ceará, atende a finalidades de preservação de recursos naturais e culturais. Apresenta flora nativa da caatinga e cerrado, corpos d'água destinados ao abastecimento público, fauna variada e edificações de importante valor histórico. Entre estas, têm destaque um exemplar raro de casa de pau a pique com dois pavimentos, as ruínas de um velho engenho de cana e muralhas de pedra construídas no tempo do Império. O parque integra o complexo do Geossítio Batateiras e o Geopark Araripe. Os gestores da Secult-CE e a comunidade vêm privilegiando a realização de atividades de educação ambiental, patrimonial, recreativas e a pesquisa científica.¹⁴²

Figura 13 – Nascente localizada no Bairro Lameiro em Crato-CE



Fonte: Aline M. Ghilardi / Ministério do Turismo (2022)

¹⁴² DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.35

Figura 14 – Chapada Nacional do Araripe



Fonte: Aline M. Ghilardi / Ministério do Turismo (2022)

Figura 15 – Trilha do Parque Estadual Sítio Fundão



Fonte: SEMA (2023)

Segundo a SEMA – Secretaria do Meio Ambiente e Mudança de Clima, em 2023 o Sítio Fundão bateu recorde de visitação e atingiu o maior número de turistas dos últimos cinco anos. Isso é resultado da política de preservação e desenvolvimento que foi aplicada ao local. Diversas escolas utilizam o local para aulas de campo interdisciplinares de diversas disciplinas como História, Geografia e Ciências.

Outros bens patrimoniais bastante tratados pelos professores de história investigados, são os patrimônios imateriais caracterizados como Grupos de Tradição Popular. Tais grupos são compostos por cidadãos cratenses que nasceram e cresceram, ou moram na cidade, geralmente são suas práticas e costumes são passadas de geração em geração. Dentre eles foram citados a Banda Cabaçal, os Grupos de Maneiro Pau, os Grupos de Dança do Coco, os Grupos de Reisado.

As práticas culturais que esses grupos fomentam estão diretamente ligadas a trajetória histórica, social, cultural e econômica do Crato, como evidenciam os professores quando dizem utilizar os patrimônios culturais como instrumento metodológico no ensino da história local da cidade.

A Banda Cabaçal, por exemplo, é um conjunto musical de percussão e sopro, composto por músicos tocadores de pífanos (pifes) feitos de capim taboca 'boi' e soprados horizontalmente, de zabumba e de caixas confeccionadas com cabaça, cordas e couro. Em Crato, os grupos de banda cabaçal são antigos e os mais idosos estão transmitindo os saberes para os jovens que continuam a tradição familiar.

As cabaçais estão presentes no Cariri Cearense, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe e Alagoas, trazem influências afro-indígenas, produzindo alegria nas festas religiosas e profanas. Nos aldeamentos da Missão do Miranda, missionários capuchinhos aproveitaram dos instrumentos de cabaça boi, da música e da linguagem corporal dos índios para a catequese. Com o tempo, instrumentos marciais como o prato introduziram som mineral na cabaçal. As bandas cabaçais, com danças com facões, performances guerreiras e acrobáticas, dialogam com as memórias coletivas das várias guerras que assolaram o sertão e das expedições militares ao Paraguai (1864-1870). O autor Otávio Aires de Menezes defende que "a música de couro" é de origem africana, adotada pelo caboclo dos sertões e pés de serras, que se tornaram exímios pifeiros e zabumbeiros. Com a crise ambiental causada pela urbanização, a queima da vegetação nativa nos fornos de cerâmica, a coivara para a agricultura, a pecuária e a não reposição dos estoques naturais, os mestres e tocadores precisam ir cada vez mais longe para encontrar cabaças e tabocas adequadas para confeccionar instrumentos. Muitos passaram a utilizar instrumentos de pele comprados nas lojas ou traduzem o saber do pife de taboca para o cano de PVC.¹⁴³

Registradas junto a Secult-Crato, temos quatro grupos de Tradição Popular caracterizados por serem cabaçais, são eles: a Banda Cabaçal Anicete do Baixio das Palmeiras, Banda Cabaçal do Mestre Bidu, Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto, Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto Mirins. Os líderes das bandas são chamados de Mestres, e tradicionalmente esse ofício

¹⁴³ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.73

é passado de pai para filho. Geralmente as bandas se apresentam em festas populares, como em renovações e festas de santos nas suas comunidades.

Figura 16 - Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto



Fonte: Fundação Casa Grande (2014)

A Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto é um grupo familiar conhecido nacional e internacionalmente, patrimônio cultural do Crato e tesouro vivo do Estado do Ceará, com quatro discos gravados, participação em filmes, retratados pelo cordel, no cinema, na literatura e por teses acadêmicas, foram e são muito importantes no desenvolvimento cultural da cidade.¹⁴⁴

Apresentações em festivais e feiras culturais, celebrações do calendário municipal, para instituições privadas, e em escolas também são realizadas. Com o exemplo dos integrantes músicos da banda, desperta-se o interesse de outras crianças e jovens das comunidades em aprender os saberes da cabaçal.

Além das cabaçais, temos os Grupos de Maneiro Pau, estes já não são protagonizados apenas por músicos, mas sim por dançarinos. As danças são animadas por um repentista, que pode tocar pandeiro ou ganzá enquanto improvisa e canta as rimas. Originalmente seus componentes eram homens e/ou meninos (não é uma regra, temos mulheres e meninas participando) que dançam em círculo, virando o corpo alternadamente para direita e para a

¹⁴⁴ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.75

esquerda enquanto batem um cacete de madeira no chão, ou contra o cacete de seu companheiro biscando seguir o ritmo do mestre e repetindo o verso da rima criada por ele.

O ritmo da cantoria é marcado pelas batidas dos cacetes de jucá, que mimetizam o som de um combate entre caboclos. A brincadeira ganhou expressividade nas bagaceiras dos engenhos no século XIX, como forma dos trabalhadores praticarem jogos de ataque e defesa com os bastões, sob o disfarce de inocentes cantigas e brincadeiras. Trata-se de uma sabedoria indígena herdada dos Kariris, que manejavam os porretes com habilidade nos combates com os brancos na defesa do seu território. A tradição foi sendo adotada pelos "cabras" dos engenhos. De acordo com o cronista Otávio Aires de Menezes, "maneiro pau" significa "cabra maneiro, ágil no pau".¹⁴⁵

Registrados junto a Secult-Crato, temos seis grupos de Tradição Popular caracterizados por serem de Maneiro Pau, são eles: Maneiro Pau do Belmonte, Maneiro Pau do Mestre Chico Caboclo ou do Baixio das Palmeiras, Maneiro Pau do Mestre Cirilo, Maneiro Pau Infantil da Mestra Mundinha Queiroz, Maneiro Pau Infantil da Mestra Zulene Galdino e Maneiro Pau Infantil do Mestre Cirilo.

Figura 17 - O grupo de Maneiro Pau do Baixio das Palmeiras



Fonte: SECULT-CE (2021)

Esses Grupos de Tradição evidenciam perfeitamente as palavras dos docentes de história quando afirmaram que buscavam trabalhar com os bens patrimoniais da cidade que

¹⁴⁵ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.80

pertencem a realidade do aluno. Os grupos de Maneiro Pau, os grupos de Reisados elencados no capítulo um deste trabalho, as Bandas Cabaçais, todas estão dispostos por diversas comunidades do município, não apenas em época de apresentações, mas muitos dos alunos nasceram nessas diversas comunidades. Como exemplo podemos citar a Banda Cabaçal Dos Irmãos Aniceto Mirins:

A estreia da banda mirim foi na semana do folclore de 2005, com o objetivo de preparar os mais jovens para no futuro continuarem a tradição dos Aniceto, mas logo a criançada mostrou o talento nato e o grupo passou a ser convidado para animar as festividades. A iniciativa de Timil Aniceto foi regida por Adriano Aniceto até meados de 2009. Com o exemplo dos meninos músicos, outras crianças e jovens da comunidade também desejaram aprender os saberes da cabaçal. Joval Aniceto, ao apresentar-se na Escola Juvêncio Barreto, despertou o interesse de alguns pré-adolescentes e fundou uma segunda formação. Seguindo a tradição dos antepassados, a banda mirim anima as "festas de santo", Renovações do Sagrado Coração, casamentos, batizados, aniversários e celebrações do calendário municipal. Eles acompanham os passos, cultivam os saberes e pretendem ampliar ainda mais a herança recebida dos Anicetos, um grupo familiar conhecido nacional e internacionalmente, patrimônio cultural do Crato e tesouro vivo do Estado do Ceará, com quatro discos gravados, participação em filmes, retratado pelo cordel, no cinema, na literatura e por teses acadêmicas.¹⁴⁶

Quando se trabalha com bens culturais que nasceram dentro da realidade daquele educando, atribuindo-lhe relevância e significado, não só para sua comunidade, mas para toda cidade, estado ou país, o professor dar sentido, significação aquelas práticas, lugares e saberes. Assim consegue se desenvolver uma educação patrimonial que trabalha com o patrimônio como “fonte de conhecimento, e enriquecimento individual e coletivo.”¹⁴⁷

Nas palavras de Paulo Freire “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”¹⁴⁸ Ensinar vai muito além de uma simples troca de saberes restritos ao espaço da sala de aula e a conteúdos pré-estabelecidos nos livros didáticos, prescritos nas diretrizes curriculares etc. Ensinar é uma ação dinâmica que interliga mundos, o mundo do professor, o mundo do aluno, o mundo de diversas sociedades ao longo do tempo.

E o Ensino de História tem como um dos objetivos contribuir com a compreensão desses diversos mundos. A História não existe apenas nos livros, a história é real, e todos nós

¹⁴⁶ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.75

¹⁴⁷ Horta, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico da educação patrimonial. Museu imperial / DEPRON - IPHAN – MINC, 1999, p.04. Disponível na página do IPHAN. < http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf >. Acesso em dezembro de 2023.

¹⁴⁸ FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.34

fazemos parte dela, todo ser humano é um ser essencialmente histórico. É dentro da história e do ensino de história que construímos as possibilidades dessa compreensão. Pois como afirma Cabrini “a história produz um conhecimento que nenhuma outra disciplina produz – e ele nos parece fundamental para a vida do homem, indivíduo eminentemente histórico”¹⁴⁹.

2.3 O Projeto “Escola e Memória” na EEIEF Estado da Paraíba

Este item discute as respostas dos docentes pesquisados, quando questionados se nas escolas em que trabalham, nas aulas de história, são realizados projetos ou eventos durante o ano letivo que trabalhem com a temática do patrimônio cultural. Nosso objetivo era compreender se esse tipo de ação, que envolve grande parte da comunidade escolar, pois é muito difícil idealizar e colocar em prática um projeto/evento de grande porte, sozinho, é produzida pelos professores de história, ou de outras disciplinas, com a temática do patrimônio cultural de Crato-CE. Para isso, foi questionado:

QUESTÃO I: Existe algum projeto ou evento na(s) escola(s), em que você trabalha, que aborda o Patrimônio Cultural da cidade de Crato?		
1. Não.	2. Não.	3. Não.
4. Nas abordagens do dia do município.	5. Não.	6. Sim. História e Memória desenvolvido no estilo de feira de ciências no mês de maio.
7. Sim. Trabalhamos nas aulas e, este ano, iremos trabalhar o projeto: Crato: Terra de gente que faz História e Arte.	8. Não.	9. Não.
10. Projeto Escola e Memória, criado por mim e a	11. Não tem.	12.

¹⁴⁹ CABRINI, Conceição et al (Org.). *O ensino de história: revisão urgente*. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2005. p.34

equipe de professores da escola Estado da Paraíba.		
13. Trabalhamos os aspectos culturais da nossa comunidade no Distrito Baixo das Palmeiras em eventos na escola.	14. Não. Os professores trabalham de acordo com sua realidade e necessidade. Recebemos orientações e sugestões da Secretaria de Educação do Município.	15. Sim. Semana do município.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

A partir das respostas dos professores, será apresentado o projeto Escola e Memória, realizado pela professora número dez com o auxílio de outra docente de história da mesma instituição, que tinha por objetivo: conhecer a História local, tendo a memória do lugar em que vive, objeto da construção da identidade dos educandos, a partir de diversas leituras sobre o passado, desenvolvendo o sentimento de pertença, de cidadania ,bem como o protagonismo histórico deles.

É necessário destacar que pseudônimos estão sendo utilizados para resguardar a identidade das docentes, e que elas foram as professoras que aceitaram participar da pesquisa concedendo uma entrevista oral gravada. Por isso que os outros dois projetos citados pelos docentes sete e 13, infelizmente, não são ponderados no decorrer deste trabalho.

O roteiro das entrevistas realizadas com as docentes, tinha como ponte de partida as seguintes perguntas: O que você reconhece/entende, pessoalmente, por Patrimônio Cultural? Como surgiu a ideia do Projeto “Escola e Memória”? E como ele foi desenvolvido? Como aconteceu o processo de escolha dos bens culturais estudados/visitados no projeto? Quais as dificuldades encontradas na realização do projeto? Como você percebe/entende a relação entre o Ensino de História e o Patrimônio Cultural em Crato-CE?

É importante destacar, que nas entrevistas realizadas, foram elaboradas perguntas norteadoras, porém as professoras tiveram livre espaço para relatar e refletir sobre suas experiências de trabalho e vivência com a temática. Segundo Campenhoudt (1998) quando realizamos uma entrevista exploratória buscamos encontrar pistas de reflexão, ideias e hipóteses de trabalho. Trata-se, portanto, de abrir o espírito, de ouvir.¹⁵⁰

¹⁵⁰ CAMPENHOUDT, Luc Van e Quivy Raymond, Manual de Investigação em Ciências Sociais, (“Trajectos”), 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1998.

Como justificativa para realização do projeto, as docentes anunciaram:

As transformações advindas do capitalismo vêm transformando os espaços urbanos em meras produções materiais cada vez mais vazias de sentidos simbólicos, trazendo como consequência o empobrecimento da memória. Por isso, sentimos cada vez mais urgente a constituição da memória coletiva, através da preservação do patrimônio histórico, pois, os bens que constituem os elementos formadores do patrimônio, são ícones repositórios da memória, permitindo que o passado interaja com o presente.¹⁵¹

As professoras fazem uma menção direta a relação entre patrimônio cultural e memória. Para elas, desconhecer/desprezar os bens culturais de sua cidade significa rejeitar a memória e a história por trás deles, significa desconsiderar a importância do passado para constituição de significados, identidades e sentidos no presente. E um dos principais pivôs dessa desvalorização é o capitalismo oriundo da modernidade.

Para as docentes, as relações baseadas na busca do lucro advindas da modernidade, acabam por sobrepujar diversos bens culturais, em diversos lugares. No entanto, segundo Canclini, existe uma “incerteza em relação ao sentido e ao valor da modernidade, essa deriva não apenas do que separa nações, etnias e classes, mas também dos cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam.”¹⁵² Segundo ele:

A modernização diminui o papel do culto e do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Redimensiona a arte e o folclore, o saber acadêmico e a cultura industrializada, sob condições relativamente semelhantes. O trabalho do artista e o do artesão se aproximam quando cada um vivencia que a ordem simbólica específica em que se nutria é redefinida pela lógica do mercado. Cada vez podem prescindir menos da informação e da iconografia modernas, do desencantamento de seus mundos autocentrados e do reencantamento que espetacularização da mídia propicia. O que se desvanece não são tanto os bens antes conhecidos como cultos ou populares, quanto a pretensão de uns e outros de configurar universos autossuficientes, e de que as obras produzidas em cada campo sejam unicamente "expressão" de seus criadores.¹⁵³

Depreende-se que para Canclini, um bem cultural que permanece imutável na construção de sentidos, significados e por que não, memórias, pode acabar sendo engolido pela modernidade. Mas o patrimônio que, com a modernidade, é ressignificado, sobrevive a esse processo.

¹⁵¹ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹⁵² CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997, p.18

¹⁵³ CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997, p.22

Como exemplo, podemos citar o Cassino Sul-Americano do Crato. O prédio está localizado na Praça Siqueira Campo, foi inaugurado em 20 de dezembro de 1918, com a projeção do filme Tom Mix. Funcionava como Bar no pavimento inferior, como Cassino no pavimento superior e como Cinema e Centro de Eventos nos fundos. Durante muito tempo foi considerado o melhor e único espaço de lazer que os habitantes da cidade possuíam, era utilizado também para encontros culturais, artísticos e literários, entrega de diplomas e conferências. Famoso por ser o primeiro local onde Luiz Gonzaga fez show quando veio ao Cariri após alcançar a fama.¹⁵⁴

Figura 18 - O Cassino Sul-Americano em 1920



Fonte: Blog Matuzinho vai a Guerra (2018)¹⁵⁵

O cassino já não funciona mais há muitos anos, atualmente é propriedade da empresa Vicente Lemos e o seu interior foi reformado para se tornar um laboratório de exames. Só restou a fachada do prédio que foi tombada pela Lei Orgânica do Município por ser considerado um

¹⁵⁴ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.53

¹⁵⁵ Disponível em: < <https://simborapramatozinho.blogspot.com/2018/01/cassino-sul-americano.html> > Acesso em: 02 de janeiro, 2024.

patrimônio histórico material da cidade, mas se por acaso tentarem abrir suas portas, irão se deparar com uma parede.

Figura 19 - O Cassino Sul-Americano em 2020



Fonte: Página do Facebook – Juazeiro em Fotos (2020)¹⁵⁶

O prédio parou de ser utilizado em 1992, quando ruiu a nave principal do auditório. Após ser comprado pelo laboratório Vicente Lemos, apenas o seu interior foi reformado, a fachada tombada, ou seja, o bem cultural, continuou em ruínas, como pode ser visto na imagem acima.

Durante a realização do projeto PIBID¹⁵⁷ em que fui bolsista, discutido na introdução dessa pesquisa, um dos bens culturais da cidade visitado pelos graduandos bolsistas e discentes do CEWG – Colégio Estadual Wilson Gonçalves foi a fachada do Cassino Sul-Americano. Na

¹⁵⁶ Disponível em: <

<https://www.facebook.com/juazeiroemfotos/photos/a.115560033204282/383100019783614/?type=3> > Acesso em: 02 de janeiro, 2024.

¹⁵⁷ Projeto: “Patrimônio e memória: as narrativas urbanas do Crato nos últimos 50 anos”, que dedicava-se à investigação da natureza das transformações do espaço urbano do município de Crato- CE nos últimos 50 anos. Com foco nos seus patrimônios culturais materiais.

ocasião, foi coletado o depoimento de um senhor, morador da cidade do Crato, que trabalha vendendo café na Praça Siqueira Campos, onde o prédio está localizado, a mais ou menos 40 anos. Apresento aqui o seu testemunho coletado em 22 de outubro de 2014.

“Nesse prédio teve um período que funcionou um cinema, eu lembro que na minha época eu consegui acompanhar cinco sessões, todo sábado eu me arrumava em casa e ia com meus irmãos. A gente gostava de ir no sábado porque passava uns filmes chamados seriados, aí a gente assistia um seriado no sábado onde sempre tinha uma situação de perigo, sendo que a situação só se resolvia na outra sessão, aí a gente passava a semana ansioso esperando o outro sábado chegar pra ir ver como a situação de perigo terminava. Na verdade, era um cinema simples sabe, não era um cinema de luxo não, mas tinha uma tela grande, muito boa a imagem, sem falar que o cinema era muito importante né, naquela época era o lazer da cidade”.¹⁵⁸

“Em relação a essa reforma aí que estão fazendo a gente não sabe de nada né, porque é uma reforma interna que o laboratório Lemos está fazendo, mas antes dessa reforma uns anos atrás funcionava uma casa de jogos e uma casa de lanches aí né. Agora, olhe, talvez eu seja o único que seja contra essa história de preservar a fachada, porque não já destruíram tudo dentro mesmo, aí preservar a fachada pra que se ninguém vai cuidar, era melhor era reformar logo tudo mesmo porque pelo menos embelezava aqui a praça e a cidade, melhor que deixar do jeito que está aí sem nenhum cuidado.”¹⁵⁹

Percebe-se que para o cidadão, o prédio já não tem mais significados e sentidos no presente, a memória elucidada ficou em um passado que já não tem mais relevância, no presente. Pois esse bem cultural, dentro da lógica da modernidade, não tem mais uso, e/ou valor.

Foi justamente a preocupação com a produção de ruínas realizadas pela modernidade que motivou as docentes entrevistadas a realizarem um projeto sobre patrimônio com seus alunos da Educação Básica. Afirmaram, que ao perceber esse fenômeno no Crato-CE, ou seja, a insipiência sobre muitos bens culturais da cidade, buscaram através do projeto Escola e Memória, produzir novos significados para os seus bens com seus alunos. Como resultado, elas esperavam que “prédios, monumentos e lugares da cidade do Crato que antes eram vazios de sentidos para os estudantes, passassem a ter uma importância afetiva para eles depois que eles aprendessem sobre as histórias e experiências que esses lugares nos contam.”¹⁶⁰

Quando interrogadas sobre como surgiu a ideia do Projeto “Escola e Memória”, e como ele foi desenvolvido, constatou-se que a iniciativa partiu da professora Entrevistada 1,

¹⁵⁸ Dados da pesquisa do projeto PIBID “Patrimônio e memória: as narrativas urbanas do Crato nos últimos 50 anos”.

¹⁵⁹ Dados da pesquisa do projeto PIBID “Patrimônio e memória: as narrativas urbanas do Crato nos últimos 50 anos”.

¹⁶⁰ Dados da pesquisa de campo realizada com as Professoras de História de Crato-CE, em 2022.

pois ela é professora regente da disciplina de história do 6º ao 8º ano, no entanto foi com a ajuda da professora Entrevistada 2¹⁶¹ que o projeto saiu do papel e foi colocado em prática. Veja o que dizem as docentes:

Eu sou professora temporária há dois anos no município, então, quando eu entrei eu vi que o livro adotado História e Cidadania de Boulos, não contempla tanto assim o Patrimônio. No 6º ano ele aborda conceitos: o que é história, memória, patrimônio, qual o papel da história, mas o conceito patrimônio, memória e história é muito sucinto e só tem no 6º ano. Então eu senti a necessidade de trabalhar, de aprofundar. Como eu trabalho do 6º ao 8º ano com História, e no 9º ano com Ensino Religioso, então senti a necessidade de desenvolver um projeto para aprofundar os conceitos de história, de memória, a diferença de um para o outro, e que os estudantes tivessem contato com o patrimônio local. (Informação Verbal)¹⁶²

Em um dia de planejamento, a equipe de humanas estava na sala dos professores junto com a coordenadora. Quando eu tenho a oportunidade, mesmo não estando em sala de aula, eu gosto de sentar e participar dos planejamentos, que é toda quinta-feira, aqui na escola. Então no mês de maio, em um desses planejamentos, a professora Entrevistada 1, falou que estava pensando em uma sequência didática para as aulas dela de abordar o patrimônio histórico da cidade do Crato. Eu acredito em projetos, sempre gostei de trabalhar com projetos, então sugeri: “Gente, por que que a gente não transforma isso aí num projeto grande, onde todas as turmas, todas as séries possam contribuir, possam pesquisar, possam trabalhar algum determinado aspecto dentro desse tema e fazer um projeto para a escola toda?” E foi daí que se transformou de um plano de aula para um projeto maior com mais aulas. E aí decidimos que a gente ia abordar, trabalhar a questão do patrimônio, da memória e da cultura. Porque mesmo que já venha da secretaria de educação o plano de aula determinado, mas sempre dá, sempre dá para você estar abordando esses temas transversais que são tão importantes e interdisciplinares. E a perspectiva desse projeto também era interdisciplinar. Inserir a matéria de Geografia, Português, Artes. Então, todas as disciplinas teriam algum aspecto para trabalhar dentro da temática do projeto. (Informação Verbal)¹⁶³

O projeto se desenvolveu a partir de duas etapas: primeiro foram realizadas aulas teóricas sobre os locais históricos do Crato, como a utilização de imagens, vídeos, documentários e textos sobre o tema. E em seguida a visita dos principais pontos históricos da cidade do Crato. Nessa metodologia, cada disciplina teria uma função, História discutiria conceitos, Geografia trabalharia com o espaço geográfico nos quais os bens culturais estavam

¹⁶¹ A Entrevistada 2 é professora de História efetiva no município desde 1993. Atualmente ela está fora da sala de aula e adaptada na sala de multimeios (sala de computação) enquanto aguarda sua aposentadoria. Afirma que, mesmo não sendo mais regente da disciplina, sempre auxilia os professores de história em suas aulas e projetos.

¹⁶² Pesquisa de Campo realizada com a professora Entrevistada 1, em 06 de novembro. 2023

¹⁶³ Pesquisa de Campo realizada com a professora Entrevistada 2, em 06 de novembro. 2023

inseridos, Português trabalharia com a leitura e interpretação de textos produzidos sobre os patrimônios da cidade e a disciplina de Artes analisaria imagens de vídeos.

A partir dessa metodologia, as docentes afirmaram que queriam que os alunos conhecessem a história local através dos patrimônios culturais da cidade sob diferentes perspectivas.

A partir das aulas teóricas e aulas de campo, seria possível proporcionar aos educandos um referencial analítico para compreenderem a dinâmica social da cidade onde eles viviam. Segundo as docentes, “ao descobrirem que, eles também possuem História digna de valor, e que, ao mesmo tempo, fazem parte dessa História, os estudantes perceberiam que podem e devem se posicionar ativamente nas transformações da sociedade, como fizeram os sujeitos que estiveram outrora excluídos dos conteúdos ensinados.”¹⁶⁴

Após entendermos como o projeto teve seu início e desenvolvimento, foi questionado como aconteceu o processo de escolha dos bens culturais estudados/visitados por ele. Segundo as docentes, a escolha dos bens culturais materiais se deu pela proximidade desses com a escola e com a viabilidade de visitá-los a pé ou de ônibus. Como por exemplo praças, e prédios que possuem a fachada preservada, como a Praça da Sé.

A gente convidou o memorialista José Huberto Cabral para participar/ajudar no nosso projeto, Cabral é a pessoa que mais sabe sobre a história do Crato, ele é uma sumidade assim, é uma memória viva. Escolhemos algumas turmas e saímos de ônibus, fizemos um roteiro, ele explicando e os alunos anotando, fazendo perguntas, foi um momento muito rico, muito cheio de informações. Fomos primeiro para a Cruz do século, ali do pinto madeira, falou na importância de Pinto Madeira para a cidade durante a revolução. Depois nós fomos para o Seminário São José que também é um patrimônio. Depois nós fomos para Nascente, onde tem lá ainda a casa com algumas máquinas, algumas peças de máquina, que foi a primeira usina daqui. E por fim a Praça da Sé, onde se estabeleceu o primeiro aldeamento dos indígenas Kariris. É uma pena muito grande que a Cidade da Cultura, de rica história como Crato não ter funcionando um museu histórico. Porque nós tínhamos o museu histórico e o museu de artes. Muito importantes. Muitas vezes já levei meus alunos lá. Qualquer escola que eu estivesse era o primeiro lugar que eu iria. Porque tem pessoas, a gente tem que desmistificar essa história de que o que é daqui não tem graça, não importa ao contrário. A gente tem que resignificar. Porque antigamente o povo de fora vinha, pesquisava e ia embora com conhecimento. E já mandava para a gente em forma de livro, onde daquilo que é que as pessoas daqui não podem fazer isso é, entendeu? Então daí a importância de se trabalhar na escola esses temas.(Informação Verbal)¹⁶⁵

¹⁶⁴ Dados da pesquisa de campo realizada com as Professoras de História de Crato-CE, em 2022.

¹⁶⁵ Pesquisa de Campo realizada com a professora Entrevistada 2, em 06 de novembro. 2023

A professora Entrevistada 2 não respondeu ao questionário dessa pesquisa, pois ela não está em sala de aula, mas é importante observar como os bens culturais por ela citados e estudados pelo projeto corroboram com os patrimônios citados no questionário discutido no item anterior. Como o Seminário São José, a Nascente e a Praça da Sé.

Além disso, em suas palavras ela demonstra a indignação pela desativação do Museu Vivente Leite que funcionava no antigo prédio da Câmara e Cadeia do Crato. Local de produção de saberes, e de memória. Como professora há 30 anos do município, afirmou que durante o ano letivo, o museu era o primeiro local histórico/cultural em que levava seus alunos, anualmente, como uma tradição. E que esse espaço foi retirado das opções dos professores quando se queriam trabalhar com a temática do patrimônio, com o conceito de memória, cultura e identidade.

Segundo ela, atualmente os estudantes nem sabem que o Crato já teve um museu, temos uma imensa riqueza histórica e cultural, mas que na opinião da docente “não é conhecida, estudada, ressignificada, o suficiente”¹⁶⁶. O que se torna um grande problema nas políticas de preservação do patrimônio, pois “só se preserva, valoriza, o que se conhece”.¹⁶⁷

A Cruz do Século, estudada e visitada pelo projeto “Escola e Memória” é um importante exemplo disso, segundo as docentes, seus estudantes nunca tinham ouvido falar dessa cruz, muito menos a reconheciam como bem cultural. O objeto marca um importante período da história não só do Crato, como também da região do Cariri, pois é um dos símbolos do destaque da nossa região na disputa entre Monarquistas e Republicanos durante o Brasil Império.

Também chamada de Cruz de Pinto Madeira, o monumento de madeira foi instalado pela municipalidade para celebrar a transição do século XIX para o XX, no mesmo local onde o caudilho Joaquim Pinto Madeira foi arcabuzado em 26 de novembro de 1834. Pinto Madeira foi um fazendeiro e militar que participou da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador em 1824, na defesa do Império e contra a família Alencar republicana. Com a derrota dos republicanos cratenses de 1817, coube a Pinto Madeira conduzir à prisão, em Fortaleza, dos 20 presos políticos, a maioria familiares e agregados dos Alencar. Quando D. Pedro I abdicou do trono em abril de 1831, Pinto Madeira avaliou que os liberais teriam forçado o Imperador a renunciar, aliou-se ao vigário de Jardim, Padre Antônio Manoel de Sousa, reuniu um exército de 2 mil homens e atacou o Crato. Depois da infausta “Sedição de Pinto Madeira” em 1832, o caudilho foi preso e condenado à morte, num processo penal repleto de inconsistências.

¹⁶⁶ Pesquisa de Campo realizada com a professora Entrevistada 2, em 06 de novembro. 2023

¹⁶⁷ Pesquisa de Campo realizada com a professora Entrevistada 2, em 06 de novembro. 2023

O bairro onde está localizada a cruz também é chamado de Pinto Madeira, alunos da escola que residem no bairro não sabiam o motivo por trás do nome do seu bairro, assim como muitos populares. A Cruz do Século foi erguida no local de fuzilamento do monarquista Pinto Madeira, conhecido como uma pessoa vingativa e violenta, Joaquim Pinto Madeira, após sua morte foi visto como herói, como santo, por uma sociedade que via na defesa da Monarquia o sinônimo de modernidade e civilidade, e na República o sinônimo de atraso e balbúrdia. Essa santificação foi sendo reproduzida no imaginário da população oriunda do bairro até hoje, pois muitas pessoas acendem velas e fazem promessas no pé da cruz constantemente, sem saberem o que Pinto Madeira representou para a cidade.

Figura 20 – A Cruz do Século



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

Quando se desenvolve um projeto de educação patrimonial como esse, deve-se garantir a possibilidade de despertar no educando o questionamento sobre esse bem, a ambivalência sobre sua origem, significado, memória e identidade. Vivemos na modernidade, e na lógica

moderna, segundo Canclini, “a reformulação do patrimônio em termos de capital cultural tem a vantagem de não o representar como um conjunto de bens estáveis e neutros, com valores e sentidos fixos, mas sim como um processo social que, como o outro capital, se acumula, se renova, produz rendimentos”.¹⁶⁸ Devemos superar essa lógica do bem cultural como imutável se quisermos que ele continue existindo, como a Cruz do Século, nela acendemos vela à Monarquia ou à República?

Como resultado da educação patrimonial que promoveram na escola, as docentes afirmaram que “o projeto Escola e Memória da Escola Estado da Paraíba, trouxe para os educandos a possibilidade de buscar suas referências no passado, ajudando-os a enfrentar o vazio da descartabilidade contemporânea, consolidando a identidade deles com a cidade.”¹⁶⁹

2.4 As Possibilidades e Estratégias desenvolvidas na Construção do Saber

Em 23 de agosto de 2011, foi aprovada uma lei municipal que tornava obrigatório a inclusão da “História do Crato” no currículo da educação básica. A ementa da Lei Nº. 2.707/2011 enuncia que as escolas públicas e privadas do município deveriam, obrigatoriamente, dentro do programa da disciplina de História, trabalhar com a história da cidade, mais especificamente no Ensino Fundamental Anos Finais.¹⁷⁰

O referido regulamento foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal, o autor do projeto de lei número 035 foi o vereador George Macário de Brito, e esta foi sancionada pelo então prefeito Samuel Vilar de Alencar Araripe. Além disso, a Lei também, em seu Art.3º, instituiu a obrigatoriedade do hasteamento das bandeiras do Município do Crato, do Estado do Ceará e do Brasil, assim como seus respectivos hinos, no primeiro dia letivo de cada mês.¹⁷¹

Em seu Art.3º definiu como obrigação das instituições de ensino fornecer os hinos por escrito para seus estudantes, além de orientar que os hinos sejam, preferencialmente, cantados pela comunidade escolar no momento de hasteamento das bandeiras. Muitos historiadores que utilizam a lei nos seus textos, interpretam essa prescrição como uma tentativa de retomada das

¹⁶⁸ CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994, p.97.

¹⁶⁹ Dados da pesquisa de campo realizada com as Professoras de História de Crato-CE, em 2022.

¹⁷⁰ CRATO. **Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011.** Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011.

¹⁷¹ Ibidem.

práticas ufanistas que buscavam retratar o Crato como “a pioneira e representante exclusiva da civilização, modernidade”¹⁷² na região do Cariri.

O que é evidenciado na justificativa do projeto de lei de Nº 35 que deu origem ao decreto:

Além do mais, o respeito e o amor às nossas Bandeiras, assim como, aos nossos hinos, somente entram em evidência de quatro em quatro anos, por ocasião da copa do Mundo de futebol. Normalmente, no dia a dia, deixamos de cultivar as cores das nossas flâmulas e de entoarmos as letras dos nossos hinos, o que é lastimável. Este grave equívoco vem ocorrendo, nas últimas décadas, pois um instrumento indispensável, que era a Matéria de Moral e Cívica, da saudosa memória, fora equivocadamente retirada do programa das Escolas Brasileiras. Um verdadeiro tiro no peito da Pátria! A presente propositura legal, tal como adotada a Câmara Municipal do Crato, é um exemplo para todos os legisladores do Brasil.¹⁷³

É evidenciado nessa justificativa qual seria o objetivo da matéria História do Crato, partindo do geral ao particular, culto aos símbolos e heróis nacionais, estaduais e municipais, despertando em seus habitantes o sentimento de orgulho, de pertencimento, da importância do dever cívico. Buscava-se a supervalorização da cidade.

O que é, no mínimo, temerário. Pois quando busca-se atingir tais objetivos, esquece-se do caráter questionador, problematizador da História enquanto ciência. Qual seria a “história oficial” do Crato a ser ensinada? Aquele que atende a interesses políticos e que legitima discursos vazios de representatividades? Seria permitido, ao professor de história desenvolver um ensino crítico, que reflete sobre as tensões da história e da memória, que identifica considera as mudanças, permanências, as diferentes temporalidades, identidades, memórias e narrativas?

A Lei nº. 2.707/2011 em seu Art.2º determina:

As instituições educacionais, públicas e particulares do município, incluirão obrigatoriamente, em seu conteúdo programático, a matéria de História do Crato, comprometendo-se ao cumprimento integral do seu conteúdo, assim como, adoção do material didático oficial.

I – a aplicação da totalidade do conteúdo programático deverá ser desenvolvida no período de 04 (quatro) anos, que corresponde ao transcurso do ensino fundamental II;

II – é facultada, às instituições educacionais, a adequação para a aplicação do conteúdo conforme a sua programação pedagógica;

¹⁷² CAITANO, Italo Roney Ferreira. "Hei de te cantar meu Crato gentil". Ensino de história local: entre ufanismo, práticas e empecilhos. Dissertação do Mestrado profissional em Ensino de História. Universidade Regional do Cariri, URCA, Centro de Humanidades, Crato(CE), 2018, p.33.

¹⁷³ CRATO. **Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011**. Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011, p.03.

III – fica determinado que, é de responsabilidade da Secretaria de Educação e da Secretaria de Cultura, Esporte e Juventude, a elaboração e a editoração de todo o material didático a ser adotado, conforme a demanda de alunos;

IV – autoriza os entes públicos referidos no inciso III, a formarem parcerias com universidades, com instituições culturais, profissionais da educação, da cultura e artistas, para a elaboração do livro didático de História do Crato e correlações com a História do Cariri, do Ceará e do Brasil;

V – fica autorizada qualquer forma de contribuição de empresas particulares e/ou públicas, no sentido de colaborarem, sob a forma de patrocínio, com a editoração do material didático a ser adotado.¹⁷⁴

O que definiu o que deveria ser ensinado na História do Crato, seria o material didático produzido para efetivação da disciplina. Esse material, como explicitado na lei, ficou sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Cultura Esporte e Juventude, ou seja, dos órgãos públicos.

Em outro trecho da justificativa apresentada para implementação da lei, consegue-se perceber qual seria o retrato do Crato a ser ensinado nas escolas:

O Crato do alto dos seus 247 anos, possui uma rica e bela história que, injustificadamente, fora deixada à margem por todos os cratenses que, de um modo geral, são desconhecedores de sua trajetória histórica. Se este impropério, ou seja, se este insulto aos nossos antepassados perdurou até os dias atuais, será esta Lei, o instrumento que buscará a reparação deste equívoco, no mínimo, bicentenário.¹⁷⁵

Para além da aproximação demasiada entre história e memória, considerando-se a prática histórica (ou de memória) como reparação, infere-se que a “rica e bela” história da cidade seria a narrativa oficial contada. Trata-se de uma ideia tradicional de história, vinculada à história nacional, em sua vertente regionalista e local. Percebe-se a necessidade de se legitimar novamente como local da efervescência cultural do estado. No entanto, só podemos inferir como seria esse material didático baseado nas fontes analisadas, pois ele não chegou a ser produzido, questões orçamentárias chegaram a ser discutidas para elaboração desse material didático, mas não chegou a sair do papel.

Debates como esses são necessários para compreendermos a importância de como a história local deve ser problematizada, nos mostra “o quanto se carece de formação e produção

¹⁷⁴ CRATO. **Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011**. Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011, p.4.

¹⁷⁵ CRATO. **Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011**. Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011, p.03.

de material capaz de lidar de forma responsável com os temas buscando evitar uma visão restrita ou a transformação da disciplina de história em instrumento mantedor do status quo.”¹⁷⁶

Partindo do pressuposto que não tem como desassociar a história de um lugar de seus bens culturais, foi perguntado aos professores de história:

QUESTÃO J: Existem materiais de apoio que você utiliza para se trabalhar com a temática do patrimônio cultural do Crato?		
1. Não existe material.	2. Imagens, livros paradidáticos e didáticos e trabalhos de campo (embora nunca tenha feito algum para o fim em questão).	3. Nos dois últimos anos bem escasso por conta da pandemia.
4. Documentários; trabalhos de campo.	5. Fontes diversas.	6. Livro, visitas, imagens
7. Todos os recursos citados que forem possíveis no momento.	8. Fontes documentais e imagens.	9. O livro didático e alguns paradidáticos que a escola possui.
10. Quase não tem. Sempre que trabalho o patrimônio, utilizo outras fontes, que não são o livro Didático.	11. Não tem nenhum material de apoio que possa orientar o trabalho com a temática em questão. Nesse sentido, tem que partir exclusivamente do professor e do seu interesse em abordar e pesquisar sobre os patrimônios.	12. Utilizo textos complementares e recursos audiovisuais sempre que possível.
13. Fontes documentais, documentários, imagens, trabalhos de campo.	14. Apesar dos recursos serem insuficientes e precários, as pesquisas feitas pelos discentes ajuda muito.	15. Utilizo um pouco de tudo.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

Analisando as respostas dos professores, inicialmente percebe-se que alguns deles confundiram material de apoio didático com metodologia, quando os professores dois, quatro, seis e 13 citam a metodologia de realizar “trabalho(aula) de campo” e as “visitas” a esses bens culturais como material didático.

¹⁷⁶ SILVA, Antônia Lucivânia da. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial./ Antônia Lucivânia da Silva – Crato-CE, 2019. Dissertação (mestrado) Universidade Regional do Cariri– URCA / Departamento de História / Mestrado Profissional em Ensino de História – 2019.

Outro ponto a ser destacado são as respostas generalizadas utilizadas por alguns professores, como: “imagens”, “documentários”, “livros”, “outras fontes”¹⁷⁷. Quais imagens? De onde veem essas imagens? Quais documentários? O que são outras fontes? Como escreveu o professor 15, “Utilizo um pouco de tudo”,¹⁷⁸ ou ainda, conforme escreveu o professor sete, “Todos os recursos citados que forem possíveis no momento.”¹⁷⁹ Que poderia significar muito ou nada.

Percebe-se que os docentes não conseguiram realmente enunciar, através de títulos e/ou especificações, materiais que trabalhassem com o tema. Criando espaço para a hipótese de que ou não existem materiais didáticos, adaptados para a educação básica, sobre a temática, ou esses professores desconhecem sua existência.

O que pode ser demonstrado nas respostas dos professores um, três, 14 e, mais explicadamente, do docente número 11: “Não tem nenhum material de apoio que possa orientar o trabalho com a temática em questão. Nesse sentido, tem que partir exclusivamente do professor e do seu interesse em abordar e pesquisar sobre os patrimônios.”¹⁸⁰

Quando esta pesquisa analisou o referido projeto de lei, ficou bastante evidente a conexão feita entre a história da cidade com seus patrimônios culturais, quando ainda na sua justificativa, o documento afirmou:

Ao longo dos anos, temos inclinado em divulgar a nossa Cultura, vocação natural que nos rendeu o título de Capital da Cultura”. Ensinar a história do município teria como ponto de partida o argumento de que esta cidade é “rica” culturalmente e esta riqueza por si só já legitimaria que se deveria aprender a história do local. Assim, caberia ao ensino de história “divulgar a nossa Cultura.”¹⁸¹

De acordo com esse trecho do projeto de lei, infere-se que se o material didático tivesse sido produzido para a consolidação da matéria História do Crato na educação básica, este teria como objetos de conhecimento, os patrimônios culturais da cidade.

Dito isso, este item da pesquisa traz a provocação: Por que não colocar a Lei nº. 2.707/2011 efetivamente em prática? Tomando o cuidado de retificá-la, para que seja possível desenvolver uma educação patrimonial problematizadora, dentro de um Ensino de História que

¹⁷⁷ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹⁷⁸ Dados da pesquisa de campo realizada com os Professores de História de Crato-CE, em 2022.

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Ibidem.

¹⁸¹ CRATO. **Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011**. Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Projeto de Lei nº35, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011, p.03.

faça uma leitura das diversas realidades, memórias, personagens e acontecimentos que caracterizam a trajetória da cidade.

CAPÍTULO 3: A CIDADE DA CULTURA E A CARTOGRAFIA CULTURAL: AS DUAS FACES DA PATRIMONIALIZAÇÃO EM CRATO

Durante o levantamento de fontes dessa pesquisa, foi observado que na cidade do Crato pode-se perceber dois segmentos diferentes na formação, identificação e reconhecimento dos seus Patrimônios Culturais. Nós temos o patrimônio da Cidade da Cultura assim como o patrimônio da Cartografia Cultural do Crato. Logo, foi imprescindível compreender qual patrimônio é discutido/trabalhado na educação básica, é o patrimônio forjado pela “Cidade da Cultura” ou o recentemente legitimado pela Cartografia Cultural do Cariri?

Segundo a tese de José Ítalo, a partir do século XXI os processos de patrimonialização que ocorreram na região do Cariri aconteceram com o objetivo de utilizar esses bens culturais como recursos turísticos, o que pode ser o ponto chave da diferença entre o epíteto “Cidade da Cultura” e a Cartografia Cultural do Crato.

O epíteto foi formulado e incorporado ao município (no período de 1889-1960) na busca de construir uma identidade moderna, civilizada, letrada para o Crato. Foi o projeto idealizado pelas elites cratenses para se ter orgulho de se dizer natural de Crato. Já a cartografia feita em 2017, quando produz um mapa da cidade baseado em seus bens culturais, acaba por fomentar a construção de uma identidade cultural turística.

A partir dos anos 2000, nota-se que os processos de patrimonialização engendrados ali estiveram vinculados a projetos de futuro que mobilizavam os bens culturais enquanto recursos turísticos, inserindo-os nos ritmos de temporalidades que ora se aproximavam do passado, associado à tradição, ora se dirigiam ao futuro, relacionado aos aspectos de inserção comercial do patrimônio. Esse movimento correspondeu a processos sociais de singularização do presente, mediante estratégias deliberadas de fabricação de tradições e invenção de práticas e valores culturais sobre os quais atribuiu-se relevante importância na construção dos sentidos de pertencimento.¹⁸²

Desse modo, neste capítulo iremos dialogar com a construção dessas duas faces da patrimonialização dos bens culturais do Crato, buscando identificar quais os patrimônios utilizados pelos professores de história que caminharam com o epíteto da “Cidade da Cultura”,

¹⁸² VIANA, José Ítalo Bezerra. As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017, p.7

e quais os patrimônios oficializados com o objetivo de “estimular pesquisas no território, promover políticas públicas mais consistentes, incentivar a produção artística, desenvolver práticas culturais sustentáveis e promover o turismo cultural e ecológico”¹⁸³, assim como verificar a noção de “Cidade da cultura” pela Cartografia Cultural do Crato.

3.1 O Epíteto “Crato: A Cidade da Cultura”

O Crato é um município do interior do Ceará que se localiza na Microrregião do Cariri, com uma população de 131.050 pessoas no último censo realizado em 2022 pelo IBGE, é conhecida no Estado como “oásis do sertão” devido à presença da Chapada do Araripe em seu entorno, e ao seu clima úmido e favorável à agropecuária. O distrito sede do município, a cidade do Crato também é (re)conhecida como “cidade da cultura”¹⁸⁴ por reunir diferentes formas de manifestações e organizações culturais ao longo de sua história, como a Sociedade de Cultura Artística do Crato – SCAC¹⁸⁵.

O epíteto Cidade da Cultura, para designar Crato, estudado e discutido pela professora Otonite Cortez¹⁸⁶, faz parte de um “movimento de construção identitária do Crato (Ceará) como “cidade da cultura”, no período de 1889-1960, empreendido por um grupo de “especialistas da produção cultural” – intelectuais, políticos e capitalistas dessa cidade.”¹⁸⁷. Sua enunciação estava associada à construção e implementação de um discurso de cidade civilizada, evoluída, moderna. Faz parte de uma narrativa de reivindicação e celebração dos valores da modernidade que carregam os sentidos que reafirmam aquilo que se poderia chamar de colonialidade.

Mignolo¹⁸⁸ discute como essa busca pela modernidade, e imposição de uma noção de civilidade foi constituída pelo conceito de “colonialidade” introduzido pelo sociólogo peruano Anibal Quinjano no final dos anos 1980. O conceito de colonialidade pode ser entendido como

¹⁸³ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.14.

¹⁸⁴ “Cidade da Cultura” é um termo utilizado pela Prof^a Mst Antônia Otonite de Oliveira Cortez em sua dissertação de mestrado intitulada: **A Construção da “Cidade da Cultural”: Crato (1889-1960)**

¹⁸⁵ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000.

¹⁸⁶ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000.

¹⁸⁷ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000.

¹⁸⁸ MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, no.94. São Paulo, 2017. Epub, June, 22, 2017.

“as inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos projetados para o mundo não europeu”.¹⁸⁹

“A tese básica – no universo específico do discurso tal como foi especificado – é a seguinte: a “modernidade” é uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade.”¹⁹⁰

Como efeito dessa modernidade/colonialidade se silencia e se desconsidera muitas das produções culturais, costumes, crenças originárias de grupos definidos como não-civilizados e que não constituem o ideal europeu moderno.

Neste sentido, compreendemos que o epíteto norteador da construção cultural de Crato-CE, foi, inicialmente, moldado em torno desse modelo civilizatório de modernidade e progresso.

Esse discurso idealizado de “cidade da cultura” foi imposto por mais de 60 anos, e de certa forma moldou muitos costumes, tradições e formulou um discurso identitário sobre a cidade, elitizado, e que remetia à forma como concebiam as tradições, memórias e identificações desse grupo, o que deixou à margem as classes mais pobres da população, e por algum tempo, relegado ao esquecimento sua produção cultural. O que pode ser observado ainda hoje nas expressões cotidianas da população do Crato quando falam de seu lugar.

Só no Crato! Só no Crato mesmo...!” Essas expressões ainda hoje muito usuais no Cariri, e em todo o Ceará, são constantemente invocadas quando se deseja sublinhar no comportamento de outrem o desejo de mostrar-se civilizado, culto, virtuoso, elegante, bonito, higiênico, sábio, enfim superior. Trata-se de imagens reivindicadas para si e para a cidade, por homens e mulheres de “boas famílias cratenses”, já a partir da segunda metade do século XIX.¹⁹¹

Percebe-se então, que a construção desse discurso é carregada de violência. Hannah Arendt¹⁹² faz uma discussão sobre a teoria política da violência, explorando diversos conceitos relacionados a violência e como ela atua como ferramenta de controle e coerção política e

¹⁸⁹ MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, no.94. São Paulo, 2017. Epub, June, 22, 2017, p.2

¹⁹⁰ MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, no.94. São Paulo, 2017. Epub, June, 22, 2017, p.2-3

¹⁹¹ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000, p.03.

¹⁹² ARENDT, Hannah. **Da Violência**. In: Crises da República. Trad. José Volkman. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.20.

social. Pois, “à violência, é necessário lembrar, não depende de números ou de opiniões, mas sim de formas de implementação”.¹⁹³

Em suas discussões, a autora aborda como o uso da violência ao longo do tempo foi justificada para se afirmar e aplicar diferentes noções da ideia de modernidade e progresso de acordo com o período em que é articulada. Seja através da utilização da violência física, seja psicológica, seja na implementação e efetivação de discursos e práticas reconhecidos como essenciais na construção do progresso, ao mesmo tempo que silenciam e excluem determinados saberes e práticas que não se encaixavam buscada modernidade.

O que se pode perceber na construção da idealização do epíteto “cidade da cultura” para caracterizar o Crato. Pois para autora “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder.”¹⁹⁴

Desse modo, essa “construção ideológica das elites (econômicas e políticas) cratenses”¹⁹⁵, influenciaram e predominaram nas políticas públicas que instruíram os primeiros patrimônios culturais da cidade. No Crato, os dois primeiros bens culturais tombados oficialmente como Patrimônio Cultural municipal remete à história e à memória da classe dominante da cidade que criou o epíteto “cidade da cultura”.

Estes, até o ano de 2005, eram os únicos dois bens culturais reconhecidos oficialmente como Patrimônios Culturais: a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu Histórico e Museu Vicente Leite, desativado), construída em 1877, no encontro da Praça da Sé com a Rua Senador Pompeu no Centro da cidade. E a RFFSA - Estação Ferroviária, inaugurada em 8 de novembro de 1926, localizada em frente à Praça da Reffsa.

Ambos os prédios foram os mais citados pelos professores da amostra dessa pesquisa como bens culturais da cidade utilizados nas aulas de história. Não é por coincidência que isso acontece, a construção da identidade e memória cratense foi forjada em cima da marca da evolução urbana, que deveria estar presente principalmente nos prédios públicos.¹⁹⁶ Pois a Cidade da Cultura deveria se modernizar.

¹⁹³ ARENDT, Hannah. Da Violência. In: Crises da República. Trad. José Volkman. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.33.

¹⁹⁴ ARENDT, Hannah. Da Violência. In: Crises da República. Trad. José Volkman. São Paulo: Perspectiva, 1972, p.23.

¹⁹⁵ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000, p.04.

¹⁹⁶ VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 2011.

A Casa de Câmara e Cadeia por exemplo, foi um prédio da primeira fase de desenvolvimento urbano da cidade, construído no estilo neoclássico, e que nele funcionou a Câmara Municipal de Vereadores:

A Câmara Municipal deveria estar instalada num prédio imponente que representasse o fausto passado, gerador da identidade e motivo de orgulho para os cratenses. Ao lado disso, a instalação da Câmara num prédio “à altura da representação social e política” do Crato construía um sentido de grandiosidade para a cidade.¹⁹⁷

Neste sentido, a Estação Ferroviária RFFSA foi concebida também como locus do moderno, nesse período, segundo a historiadora Ana Isabel Cortez, “por todo mundo, a construção dos trilhos de ferro, passou a marcar, na imaginação das pessoas, a chegada do progresso ou da modernização.”¹⁹⁸ No Crato não foi diferente, a construção da RFFSA junto à estrada de ferro contribuiu para idealização do ideal ufanista da cidade que buscava se consolidar como cidade da cultura, e assim “o apito do trem trazia a reconfortante sensação, para as pessoas – por mais distantes que estivessem –, de estarem ligadas ao mundo, de serem civilizadas, de serem contemporâneas.”¹⁹⁹

Outros bens culturais foram reconhecidos como importantes de serem preservados pois foram referenciados a essa ideia de modernidade e civilidade que caracteriza o epíteto “Cidade da Cultura”. Pois como é evidenciado na dissertação da professora Otonite Cortez, por muito tempo o grupo²⁰⁰ que formulou esse epíteto deteve o poder e impôs seus modos, costumes e tradições.²⁰¹

A construção histórica e cultural da cidade, em grande parte, moldada pela formulação dessa identidade cultural, delineou e definiu muitos dos produtos culturais da cidade. Para melhor compreensão de como os bens culturais da cidade foram forjados e são identificados, basta analisar o que é reconhecido como Centro Histórico do Crato e quais bens culturais foram

¹⁹⁷ VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 2011, p.157.

¹⁹⁸ CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. *Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato*. Fortaleza, 2008. UFC. Dissertação de mestrado, p. 22.

¹⁹⁹ Ibidem.

²⁰⁰ Desse grupo detentor do poder faziam parte: políticos, grandes proprietários de terras chamados por Cortez de capitalistas, membros das famílias consideradas tradicionais cratenses e principalmente os membros do ICC – Instituto Cultural do Cariri, chamados pela professora de Intelectuais.

²⁰¹ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)**. Rio de Janeiro, 2000.

considerados importantes para construção histórica do município. Será que algum deles partem de origens periféricas da cidade? Ou estão ligados a identidade e memória das pessoas de classes menos abastadas? Vejamos.

A delimitação do Centro Histórico do Crato é especificada na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo no inciso LXIII do artigo 11º, capítulo II, define que:

Núcleo Histórico ou Centro Histórico – núcleo onde nasceu a cidade. Sempre que houver estas referências, o documento está considerando a área urbana contida entre o Rio Granjeiro, o antigo leito da via férrea, a Rua Rui Barbosa e a Rua Zacarias Gonçalves (nas proximidades do Batalhão da Polícia Militar e COELCE).

Na delimitação da área urbana referenciada pelo artigo 11º, inserido no projeto de lei intitulado “Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Crato” criado no ano 2000 pela Prefeitura Municipal do Crato em parceria com o Governo do Estado do Ceará, estão localizadas algumas praças, prédios tidos como bens culturais da cidade. Alguns deles são Igreja da Sé, o Palácio Episcopal (sede da Diocese do Crato), a Casa de Câmara e Cadeia (Museu Histórico e Museu Vicente Leite), o Colégio Santa Teresa, o Banco Caixeiral, o Crato Tênis Clube, a Fundação Padre Ibiapina, o Colégio Diocesano do Crato, o Crato Hotel, a Estação Ferroviária, a Casa do Padre Lauro Pita, o Edifício da Câmara Municipal, o Complexo de edifícios da Rádio Educadora, a Praça da Sé, a Praça Siqueira Campos. Enfim, todos índices de civilização e de progresso, pois gradualmente, se espalhava a ideia de que o progresso e a civilização viriam com o desenvolvimento urbano, assentado na tríade da pedagogia colonial: igreja, cadeia e escola.²⁰²

São essas mesmas "reivindicações" enunciadas como condições necessárias que aparecem nos jornais locais da primeira república sob a fórmula "escola, estrada, cadeia". Elas enunciam não apenas anseios pela mudança nas relações políticas "coronelistas" - digamos à maneira de Leal - mas o fazem representando o espaço como sertão, diagnóstico de um *agrarismo* considerado retrógrado e a constatação de um *industrialismo* ainda precário. Aqui, o termo ainda, é importante indício dos projetos compartilhados por aqueles que consideram esse espaço político como sertão. Uma designação não apenas espacial, mas temporal: de uma transição entre o velho e o novo. Uma vontade de desenvolvimento capitalista industrial.²⁰³

²⁰² NORONHA, Gilberto Cezar de. Viagem aos sertões enunciados: compfigurações do oeste de Minas Gerais. 2011. 392 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

²⁰³ NORONHA, Gilberto Cezar de. Viagem aos sertões enunciados: compfigurações do oeste de Minas Gerais. 2011. 392 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011, p.312.

Além de definir os primeiros patrimônios culturais, para a consolidação da designação cidade da cultura, buscou-se limitar e definir os usos e as significações desses bens, o que passou a revelar os embates entre “cidade ideal” e “cidade real”²⁰⁴. Como exemplo, podemos citar a Praça da Sé, segundo José Italo Viana:

Um artigo escrito por Francisco Edésio Batista, intitulado “A Festa da Padroeira e a Praça da Sé” chama atenção para a aglomeração de pessoas na cidade durante os festejos. Lamentando, principalmente, o uso inadequado do espaço da Praça da Sé, ele afirma que a população não sabia “respeitar” os jardins públicos. [...] No olhar de Francisco Edésio, a festa da padroeira parecia mais um centro de verdadeira balbúrdia. Ele achava lamentável que o interesse de angariar recursos para a paróquia fosse maior do que o de preservar a beleza dos jardins do “mais importante logradouro” do Crato. O autor apelava para que a festa fosse transferida para um local mais “apropriado”, porque a Praça da Sé, na sua visão, representava um momento de origem da cidade e o lugar onde os “grandes líderes” de 1817 teriam sustentado o ideal republicano. Por causa disso, ele atribuiu à Praça da Sé a função de um lugar de memória, para utilizar a expressão de Pierre Nora, onde determinados lugares ou imagens da cidade fazem recordar o passado. A praça abrigava, portanto, um sentido histórico. Ao sentido histórico, associava-se o sentido utilitário e a Praça da Sé se convertia num espaço destinado a atrair visitantes que não poderiam levar do Crato a “impressão deprimente de uma simples vila provinciana”. O que dela deveriam levar era um espetáculo visual que fosse capaz de atestar o quanto o Crato era uma “cidade moderna”.²⁰⁵

Analisando a história desses bens culturais, sua localização, ou até mesmo utilizando da pesquisa oral para compreensão de sua trajetória histórica e na sua caracterização como bens culturais da cidade, é possível constatar que nenhum está ligado às camadas populares. Como o Crato tênis Clube Fundado em 27 de maio de 1949 é uma das agremiações tradicionais, sede dos maiores acontecimentos sociais da Região, onde aconteciam eventos como bailes de formatura, grandes casamentos, festas, ou seja, um lugar que era frequentado por pessoas com boas condições financeiras. Ou o Palácio Episcopal, símbolo do poder da Igreja Católica.

Ligados, em sua formação, à elite dominante da cidade, esses espaços eram apenas frequentados por pessoas abastadas da sociedade e que tinham influência e prestígio social e político. Pois eles nasceram junto a noção da “cidade da cultura” como uma construção ideológica das elites (econômicas e políticas) cratenses, que buscavam juntos consolidar o Crato e os cratenses como: “adiantado”, “civilizado”, “culto”, “pioneiro”, “ordeiro”, “patriótico”,

²⁰⁴ VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza(CE), 2011, p.158.

²⁰⁵ Ibidem, p. 158-159.

“herói/heroína”, “piedoso”, “liberal”, “espírito cívico”, etc.²⁰⁶ Expressões encontradas nos diversos escritos sobre o Crato.

A pesquisa constatou que essa face da patrimonialização dos bens culturais do Crato, mesmo iniciada entre os séculos XIX e XX, ainda está muito presente nos escritos e imaginário sobre a cidade, visto que os professores de história de nossa amostra afirmaram trabalhar com esses bens culturais em suas aulas. E tendo em conta que no primeiro capítulo dessa pesquisa foi verificado que 73,33% desses docentes estão há mais de 10 anos atuando na educação básica do município, no ensino de história.

É importante destacar que os bens culturais verificados como ligados à noção de “Cidade da Cultura” e utilizados por esses docentes, foram todos construções de pedra e cal, “ligadas às elites socioeconômico-político-culturais dominantes: prédios públicos, igrejas e praças”²⁰⁷, o que caracteriza/marca o epíteto pela valorização do patrimônio material edificado.

No entanto, a constituição brasileira de 1988²⁰⁸, em seu artigo 216, define patrimônio cultural como sendo “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Desse modo, lançar um olhar crítico para o reconhecimento dos bens culturais do Crato, e buscar a ressignificação da identidade cultural presente no termo “cidade da cultura” fez-se possível e necessário na última década.

É nesse cenário que é analisada a Cartografia Cultural de Crato, idealizada e produzida pela SECULT – Secretaria de Cultura de Crato sob a gestão de Rosiane Bezerra de Oliveira – Dane de Jade²⁰⁹, que em seu discurso de posse em 2013 afirmou: “Uma cidade que não tem consciência de si mesma não tem sustentação sociológica, econômica, antropológica, política,

²⁰⁶ CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000, p.02.

²⁰⁷ CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011. P.110.

²⁰⁸ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

²⁰⁹ Dane de Jade nasceu em Crato a 24 de novembro de 1966, filha de Raimundo Inácio e Luzanira de Oliveira. A vontade de trabalhar com Arte e Cultura foi despertada pelos pais na infância. Raimundo, por mais de 40 anos operador cinematográfico da Rádio Educadora, a levava para ver os filmes da cabine de projeção; a mãe professora de corte e costura, era também uma artista plástica atuante na Fundação Padre Ibiapina. O apelido Dane recebeu de uma tia, por ser uma criança ativa, o “Jade” ela mesma escolheu. Alfabetizada na Escola Municipal Teodorico Teles, cursou o ensino médio no Colégio Diocesano e Biologia na URCA. Desde os 15 anos Dane de Jade participa de movimentos e projetos culturais, especialmente nas artes cênicas, música e ligados às tradições populares. De 1994 a 1996, trabalhou com Rosenberg Cariry na Secult Crato, em 1998 ingressou no Sesc-CE, onde colaborou para a criação da Mostra Sesc Cariri e a implantação do Programa Cultura da instituição. DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.158.

ambiental , educacional e cultural, [...] O que caracteriza o povo e sua cidade é sua tradição cultural.”²¹⁰

3.2 A Cartografia Cultural de Crato

O patrimônio cultural é o conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo. Ele está presente em todos os lugares e atividades: nas ruas, em nossas casas, em nossas danças e músicas, nas artes, nos museus, escolas, igrejas e praças. Nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que fazemos, nos cultos que professamos. Ele faz parte de nosso cotidiano, forma as identidades e determina os valores de uma sociedade. É ele que nos faz ser o que somos.²¹¹

Considerando que o patrimônio cultural é um bem coletivo, que deve remeter à identidade e a memória de uma comunidade, seja ela proveniente de qualquer classe social, a SECULT Crato²¹² em parceria com a URCA²¹³ produziu e publicou a chamada Cartografia Cultural do Crato²¹⁴, um documento que elenca, registra e discute as diversas referências culturais do território cratense, possibilitando visibilidade para as artes e os artistas locais. Que tem entre seus objetivos proporcionar aos moradores do Crato uma “ferramenta para mudar a direção das políticas públicas no município.”²¹⁵

A Cartografia Cultural do município foi desenvolvida entre 2014 e 2016 e publicada em 2017. Em sua 1ª edição o documento apresenta 382 registros em 14 categorias e 11 segmentos dos bens culturais da cidade reconhecidos pela população como herança legítima, para além daqueles já patrimonializados. O projeto de construção da cartografia, além da publicação em formato de livro, também serviu de base para a provação da Lei do Sistema Municipal de cultura que oficializa o reconhecimento e a preservação desses bens.

²¹⁰ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p. 160-161.

²¹¹ REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: _____. (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015, p.3.

²¹² SECULT - Secretaria de Cultura do Crato.

²¹³ URCA – Universidade Regional do Cariri.

²¹⁴ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017.

²¹⁵ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p 02.

Figura 21 – A Cartografia Cultural do Crato-CE

Fonte: Gazeta do Cariri (2017)²¹⁶

A despeito dos elementos visuais que compõem a capa da publicação que remetem ainda majoritariamente a bens edificados e monumentos (o prédio representa o Cassino Sul-Americano, onde funcionou o primeiro cinema e casa de jogos do Crato e o Cristo é uma escultura considerada símbolo oficial da cidade por decreto, possui 30 metros de altura e foi construído em 1938, é um monumento que foi instalado na praça Francisco Sá, também conhecida como praça Cristo Rei, por referência a estátua, em frente a antiga RFFSA - Estação Ferroviária com o objetivo de recepcionar os visitantes que chegavam por trem, considerado a porta de entrada do Crato, na coluna em que está posicionado se encontra a frase: "Seja bem-vindo, nesta terra há lugar para todas as pessoas de boa vontade".), o flautista representa os bens imateriais por remete aos músicos tocadores de pífanos das bandas cabaçais, a amostragem presente na Cartografia Cultural do Crato é muito significativa e define como objetivo “ratificar a percepção do Cariri como santuário Ecológico e verificar a noção Crato “Cidade da Cultura”, na justa medida da criatividade que os munícipes laboram no cotidiano da cidade desde os tempos mais remotos.”²¹⁷ A cartilha foi definida como um canal de participação e autonomia:

²¹⁶ Disponível em: <https://www.gazetadocariri.com/2017/10/cartografia-cultural-do-crato-sera.html>

²¹⁷ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.02.

“Por meio da qual o cidadão pode criar mapas temáticos relacionando dimensões da cultura e natureza, onde os atores cartografados são os protagonistas da produção das referências contidas nas cartas. De uma forma aberta e democrática, quem “está dentro” confere e atualiza os dados, quem ainda não figura o mapa insere o novo registro, fazeres e saberes. Cada um é o responsável pela manutenção das informações sobre si e seu grupo, cuidando do bem comum que beneficia a todos.”²¹⁸

Partindo desse objetivo, a proposta iniciada pela SECULT, em 2014, procurou identificar as referências culturais do território em diferentes contextos, para que fosse possível proporcionar visibilidade para as artes e os artistas locais.

A SECULT utilizou como plano metodológico a realização de um Inventário Cultural, por meio da produção de fichas descritivas do patrimônio natural e cultural, dos espaços físicos como museus e teatros. Simultaneamente, produziu uma campanha que estimulava a todos que se sentissem parte da cultura local a realizarem o auto cadastramento no sistema de informações culturais do município.

Dados da Cartografia²¹⁹ denotam que, de outubro de 2015 a outubro de 2016, mestres e brincantes de reisado, banda cabaçal, coco, maneiro pau, lapinha, artesãs e artesões, compositores, cantadores, instrumentistas, atores, atrizes, humoristas, artistas circenses, desenhistas, fotógrafos, xilógrafos, dançarinas, escritores, poetas, cordelistas, artistas plásticos, produtores e gestores preencheram fichas na Secult ou pelo endereço <http://cartografiacultura.wixsite.com/cartografiacultura>. Os levantamentos foram complementados com pesquisas de campo, quando equipes da EEEP - Pró-Reitoria de Extensão e LABGEO – Laboratório de Geografia da URCA prospectaram o patrimônio natural, as entidades e as práticas culturais sustentáveis. Em seguida, foi realizado o trabalho de transcrição e tratamento das fontes e informações levantadas. Estas foram agrupadas:

“em categorias consolidadas pela empiria da base de dados. Pesquisadores, historiadores, jornalistas, intelectuais, artistas, comunicólogos e poetas foram convidados a escrever entradas analíticas e colaborar para a interpretação dos dados, cuja publicação foi viabilizada na forma de livro pela Reitoria da URCA.”²²⁰

Dado que o epíteto “Cidade da Cultura” foi constituído dentro da dimensão da “colonialidade”, a Cartografia Cultural do Crato bem poderia ser considerada como uma iniciativa “decolonial”, pois segundo Mignolo (2017):

“(...) o pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer

²¹⁸ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017, p.01.

²¹⁹ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017. p. 17

²²⁰ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017. p. 17

sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais. O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle...”²²¹

É neste cenário de pesquisa histórica, que se inscreve a Cartografia Cultural do Município do Crato. Marcadamente necessária para que as políticas públicas possam vir a nortear a implementação de marcos legais, formar redes e disseminar uma compreensão acerca dos bens culturais da localidade que remetem a memória e a construção de identidades de uma população simbolizada, senão em sua totalidade, mas em sua multiplicidade.

Percebe-se que o entendimento sobre a formação da identidade e da memória cratense está sendo ressignificada na cultura histórica mais ampla, uma disputa pela construção de uma memória “oficial” surge. O que inicialmente se apresentava como herança legítima de todos, o patrimônio edificado que representava os vestígios, as práticas e os valores de determinado grupo privilegiado, e que “definía” o Crato como Cidade da Cultura, hoje, após a produção da Cartografia Cultural da cidade, passa a ser um dos componentes de construção cultural da cidade, e não apenas o único.

Esta é a interpretação que se tem, quando em princípio, se explora a Cartografia. Um documento que coloca em destaque 382 registros de bens culturais do município, tangíveis e intangíveis, ultrapassando o patrimônio pedra e cal enaltecido pelo epíteto “Cidade da Cultura”. Uma ferramenta para dar voz e espaço aos excluídos dessa história oficializada.

No entanto, a Cartografia Cultural de Crato, quando analisada em seus diversos contextos, vai muito além de um resgate de personagens, saberes e tradições de um passado “esquecido”. Ela insere os diversos patrimônio culturais do município no mercado dos bens simbólicos da globalização. Segundo Viana:

Tida e havida como capital da cultura, a cidade do Crato é dona de uma lisonjeira referência identitária que, sem modéstia, pensa sua singularidade como um absoluto, tomando uma parte (Crato) para expressar o todo (Cariri). Exacerbadas pela historiografia e pela mídia, as imagens diversificadas atribuídas a essa cidade (cultural, religiosa, universitária, histórica) servem de pretexto para falar de riquezas passadas, dão ânimo para mobilizar energias e recursos para o planejamento do futuro e alimentam o interesse em torná-la predisposta ao turismo.²²²

²²¹ MIGNOLO, W. **Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, no.94. São Paulo, 2017. Epub, June, 22, 2017, p. 06.

²²² VIANA, José Italo Bezerra. *As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017, p.87.

A cartografia pode ser interpretada como uma propaganda turística da cidade, quando, em suas páginas, elenca os bens culturais do Crato para além de patrimônios, mas também como elementos turísticos, ela os apresenta como instrumentos promissores para o desenvolvimento econômico do lugar, assim como mais uma vertente para ajudar a resgatar e solidificar a identidade de cidade da cultura pautada na modernidade e civilidade.²²³

Tal interpretação é alicerçada pela presença de uma lista de lugares de lazer, restaurantes, hospedagens, transportes que, junto as informações de localização dos bens culturais do município, constroem um “Roteiro” que se aproxima do objetivo de apresentar o Crato como uma experiência histórica singular a partir de seus patrimônios culturais. O visitante pode usar a cartografia como mapa turístico e ter a possibilidade de entrar em contato com os acontecimentos que teriam sido marcos fundantes da identidade local. Parafraseando Viana:

Seria, pois, a chance de o turista fazer um deslocamento no tempo e se colocar diante de um passado memorável, que se supunha preservado nas edificações e nos hábitos culturais, donde o turismo surgiria como recurso de valorização e promoção dos bens materiais e imateriais constituidores do patrimônio cultural daquela cidade.²²⁴

A cartografia é uma ferramenta que faz usos do passado de acordo com as demandas do presente. No âmbito histórico-cultural, amplia a noção de patrimônio ressignificando a “Cidade da Cultura” pois vai além do patrimônio pedra e cal, e no âmbito turístico econômico “investiu na busca de nostalgia e exotismo para preservar e difundir elementos materiais e simbólicos que contariam aspectos da história e da cultura local e legitimariam a reivindicação de lugar destacado.”²²⁵

Segundo Canclini, a busca e construção da modernidade ainda não terminou na América Latina²²⁶, a identidade moderna, civilizada e cultural buscada para Crato-CE perpassa diversos agentes sociais (os construtores da cidade da cultura e a Secult em parceria com a Urca na publicação da Cartografia cultural do Crato) que ao longo do tempo foram estipulando os produtos culturais do município.

²²³ VIANA, José Italo Bezerra. As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.

²²⁴ Ibidem, p.88.

²²⁵ VIANA, José Italo Bezerra. As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017, p.89.

²²⁶ CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

Ao longo dos anos, compreendeu-se a necessidade de reconhecer os produtos culturais populares e massivos, junto ao culto, interligando o que é tradicional e o que é moderno para compor o que Canclini chama de cultura híbrida, visto que o antropólogo afirma que modernidade é sinônimo de pluralidade.²²⁷

Neste sentido, percebe-se como a Cartografia liga-se a Cidade da Cultura nesse aspecto, pois apesar de mesclar os bens culturais hegemônicos e subalternos, tradicionais e modernos, essas duas faces da patrimonialização estão a serviço da modernidade, em seus diversos estados físicos.

Segundo Canclini, existem quatro movimentos básicos que caracterizam a modernidade: um projeto emancipador, um projeto expansionista, um projeto renovador e um projeto democratizador.²²⁸ A Cartografia Cultural do Crato enuncia perfeitamente estas perspectivas, expansionistas pois expande o conceito e o conjunto de patrimônios culturais do município quando reconhece 382 bens culturais em suas páginas para além dos bens materiais legitimados pelo epíteto “Cidade da Cultura”. Renovadora e democratizadora quando abre espaço para renovação desses bens culturais através da possibilidade de inscrição destes por meio da iniciativa cidadã. Veja a imagem abaixo:

Figura 22 – Site da Cartografia Cultural do Crato-CE



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

²²⁷ CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

²²⁸ Ibidem.

Como pode ser observado na imagem acima, existe um site da Cartografia que se caracteriza por ser um canal de participação e autonomia, construído numa espécie de “cumplicidade social” por meio do qual o cidadão pode inserir informações sobre as práticas culturais desenvolvidas no município, e assim criar/inserir bens culturais que passarão por um processo de verificação, estudo e reconhecimento.

A proposta multimídia surge como um canal de participação e autonomia, por meio do qual o cidadão pode criar mapas temáticos relacionando dimensões da cultura e natureza, onde os atores cartografados são os protagonistas da produção das referências contidas nas cartas. De uma forma aberta e democrática, quem “está dentro” confere e atualiza os dados, quem ainda não figura no mapa insere o novo registro, fazeres e saberes. Cada um é o responsável pela manutenção das informações sobre si e seu grupo, cuidando do bem comum que beneficia a todos.²²⁹

Nesse processo de ressignificação do patrimônio vivenciado em Crato, para além das ações da SECULT, as ações educativas se tornam fundamentais, mas como bem questionou Canclini, a mudança do valor estético e cultural do patrimônio, “em grande parte orientada pelos estados nacionais e comunidades acadêmicas”, como a que ocorre na cartografia cultural, em relação à Cidade da Cultura, as atividades destinadas para definir, preservar e difundir o que é patrimônio, mesmo que num sentido ampliado, continuam assentadas no “prestígio histórico e simbólico de certos bens, [e] quase sempre ocorrem em uma simulação: fingem que a sociedade não está dividida em classes, gêneros, etnias e regiões, ou sugerem que essas fraturas não têm importância diante da grandiosidade e respeito ostentados pelas obras patrimonializadas”²³⁰.

Ainda segundo Canclini, embora formalmente os bens patrimoniais possa parecer de todos, eles não o são. As desigualdades de sua formação e a apropriação “exigem também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que a compõem”²³¹. Neste sentido, enquanto professora da educação básica me questiono sobre o papel do Ensino História nesse processo de reconhecimento e a importância da preservação dos Patrimônios Culturais para construção das identidades a que eles aludem.

²²⁹ DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017. p.01.

²³⁰ CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012, p.71.

²³¹ CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012.72.

Visto que os professores da nossa amostra citaram diversos patrimônio oficializados pela Cartografia, como os grupos reisado, os grupos de maneiro pau, os grupos de dança do coco, as bandas cabaçais, foi perguntado no questionário:

QUESTÃO K: Você conhece a CARTOGRAFIA CULTURAL DO CRATO? Utiliza ou já utilizou nas suas aulas?		
1. Não.	2. Não tenho propriedade na temática.	3. Não conheço
4. Não.	5. Não.	6. Não.
7. Sim.	8. Conheço , mas não utilizei nas minhas aulas.	9. Sim. Ainda não tive a oportunidade de usar.
10. Conheço , mas ainda não utilizei.	11. Não.	12. Não.
13. Conheço. Ainda não utilizei.	14. Mais ou menos. Já trabalhei em aulas de História. e de Geografia quando lecionava.	15. Conheço pouca coisa. Ainda não faço uso.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022)

No entanto, oito professores afirmaram não conhecer a Cartografia Cultural do Crato, os outros sete afirmaram saber da existência do documento, mas que nunca utilizaram em sua prática docente. Depreende-se então que o conhecimento sobre os patrimônios utilizados/problematizados nas aulas de história partiu de pesquisas, estudos ou vivências dos docentes. O que corrobora com os dados da pesquisa encontrados no quadro questão J. No qual foi discutida a hipótese de que ou não existem materiais didáticos, adaptados para a educação básica, sobre a temática do patrimônio cultural, ou os professores da amostra desconhecem sua existência.

Reflete-se como uma fonte tão rica e importante quanto a Cartografia, publicada desde 2017, não chegou ao conhecimento/utilização da educação básica. Afirma-se isso pois nas bibliotecas das 11 escolas citadas por nossa amostra não existe um único exemplar impresso da Cartografia. Além do que é evidenciado pelo quadro acima.

Na biblioteca da URCA foi constatado que só existem dois exemplares. Como conseguir atingir o objetivo da Cartografia: Ratificar a percepção do Cariri como santuário ecológico e verificar a noção “Crato Capital da Cultura”, se o livro não foi distribuído nas

escolas da educação básica do município, nem nas reuniões de formações de área promovidas pelos gestores da SME, e no seu site não se tem acesso ao arquivo? Visto que a escola é uma agência de produtora de conhecimento e reconhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a educação sozinha não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire, São Paulo, 1996)

Percebemos desde as palavras de Paulo Freire como o educador acreditava ser possível uma revolução social através da união entre a educação e outras políticas públicas e coletivas. Destacando a importância da existência de uma relação entre esses âmbitos para o surgimento de sujeitos conscientes da história que os cercam.

Paulo Freire, em suas diversas obras, instituiu na importância de se desenvolver uma educação libertadora, ou seja, que contribua para a formação do agente (educador ou educando) de forma a levá-los a reflexão e a consciência de sua condição histórica. O ensino/aprendizagem deve ser uma importante ferramenta que permita uma leitura não apenas das palavras, decifrar códigos, mas uma leitura das situações e conjunturas de diversas realidades, suas ou de outros, para construir um sentido mais amplo do mundo. Para isso, se torna imprescindível a contextualização, nos mais diversos aspectos que perpassam a vida, das circunstâncias disponíveis e vivenciadas.

Portanto, para compreendermos de que forma o Ensino de História da cidade do Crato aborda/trabalha a temática do Patrimônio cultural na Educação básica municipal, foi preciso conhecer e refletir sobre os diversos espaços, relações e conjecturas que o compõem.

Além de ler/analisar o trabalho dos professores, os conteúdos ministrados, o que estes entendem e identificam por patrimônio através de questionários, uma leitura de diversas realidades que perpassam a educação no município foi imprescindível para entendermos como se move e se constrói a educação. Por isso este trabalho levou em consideração as diretrizes que a secretaria de educação e a coordenação de Ciências humanas utilizam na formação dos professores, a composição do currículo, os planos de aula, o material didático, todos em sua relação com a temática do Patrimônio cultural na construção da disciplina de História no Município.

Posto que todos esses componentes da comunidade escolar são elementos importantes, que devem ser analisados, para refletirmos e compreendermos o objeto de pesquisa. Uma vez que a construção de uma educação cidadã de qualidade perpassa diversos caminhos e é influenciada por diversos fatores para além daqueles presentes na relação ensino-aprendizagem desenvolvida entre professores e alunos dentro da sala de aula. Entender esses caminhos, desafios e possibilidades foi importante para compreensão de como funciona o Ensino de História em sua relação com o patrimônio cultural de Crato-Ce.

Entender como todos esses fatores impactam diretamente na construção e aplicação do ensino de história sobre o patrimônio, na produção de projetos que levem o educando a conhecer, identificar, problematizar e questionar os seus bens culturais, bem como do desenvolvimento do ensino-aprendizagem foi essencial para compreendermos o resultado da pesquisa.

Ao pesquisar sobre a relação entre o ensino de história e o patrimônio cultural de Crato-CE possibilitou-se reflexões importantes sobre o funcionamento da educação básica municipal, o que é de extrema importância para o aperfeiçoamento contínuo da disciplina. Como enfoca Thaís Nívia de Lima Fonseca:

O estudo da história do ensino de história pode esclarecer muito mais do que se imagina sobre as questões que envolvem o trabalho de historiadores e de professores, questões que vem se acumulando nos cantos das salas de aula, que atropelam o caminho desses profissionais e que nem sempre podem ser respondidas pela observação direta e pela reflexão sobre o fazer cotidiano. Pensar o ensino de História na sua historicidade significa buscar, se não soluções definitivas, ao menos uma compreensão mais clara sobre o que significa, hoje, ensinar História nas escolas.²³²

Percebeu-se que o Ensino de História de Crato corrobora com as duas faces da patrimonialização, ele trabalha com os bens culturais reconhecidos pela “Cidade da Cultura” e com os bens culturais da Cartografia cultural do Crato. Bens culturais que já estão postos na historiografia local e que persistem na busca por espaço e legitimação. No entanto, acredita-se que essas duas faces não são percebidas.

A Cartografia Cultural do Crato (2017) poderia ser uma ferramenta capaz de auxiliar na compreensão acerca dos Bens Culturais da localidade, que remetem a memória e a construção de identidades de uma população simbolizada, senão em sua totalidade, mas em sua

²³² FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. História & ensino de História / Thaís Nívia de Lima e Fonseca. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p.7.

multiplicidade. Visto que a cartografia foi definida como um canal de participação e autonomia proporcionando visibilidade para as artes e os artistas locais. Salientando o uso dos patrimônios culturais, tanto materiais quanto imateriais presentes na Cartografia como recurso didático ou fonte primária para o Ensino de História na educação básica. A análise investigativa da fonte possibilita identificar práticas atuais de memória que se apoiam na ampliação das noções de história, patrimônio e cultura.

No entanto, essa percepção da ampliação das noções de patrimônio não foi reconhecida, tampouco debatida, analisada, pois a cartografia não é utilizada no ensino de história da educação básica. O distanciamento dos sujeitos que atuam neste espaço da educação básica pública destas propostas de democratização do patrimônio evidencia que, embora, formalmente, os bens culturais reunidos e reconhecidos como patrimônio de cada sociedade pareçam estar disponíveis a todos, “não pertencem realmente a todos”²³³, sejam aqueles selecionados pela Cidade da Cultura ou da Cartografia Cultural.

Visto que um importante resultado da pesquisa foi constatar que a educação patrimonial, sobre os bens culturais do Crato, é de inteira e exclusiva responsabilidade do professor. Pois nos planos de aula, no livro didático e nos documentos formativos que regem a educação básica, BNCC e DCRC, não se tem efetivado o interesse pela temática. Logo, a discussão sobre a relação do patrimônio reconhecido/protegido/utilizado/esquecido, pelas duas faces da patrimonialização, ao pensarmos esses dois conjuntos de patrimônios presentes na cidade, é inexistente.

Os resultados deste trabalho contribuem para pensar sobre a caracterização do Ensino de História da cidade do Crato, bem como a perceber a importância da temática do patrimônio cultural, ou não, para construção e/ou consolidação de uma identidade cultural cratense já posta e estabelecida (“Cidade da Cultura”) ou em processo de ressignificação (Cartografia cultural do Crato), visto que de acordo com Pinto, “sendo o património uma construção social, é essencial a sua investigação e interpretação”²³⁴. Ou ainda, nas palavras de Canclini, “em vez de se demorar distinguindo entre os bens só valiosos pelo seu significado histórico e os que são apreciados por seu valor estético, é preferível examinar os [de]usos do património”²³⁵.

²³³ CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012.72.

²³⁴ PINTO, Maria Helena. O Patrimônio cultural no ensino de História: entre teoria e prática. Fronteiras: Revista de História, v. 21, n. 38, p. 10-28, 2019. p.25

²³⁵ CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012.96.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, Stephanie Kim. Pedagogia da autonomia: não há ensinar sem aprender, e vice-versa. Disponível em: <https://www.cenpec.org.br/tematicas/pedagogia-da-autonomia-ensinar-aprender>. Acesso em: 22 de dez. de 2022.

AFONSO, A. J. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. Revista Lusófona de Educação, v. 13, n. 13, jul. 2009

ALBUQUERQUE JR, de. A invenção do Nordeste e outras artes. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

BRASIL. MEC. Secretaria do Ensino Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: história. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BITTENCOURT, Circe. O saber histórico na sala de aula. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 134. (Repensando o ensino).

BITTENCOURT, Circe. Desafios da História Integrada. Revista do Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas, São Paulo, v. 1, 2011.

CABRINI, Conceição et al (Org.). O ensino de história: revisão urgente. 3ª ed. São Paulo: Educ, 2005

CAITANO, Italo Roney Ferreira. "Hei de te cantar meu Crato gentil". Ensino de história local: entre ufanismo, práticas e empecilhos. Dissertação do Mestrado profissional em Ensino de História. Universidade Regional do Cariri, URCA, Centro de Humanidades, Crato(CE), 2018.

CAMPENHOUDT, Luc Van e Quivy Raymond, Manual de Investigação em Ciências Sociais, ("Trajectos"), 2ª Edição, Lisboa, Gradiva, 1998.

CANCLINI, Néstor García. A sociedade sem relato. Antropologia e Estética da Iminência. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: Edusp, 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1997.

CANCLINI, Nestor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária no nacional. In: HOLANDA, Heloísa Buarque (Org.). Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília: Iphan, n. 23, p. 94-115, 1994.

CEARÁ. Secretária da Educação do Estado do Ceará. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental / Secretária da Educação do Estado do Ceará. - Fortaleza: SEDUC, 2019.

CEARÁ, Secretaria de Educação do Estado de. Currículo Cearense, SEDUC/CE. Ceará: SEDUC/CE, 2022. <https://www.seduc.ce.gov.br/spaeece/>

CHOAY, Françoise. Alegoria do património. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

COELHO, Samary Pinheiro; CUTRIM, Klautenys Dellene Guedes. A base nacional comum curricular e sua contribuição para a preservação do patrimônio (Edição 501). **Papers do NAEA**, v. 29, n. 3, 2020. <https://doi.org/10.18542/papersnaea.v29i3.9744>.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. Memórias Descarrilhadas: O Trem na Cidade do Crato. Fortaleza, 2008. UFC. Dissertação de mestrado.

CUNHA. Nara Rúbia de Carvalho. Chão de pedras, céu de estrelas: o museu-escola do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, década de 1980. Campinas, SP: UNICAMP, 2011.

CRATO. **Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011**. Dispõem sobre a obrigatoriedade da História do Crato no Ensino Fundamental II: Lei municipal nº 2.707, de 23 de agosto de 2011. Crato, CE: Diário Oficial do Município, 2011.

DE JADE, Dane. Cartografia Cultural do Crato. Crato, 2017.

DEMARCHI, João Lorandi. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. Revista CPC. São Paulo, n. 22, p. 267-291, jul./dez. 2016. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i22p267-291>

FAGUNDES, José Evangelista. A história local e seu lugar na história: histórias ensinadas em Ceará Mirim. 2006. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de ciências sociais aplicadas. Programa de pós-graduação em educação. Natal-RN.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Memória e Ensino de História. IN: BITTENCOURT, Circe Maria. O saber histórico na sala de aula. São Paulo, Editora CONTEXTO, 2006.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1988-2010). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Da identidade nacional à diversidade cultural: novos paradigmas para a preservação do patrimônio histórico. São Paulo: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas, SP: PAPIRUS, 2003.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. História e Ensino de História. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. História & ensino de História / Thais Nívia de Lima e Fonseca. – 2ª. Ed., 1ª. Reimpressão. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FREIRE, Arlane Markely dos Santos. Políticas de accountability nas redes municipais de ensino do Cariri Cearense: avaliação externa, prestação de contas e responsabilização de docentes (2007-2019) / Arlane Markely dos Santos Freire. - Campina Grande, 2020.

FREIRE, A. M. S.; SILVA, A. F. O Espaço como mecanismo de regulação da educação municipal cearense. In: XI Seminário de Política e Administração da Educação da Anpae - Região Nordeste XI Encontro Estadual de Política e Administração da Educação (ANPAE/RN), 2021

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HORTA, Maria de Lourdes P; GRUNBERG, E. e MONTEIRO, Adriane Q. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília-DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999.

Ministério da Educação. PNLD 2020: Guia digital de livros didáticos. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2020 BRASIL. Acesso: https://pnld.nees.ufal.br/pnld_2020/escolha

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. João Pessoa: 1997

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: PUC, 1999.

NORONHA, Gilberto Cezar de. Viagem aos sertões enunciados: compfigurações do oeste de Minas Gerais. 2011. 392 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.

NORONHA, Gilberto Cezar de.; CUNHA, N. R. C. (Org.) . Na Terceira Margem: teorias, metodologias e sensibilidades do ensino de História.. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2022. v. 1. 277p.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Ensino de História e Patrimônio cultural: Um percurso docente. 1.ed. Jundiaí, SP: Paco 2017.

PESAVENTO, Sandra Jantahy. História e História Cultural. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Fortaleza. Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

PINHEIRO, Irineu; FIGUEIREDO FILHO, J. de. Cidade do Crato. Fortaleza. Edições UFC, 2010.

PINTO, Maria Helena. O Patrimônio cultural no ensino de História: entre teoria e prática. Fronteiras: Revista de História, v. 21, n. 38, p. 10-28, 2019. DOI: <https://doi.org/10.30612/frh.v21i38.11478>

PINTO, H.; SQUINELO, A. P. (2017). O uso do património cultural no ensino de história: perspectivas da formação docente em Portugal e Brasil. Pulso. Revista de Educación. <https://doi.org/10.58265/pulso.5107>

REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. In: ____.

(Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6.

SILVA, Antônia Lucivânia da. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Ensino de História e Educação Patrimonial./ Antônia Lucivânia da Silva – Crato-CE, 2019. Dissertação (mestrado) Universidade Regional do Cariri– URCA / Departamento de História / Mestrado Profissional em Ensino de História – 2019.

SILVA, Marcos e FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200002>

SOUSA, Joacilio Lima de. O Professor de História e o Trabalho com Patrimônio Histórico. *Revista Homem, Espaço e Tempo*, março/2010, ISSN 1982-3800.

SOUZA, Marciane de. Ensino de História, Memória e Patrimônio: as (re)significações e percepções dos estudantes acerca do Território Urbano, Cuiabá, MT: UFMT, 2019.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TERRADAS, Rodrigo Donizete. A importância da interdisciplinaridade na educação. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 14, n. 16, p. 95-114, 2011.

VIANA, José Italo Bezerra. O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato [manuscrito]: memória, escrita da história e representações da cidade / por José Italo Bezerra Viana. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza (CE), 2011.

VIANA, José Italo Bezerra. As muitas artes do Cariri: relações entre turismo e patrimônio cultural no século XXI. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2017.